



PROFHISTÓRIA

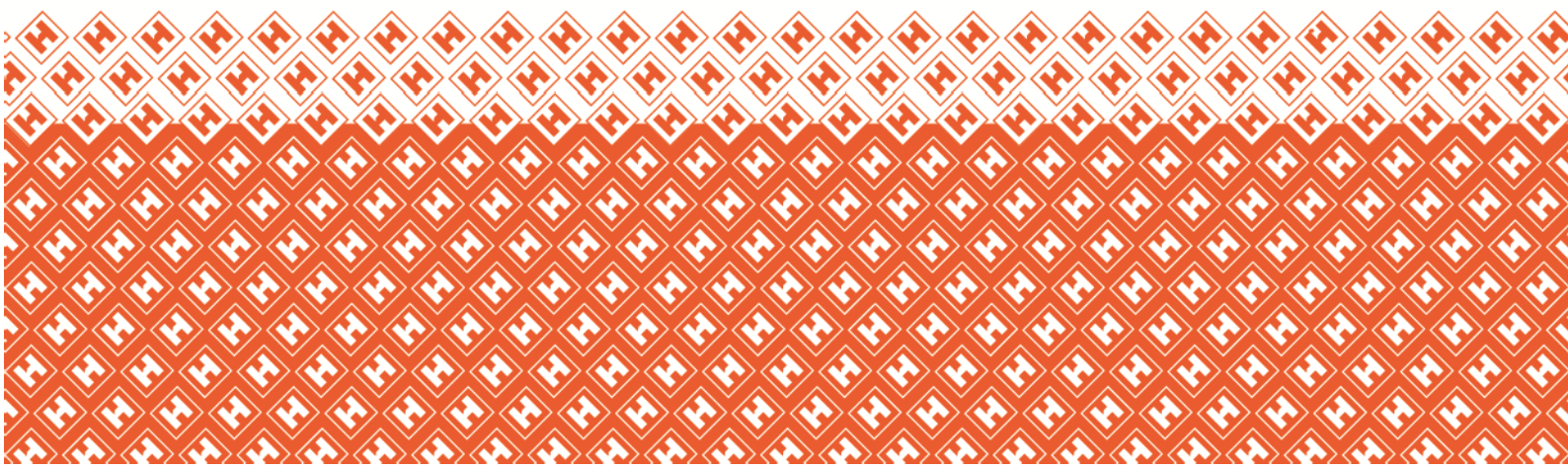
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GUILHERME JOSÉ PEREIRA ALVES

**As aulas-passeio como
estratégia para a
aprendizagem da História
Local de Paracambi/RJ**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Setembro / 2024



UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

As aulas-passeio como estratégia para a aprendizagem da
História Local de Paracambi/RJ

Guilherme José Pereira Alves

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**As aulas-passeio como estratégia para a aprendizagem da História Local de
Paracambi/RJ**

Guilherme José Pereira Alves

Sob a Orientação da Professora

Dr.^a Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho.

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ensino de História**, no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História.

Seropédica, RJ

Setembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A474a Alves, Guilherme José Pereira, 1987-
 As aulas-passeio como estratégia para a
 aprendizagem da História Local de Paracambi/RJ /
 Guilherme José Pereira Alves. - Paracambi, 2024.
 181 f.: il.

 Orientadora: Maria Angélica da Gama Cabral
 Coutinho. Dissertação(Mestrado). -- Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro, Mestrado
 Profissional em Ensino de História, 2024.

 1. História Local. 2. Aula-Passeio. 3. História
 Oral. 4. Educação Patrimonial. I. Coutinho, Maria
 Angélica da Gama Cabral , 1959-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Mestrado Profissional em Ensino de História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL - PROFHISTÓRIA

GUILHERME JOSÉ PEREIRA ALVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino de História - Mestrado Profissional, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Dissertação aprovada em 06/09/2024

BANCA EXAMINADORA

PROF(a). DR(a). MARIA ANGELICA DA GAMA CABRAL COUTINHO
PRESIDENTE - ORIENTADOR OU CO-ORIENTADOR

PROF(a). DR(a). GENY FERREIRA GUIMARAES
MEMBRO INTERNO

PROF(a). DR(a). PAULO FERNANDES KELLER
MEMBRO EXTERNO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE/IM



TERMO Nº 868/2024 - DeptES (12.28.01.00.00.86)

Nº do Protocolo: 23083.055907/2024-14

Nova Iguaçu-RJ, 11 de outubro de 2024.

Nome do(a) discente: GUILHERME JOSÉ PEREIRA ALVES

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM ENSINO DE HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Ensino de História

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 06 de setembro de 2024

Banca Examinadora:

Dr. PAULO FERNANDES KELLER, UFMA Examinador Externo à Instituição

Dra. GENY FERREIRA GUIMARAES, UFRRJ Examinadora Interna

Dra. MARIA ANGELICA DA GAMA CABRAL COUTINHO, UFRRJ Presidente

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 11/10/2024 14:22)

GENY FERREIRA GUIMARAES

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

CTUR (12.28.01.30)

Matrícula: ###532#2

(Assinado digitalmente em 13/10/2024 22:49)

MARIA ANGELICA DA GAMA CABRAL COUTINHO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)

Matrícula: ###920#3

(Assinado digitalmente em 11/10/2024 12:40)

PAULO FERNANDES KELLER

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.127-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **868**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **11/10/2024** e o código de verificação: **15ad1f2045**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a minha jornada no mestrado. Conciliar as exigências acadêmicas com as demandas profissionais e, principalmente, familiares nunca foi fácil. Agradeço a todos - familiares, amigos, professores, companheiros de trabalho e tantos outros - que, seja de maneira discreta ou marcante, permitiram chegar até aqui.

Primeiramente, agradeço à minha noiva Thasylla por estar ao meu lado em todos os momentos difíceis, sempre me encorajando e incentivando a seguir em frente. Agradeço também aos meus pais, Celso e Rita, que, também educadores de longa data, foram uma fonte constante de inspiração para que eu seguisse seus passos. O meu muito obrigado ao meu irmão Vinícius, por sua motivação, apoio e pelos cuidados com nossa família durante minha ausência. Ao meu irmão mais velho, Bernard, também professor e meu maior incentivador para que eu ingressasse no ProfHistória, minha gratidão. Mesmo a milhares de quilômetros de distância, ele sempre esteve por perto.

Meus sinceros agradecimentos também a todos os integrantes do Programa de Pós-graduação do ProfHistória. Me considero privilegiado por poder fazer parte do Mestrado Profissional em Ensino de História e sou muito grato pelo carinho e acolhimento de todos os professores, que compartilharam sua sabedoria e experiência, permitindo uma verdadeira renovação em minha prática como professor de História.

Minha gratidão também à Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Coutinho pelo apoio contínuo à minha pesquisa, mesmo antes de se tornar minha orientadora. Obrigado por incentivar a explorar as aulas-passeio como um caminho para meu trabalho sobre a História Local. Meu mais sincero agradecimento pelos conselhos e pela disponibilidade para discutir a pesquisa. Nunca esquecerei do carinho e da alegria contagiante na primeira reunião online com os integrantes da turma de alunos de 2022.

Nesta versão final da dissertação, registro o agradecimento à Prof.^a Dr.^a Geny Ferreira Guimarães e ao Prof. Dr. Paulo Fernandes Keller, membros da banca examinadora desde a qualificação, pela generosidade, pelas valiosas contribuições e pela leitura atenta e crítica de meu trabalho. Este trabalho alcançou seus objetivos graças à colaboração e às sugestões de todos os professores e colegas envolvidos.

Agradeço também às colegas de trabalho e amigas Vanessa Zão e Márcia Falcão pelo companheirismo e ajuda ao longo desta jornada.

Meu agradecimento às amigas Daniele Balbino e Camila Lycurgo pela cumplicidade e pelo apoio inestimável no decorrer do ProfHistória.

Meus agradecimentos aos professores Davi Romeiro e Julieta Romeiro, do Núcleo de Estudos do Centro de Memória Têxtil de Paracambi. Muito obrigado por acolherem a mim e a meus alunos na Fábrica do Conhecimento. A experiência com vocês foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Um agradecimento especial também a todos os ex-operários e moradores de Paracambi que contribuíram para esta dissertação, cativando-me a desenvolver o estudo sobre a história local. Meu muito obrigado a Luiz Carlos, Alexandrino, Edes Sereno, Ruth Moreira, Joel Fernandes e tantos outros que compartilharam comigo um pouco de suas vivências. Por fim, minha gratidão aos meus alunos, que participaram das aulas-passeio e permitiram que eu construísse minha proposta de pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

ALVES, Guilherme José Pereira. **As aulas-passeio como estratégia para a aprendizagem da História Local de Paracambi/RJ**. 2024. 181p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Área de concentração: Ensino de História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Este trabalho promove o estudo da história local como um recurso para o processo de ensino-aprendizagem da disciplina nas escolas. O referencial metodológico se baseia na premissa do uso das aulas-passeio como ponto central do estudo. Ademais, com o suporte da história oral e da educação patrimonial, buscamos explorar a memória das coletividades e o passado da cidade de Paracambi-RJ. Neste caminho, discutimos os atributos destas estratégias pedagógicas vinculados à história local, com o objetivo de promover uma maior identificação dos estudantes com a história. Auxiliados por pesquisas sobre o passado da cidade, nos dedicamos a refletir sobre seus diversos lugares de memória. Por conseguinte, construímos um roteiro pedagógico de visitas, contemplando variados espaços históricos do município, a serem percorridos pelos alunos em uma aula-passeio. A partir deste itinerário, desenvolvemos um guia de atividades que através da educação patrimonial e da história oral, possibilita aos estudantes envolverem-se em uma estratégia de ensino investigativa sobre sua localidade, permitindo-lhes associar o passado da cidade às suas próprias histórias.

Palavras-chave: História Local, Aula-Passeio, História Oral, Educação Patrimonial.

ABSTRACT

ALVES, Guilherme José Pereira. **The field trips as a strategy for learning the Local History of Paracambi/RJ.** 2024. 181p. Dissertation (Professional Master's Degree in History Teaching). Concentration Area: History Teaching. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This research promotes the study of local history as a resource in the teaching-learning process of the subject in schools. The methodological framework is based on the premise of using field trips as the central focus of the study. Moreover, with the support of oral history and heritage education, we aim to explore the memory of communities and the past of the city of Paracambi-RJ. Along this path, we discuss the attributes of these pedagogical strategies linked to local history, with the aim of promoting a greater identification of students with history. Assisted by research on the city's past, we dedicate ourselves to reflecting on its various places of memory. Consequently, we have developed a pedagogical itinerary for visits, contemplating various historical spaces in the municipality, to be covered by students in a field trip. Based on this itinerary, we created an activity guide that, through heritage education and oral history, enables students to engage in an investigative teaching strategy about their locality, allowing them to connect the city's past with their own stories.

Keywords: Keywords: Local History, Field Trip, Oral History, Heritage Education.

Lista de Siglas

BNH	Banco Nacional de Habitação (BNH)
BIEC	Brasil Industrial Esporte Clube
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CEDERJ	Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEDUC	Coordenação de Educação Patrimonial
CEPRA	Colégio Estadual Presidente Rodrigues Alves
CGTU	Confederação Geral do Trabalho Unitário
DCMUM	Depósito Central de Munições do Exército
FAETERJ	Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro
FIMEM	Federação Internacional dos Movimentos da Escola Moderna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MBL	Movimento Brasil Livre
PNE	Plano Nacional de Educação
REPEF	Rede de Educadores e Pesquisadores na Educação Freinet
TICCIH	The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

Lista de Mapas

Mapa 1- Localização de Paracambi	54
Mapa 2 - Paracambi e Baixada Fluminense	55
Mapa 3 - Povoado de Macacos e a Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages	63

Lista de Imagens

Imagem 1- Esboço da Estação Ferroviária de Macacos em 1863	62
Imagem 2 - Casamento no Cassino	73
Imagem 3 - Clube Cassino	74
Imagem 4 – Dia de Festa na Capela Nossa Senhora da Conceição em 1907.....	79
Imagem 5 - Barracas sendo montadas para a festa de Nossa Senhora da Conceição na Praça Castelo Branco	79
Imagem 6 - Crianças da Seção de Espuleiras.....	81
Imagem 7 - Paróquia de São Pedro e São Paulo	90
Imagem 8 - Igreja Evangélica Congregacional de Paracambi.....	91
Imagem 9- Estação de Paracambi	92
Imagem 10 - Sede do BIEC.....	95
Imagem 11 - Cerca do BIEC	96
Imagem 12 - Avenida dos Operários.....	97
Imagem 13 - Ponte dos Tecelões.....	98
Imagem 14 - Casa da antiga Vila Operária	99
Imagem 15 - Antigo Sindicato dos Têxteis	100
Imagem 16 - Centro Cultural Cassino	101
Imagem 17 - A Fábrica do Conhecimento – Vista Aérea	102
Imagem 18- Alameda Ida Romeiro	104
Imagem 19 - Portão de acesso à Capela de Nossa Senhora da Conceição e a Casa Gerencial	105
Imagem 20 - Chegada à Fábrica do Conhecimento	106

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1	22
1.1. Região e Território: delimitando a localidade.....	22
1.2. A história local como estratégia de ensino-aprendizagem.....	30
Capítulo 2	53
2.1. A História de Paracambi-RJ e a vida na Vila Operária da Cia. Têxtil Brasil Industrial	53
2.2. O povoado de Macacos e as rotas de transportes de mercadorias do XIX.....	55
2.3. O desenvolvimento das indústrias têxteis no século XIX e a instalação da Cia. Têxtil Brasil Industrial	64
2.4. A instalação da fábrica e as vivências operárias	70
Capítulo 3	83
3.1. A História Local através das aulas-passeio.....	83
3.2 O planejamento das atividades ao ar livre	87
3.3. O roteiro pedagógico das aulas-passeio	88
3.3.1. A Paróquia de São Pedro e São Paulo.....	88
3.3.2. A Estação Ferroviária de Paracambi.....	92
3.3.3. O Brasil Industrial Esporte Clube	94
3.3.4. A Vila Operária.....	97
3.3.5. A Praça Castelo Branco	99
3.3.6. O prédio fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial	101
3.4 Material de apoio e atividades relacionadas à História local	108
3.4.1. Sugestão de abordagem particular ao contexto da História local de Paracambi... 108	
3.4.2. Início das atividades	109
3.4.3. Planejando a pesquisa com o manual de aplicação.....	110
3.5. As exposições das pesquisas sobre a educação patrimonial	119
Conclusão	121
Referências	123

Introdução

No decreto nº 3965, datada de 18 de setembro de 1867, Manoel Pinto de Souza Dantas, ex Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, regulamentou a instalação de uma indústria têxtil na Fazenda do Ribeirão dos Macacos, atual município de Paracambi, no Rio de Janeiro:

Attendendo ao que me representarão os cidadãos Norte-Americanos Geo N. Davis e M. Pattison, e a conveniência de animar a industria manufactureira no Imperio, e conformando-me, por minha immediata resolução de 13 de Julho do corrente ano com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 28 de Maio do mesmo anno, hei por conceber ás fabricas de tecidos de algodão que os mesmos cidadãos Norte-Americanos estabelecerem na fazenda dos Macacos, junto a estação da estrada de ferro de D. Pedro II do mesmo nome, os favores da clausulas que com este baixão, assignadas por Manoel Pinto de Souza Dantas (...).

Clausulas a que se refere o Decreto N. 3965 desta data

1^a

Os cidadãos Norte-Americanos George N. Davis e M. Pattison terão passagem gratuita nos trens da estrada de ferro de D. Pedro II enquanto esta fôr do dominio do Estado. (...)

3^a

A passagem gratuita fica ainda extensiva a todos os immigrants destinados ao serviço das fabricas que apresentarem ao Director da estrada documento passado pelo Agente Official de colonisação, (...)

5^a

Os productos das fabricas de que se trata neste Decreto serão isentos de direitos nos transportes de umas para outras Provincias do Imperio e na exportação para fóra do Imperio. (...)

7^a

Os concessionarios poderão empregar como força motriz para todos os usos de suas fabricas as aguas existentes nos terrenos em que se tem ellas de estabelecer podendo para isso fazer todas as obras hydraulicas necessarias com tanto que nem estas, nem o emprego das ditas aguas possam prejudicar os direitos de terceiro (BRASIL, 1867).

Neste decreto, destacamos diversas cláusulas que foram indispensáveis para o sucesso do empreendimento econômico. A política econômica teve êxito e em 1872, o Povoado de Macacos, núcleo inicial da cidade de Paracambi-RJ, presenciara o início das atividades da maior fábrica têxtil do Brasil no momento, a Companhia Têxtil Brasil Industrial. A fábrica tecidos foi vital para o desenvolvimento da região.

É pertinente citar esta passagem uma vez que o presente trabalho procura debater a história local de Paracambi/RJ. O município está situado na região da Baixada Fluminense, no

estado do Rio de Janeiro. A cidade também faz fronteira com os municípios da região Centro Sul Fluminense, englobando o Vale do Paraíba, território marcante pelo passado agrícola atrelado à economia cafeeira. No entanto, há ainda uma memória viva da cidade vinculada a outra atividade econômica, às indústrias.

Depois da Cia Têxtil Brasil Industrial, outras fábricas instalaram-se na região gerando grande impacto econômico. Em 1891 surgiu a Companhia de Tecelagem Santa Luísa. Posteriormente, a indústria teve sua estrutura incorporada à Fábrica de Tecidos Maria Cândida. Fundada em 1924, a Maria Cândida é conhecida como a “Fábrica da Cascata” pelos populares em virtude de uma queda d’água que possibilitava a geração de energia para seu funcionamento. Dos arredores do povoado de Macacos, de outras províncias e do exterior, as indústrias e os serviços a elas ligados atraíam famílias em busca de trabalho. Com as fábricas, o povoado viu sua população crescer. Contudo, elas deixaram marcas significativas na paisagem, no meio ambiente, na infraestrutura e na população local.

Os operários eram submetidos a um sistema de produção rígido e intenso¹. Ao mesmo tempo, as fábricas modificaram a paisagem profundamente. As vilas operárias cresciam e os operários viviam sob o controle das empresas. A Mata Atlântica, característica da região, foi quase destruída. Os rios foram poluídos, sendo “tingidos” com diferentes tonalidades diariamente, isto é, sofriam alterações provenientes dos resíduos das fábricas que eram despejados sem controle em suas águas.

Estes aspectos e tantos outros foram alvos de variados estudos pelos quais os pesquisadores locais se debruçaram, como Paulo Fernandes Keller (2019), Nikyta Chrysan da Silva Pires (2013), Ronaldo Vicente Pereira (2018) e Fernando Ramalho Aguiar (2021). Ao mesmo tempo em que avançam os estudos sobre a história local, observa-se um grande distanciamento entre o que é produzido nos centros de pesquisas e o que é levado para as salas de aula.

Graduado em 2013 e, desde então, lecionando a disciplina de História em escolas da

¹ Paulo Keller através de documentos da fábrica e de relatos de operários permite compreender a realidade do trabalhador da Cia. Têxtil Brasil Industrial. Os operários até 1918 trabalhavam aos domingos, das 6h às 16h. Apenas com a greve de 1918 o trabalho aos domingos terminou (KELLER, 2019, p.131). Keller explica também que as férias eram praticamente inexistentes, pois a fábrica ao fim do ano interrompia seu funcionamento durante uma semana para revisar suas operações administrativas, e este pequeno intervalo era considerado como férias aos operários (2019, p. 131). Sobre a rigidez no ambiente de produção, consideramos as vivências operárias trazidas por Keller ao mencionar o Complexo Fábrica com Vila Operária, explicando que a indústria impôs regras severas no ambiente fabril e na vida privada dos operários. Nas casas da vila operária cedidas aos operários, estes não tinham liberdade para se vestir como queriam, mulheres de decote e homens sem camisa sofriam advertências (2019, p. 75). Após as 22h as casas deveriam ser fechadas e todos deveriam estar reclusos em suas casas (Idem, p.75).

rede municipal, estadual ou particular de Paracambi-RJ entre os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, vejo a história local ser pouco explorada no âmbito escolar. Ela recorrentemente é relegada a segundo plano, e, quando é aplicada nas escolas, normalmente é feita de forma superficial, exaltando fatos e curiosidades que pouco agregam ao aprendizado histórico. A partir disso, pensamos ser necessário discutir maneiras de trazer o conhecimento da história local para as escolas, em prol de um processo de ensino-aprendizagem que contemple a identificação dos alunos com sua própria localidade e com sua própria história.

Entendemos que precisamos criar pontes entre o saber acadêmico e o saber escolar, incorporando metodologias inovadoras que contribuam para o aprendizado histórico. Queremos, a partir delas, repensar o passado da cidade e seu patrimônio histórico dentro do ambiente escolar. No entanto, não se trata aqui de apenas levar os alunos a conhecerem a história da cidade e seus monumentos por si só, mas sim tentar desvendar as suas relações com o processo de desenvolvimento da cidade e, sobretudo, a forma como as coletividades se apropriam dos lugares de memória do município.

O interesse pela história local surgiu em virtude da minha experiência como professor no município de Paracambi-RJ. Em quase dez anos atuando como professor observo a escassez de projetos pedagógicos que mobilizem a escola e os alunos sobre a história da localidade. Além de pouco numerosas as atividades sobre a história local, ficando na maioria das vezes associada ao interesse pessoal de um ou outro professor a trabalhar com o tema, percebo que quando abordada, costuma-se cultuar memórias de grandes personagens, acontecimentos marcantes, porém, um passado desconectado com o presente. Comemora-se um passado estanque, isolado da contemporaneidade.

Em 2016, quando atuava como professor de História pela prefeitura de Paracambi, além de trabalhar como professor do ensino fundamental, participava de um curso preparatório público mantido pela secretaria de educação do município, chamado Preparatório Pré-Técnico². Ao fim deste ano, aproximava-se o concurso público para o preenchimento de vagas para os mais variados cargos da administração pública de Paracambi. Com o encerramento das aulas para os estudantes da rede, o curso Pré-Técnico ofereceu momentaneamente aulas para os interessados em participar do concurso público.

A história do município de Paracambi fazia parte de um dos conteúdos exigidos na prova. Detalho este momento por considerar este período como um dos mais significativos e

² Este preparatório público foi criado em 2011 e tem como objetivo apoiar os estudantes da rede pública de Paracambi a ingressarem nas escolas técnicas federais da região. O curso é voltado para as provas de acesso ao IFRJ e ao CTUR, escola técnica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

gratificantes em minha curta experiência como professor. Formamos diversas turmas, com alunos jovens e muitos deles já idosos, que sonhavam com a possibilidade de serem aprovados. Tínhamos cerca de 750 alunos divididos em cinco pólos espalhados pela cidade.

O trabalho do professor Paulo Keller (2019) sobre a história das fábricas de Paracambi era o conteúdo principal a ser exigido na prova. Lembro de ter esmiuçado cada capítulo da obra para trabalhar com os alunos. E foi justamente no decorrer das aulas que meu interesse sobre a história local surgiu. Lembrava-me instantaneamente de uma das lições de Paulo Freire, aprendidas ainda na graduação, de que o ato de educar é como uma via de mão dupla. Compartilhei tudo que sabia das obras que li sobre o município, mas ao mesmo tempo aprendi com cada relato daqueles que tinham vivenciado parte das histórias como ex-operários das fábricas de Paracambi. Os alunos tinham prazer em compartilhar suas memórias sobre a história local.

Em uma ocasião durante as aulas, eu contextualizava com os alunos a exploração sobre o trabalho característico da revolução industrial no século XIX. Falava sobre o trabalho infantil, sobre o regime de trabalho árduo, a ausência de leis trabalhistas, sobre as mutilações e mortes. Neste momento, um dos alunos, ex-operário, levantou uma de suas mãos e disse: “olha aqui Guilherme”. Me lembro que Seu Luís amava a história local. Qualquer assunto que eu abordava, ele tinha algo muito curioso para compartilhar. Mostrava-se conhecedor de histórias que dificilmente encontramos nos livros. Quando Seu Luís mostrou sua mão pude ver em minha frente o que só via nos livros. Seu Luís havia perdido parte de sua mão quando trabalhava na fábrica Brasil Industrial.

Esta e tantas outras experiências em minhas aulas me cativaram a repensar como e de que maneira deveríamos nos debruçar sobre a história local em Paracambi. Sobretudo dentro da escola, considero hoje que tratar da história da cidade sem nos atentar às experiências pessoais de quem vivenciou esse passado seria um grande deslize. Portanto, faz-se necessário refletir sobre o passado da cidade, seu patrimônio material e imaterial, porém, não só conhecendo a história por trás de sua fundação, mas sua relação com o processo de construção da cidade e sobretudo a forma como as coletividades interagem com os espaços de memória do município.

Por fim, outro fator motivador para a pesquisa a partir da minha experiência nas escolas foi a necessidade da implementação de novas estratégias de ensino-aprendizagem. Com o cenário do ensino de História no Brasil ainda marcado por uma visão eurocêntrica, bancária, de caráter liberal, que estimula a formação dos alunos cada vez menos críticos, acreditamos que o

professor precisa estar a par de novas metodologias que possibilitem a intervenção neste quadro e permitindo que a história tenha significado na vida dos estudantes. Desta forma, a história local aliada às aulas-passeio, podem configurar-se como importantes alternativas para a precariedade do ensino de história, despertando um maior interesse pelas aulas, distanciando-se de conteúdos entediantes que não despertam o interesse do aluno pelo saber histórico e não proporciona utilidade para suas vidas.

Para isso, como forma de introduzir no trabalho as aulas-passeio, seguiremos o exemplo do idealizador deste método de ensino, o educador francês Célestin Freinet. Freinet, nasceu em 1896 em um pequeno povoado em Provença, no sul da França. Sua trajetória de vida permitiu que ele questionasse a educação tradicional e defendesse uma educação popular.

Tendo crescido em meio a zona rural, Freinet conhecia as dificuldades e os valores da vida comunal. Mais tarde lutou na primeira guerra mundial, tornando-se vítima das armas químicas e de seus gases tóxicos. Entre as sequelas da guerra, teve o pulmão e fala comprometidos, mas ainda assim foi capaz de dedicar-se à educação como professor de uma escola primária na aldeia de Bar-sur-Loup³ na França.

O educador de influência marxista⁴, desacreditava do ensino tradicional repleto de regras, conteudista, considerado autoritário e que sobrecarregavam os alunos. A escola para Freinet deveria permitir que os estudantes, num ambiente de afeto, cooperação e ativos no processo de ensino-aprendizagem, associassem o conhecimento escolar à sua realidade, aprendendo a partir do que fazia sentido para as suas vidas. Este olhar permitiu que Freinet desenvolvesse as aulas-passeio, estratégia pedagógica muito utilizada pelos educadores na atualidade.

Entendemos, portanto, que as aulas-passeio podem transformar-se num veículo importante para produzir a identificação dos alunos com a história. A história escolar pode ser a história de vida dos próprios educandos, assim como de seus familiares, vizinhos e conterrâneos.

³ Bar-sur-Loup era uma pequena aldeia de cerca de 1000 habitantes localizada nos Alpes Marítimos, região de vales e montanhas. A aldeia contava com uma escola de duas classes (LEGRAND, 2010, p.12).

⁴ Para Henri Portier, Freinet se tornou marxista devido a várias razões. Ele era filho de modestos camponeses e desenvolveu a consciência de classe participando em sua terra natal, Gars, de diversas cooperativas junto à população local. Posteriormente aderiu à atividade sindical se ligando a Federação do Ensino (Unitária) da Confederação Geral do Trabalho Unitário (CGTU), que era estreitamente ligada ao Partido Comunista Francês (PORTIER, 1997, p.2). Neste momento, passou a ter contato com vastas produções intelectuais comunistas, o que o fez produzir o artigo na revista comunista Clarté, intitulado “Em direção a uma escola do proletariado”. Escrevendo para outra revista, chamada “Les Humbles”, pode viajar para a URSS em 1925 a convite do Sindicato panrusso dos Trabalhadores do Ensino (PORTIER, 1997, p.3). Após casar-se com Élise Lagier-Bruno, jovem professora primária de Altos-Alpes, aderem ao Partido Comunista em 1926 (PORTIER, 1997, p.4).

Portanto, à luz de Freinet, desejamos fortalecer instrumentos que permitam o autorreconhecimento dos estudantes como sujeitos históricos. Explorar a história por outros ângulos e perspectivas pode revelar aos educandos uma realidade até então desconhecida. Os estudantes, críticos de seu tempo e do passado, adquirem a capacidade de enxergar o mundo em sua volta, revelando os conflitos e as tensões que permeiam nossa sociedade.

A expansão da realidade promovida pelo aprendizado histórico possibilita que os educandos tornem-se mais sensíveis às dores e as lutas alheias, valorizando a dimensão cidadã da educação. Portanto, neste trabalho, acreditamos que a aula-passeio no contexto escolar pode ser uma estratégia a favor da pavimentação de um caminho em direção a uma educação libertadora.

Desta forma, o trabalho consiste em inserir a história local nas escolas, apontando suas características, formas de utilização e vantagens no processo de ensino-aprendizagem. Através da história oral, das aulas-passeio e da educação patrimonial como instrumentos de reflexão sobre a história local, exploraremos o lado lúdico da história, fugindo da monotonia das aulas. Logo, buscamos construir maneiras de capacitar o aluno a produzir identificação com o passado da cidade, reconhecendo-se como parte integrante da história da sua localidade, mas também do país e do mundo. Assim, capazes de compreender as rupturas e continuidades na história, sendo sujeitos de suas realidades e que sejam capazes de sonhar com um futuro diferente, construído a partir da sua participação ativa na sociedade.

A partir da proposta de repensar a história local nas escolas, o estudo será iniciado discutindo os conceitos de região e território, necessários para a delimitação geográfica da localidade abordada em nosso trabalho. Julgamos que antes de debater as potencialidades da história local no ensino-aprendizagem, seria fundamental discutir como estes conceitos podem ampliar a compreensão sobre as dimensões da localidade, quando ela também é detentora de uma historicidade que merece ser relativizada. Para isso, nos baseamos nos historiadores Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008), Ana Luiza Setti Reckziegel (1999), Gabriel de Souza (2021), Maria Alice Garcia de Mattos (2022) e no geógrafo Rogério Haesbaert (2005).

Posteriormente, analisamos a constituição do ensino de história no país e suas características atuais. Esta discussão sobre o panorama do ensino de história deve-se a tentativa de compreender os limites e obstáculos na educação, para que o trabalho possa propor formas de intervenção neste quadro através da história local, favorecendo o aprendizado dos estudantes. Sobre a construção do ensino de história no país, os aportes teóricos de Elza Nadai (1993), Kátia Maria Abud (1993), Flávia Caimi (2016) e Victor Ridel Juzwiak (2021) foram

fundamentais para a pesquisa. Junto destes autores, Ilmar Rohloff de Mattos (2007) foi importante para discutirmos a valorização do trabalho do docente escolar que possibilita ultrapassar as barreiras e limitações curriculares.

À luz das reflexões do historiador alemão Jörn Rüsen (2010), avançamos na discussão sobre as particularidades do aprendizado histórico, buscando mapear a maneira como ocorre o processo de interiorização das experiências históricas pelos alunos, com o objetivo de valorizar a história local como metodologia favorável à consciência histórica dos alunos, ou seja, que ela permita que aprendizado tenha significado para a vida dos estudantes. Em seguida, nos apoiamos nas reflexões da historiadora Selva Guimarães Fonseca (2009) para discutirmos as vantagens da história local para o ensino-aprendizagem.

Além disso, neste caminho, foi imprescindível para o estudo analisar os impactos da história oral, das aulas-passeio e da educação patrimonial neste processo de ensino-aprendizagem. Elas configuram-se como estratégias importantes para a aplicação da história local neste projeto. Para elucidar os debates sobre a educação patrimonial, nos orientamos pelas ideias de Maria Célia Paoli (1992), Geny Ferreira Guimarães (2018), Hugo Achugar (2006) na Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial (2003) e em uma publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) denominado “Educação Patrimonial, histórico, conceitos e processos” (2012). Verena Alberti (2004), Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2004) foram fundamentais para discutirmos sobre a importância e a aplicação da história oral no ensino-aprendizagem.

Por fim, como um dos objetivos é aproximar os estudantes à investigação histórica, constituindo-se como jovens pesquisadores da história local, a pesquisa almeja orientar os alunos para que escapem dos obstáculos comuns à produção historiográfica, apresentando-os métodos de pesquisa para que interajam com o passado, onde possivelmente se aproximarão de memórias que contrapõem à história oficial. Com esse objetivo, recorremos a Gagnebin (2006) e a outra publicação de Albuquerque Júnior (2012).

Para elaboração de nosso roteiro pedagógico de aulas-passeio foi necessário discutir a história de Paracambi. Sobre a importância da Cia. Têxtil Brasil Industrial para a história da cidade, os trabalhos de Keller (2019) e Ciavatta (2007) foram valiosos. Para explicar a história do desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil, recorremos ao brasilianista Stein (1979). Lamego (2007) e Coutinho (2014) foram referenciais teóricos indispensáveis para compreendermos a relação histórica entre o território paracambiense com o município de

Itaguaí e a antiga Fazenda de Santa Cruz. Os memorialistas Natal e Natal (1987) e Delphim (2023) também foram fundamentais para o debate sobre a história local.

Ademais, com o aporte teórico de Sampaio (1989), (2002) e Elias (2002) discutimos as contribuições de Freinet para a educação e as suas concepções sobre a aula-passeio. Com isso, de maneira concomitante ao nosso roteiro pedagógico de visitas aos lugares de memória de Paracambi, construímos um material de apoio com atividades relacionadas à História local. Estas propostas de atividades foram idealizadas a partir do Manual de Aplicação de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação (2013a). Em nossas atividades, incentivamos os estudantes a realizarem entrevistas com pessoas associadas aos lugares de memória contemplados em nosso itinerário de aulas-passeio. Para o auxílio nas entrevistas, recorreremos também ao referencial teórico de Freitas (2006).

Por conseguinte, em nosso primeiro capítulo do trabalho abordamos as discussões teóricas e metodológicas que servem de arcabouço para a pesquisa. Discutimos os conceitos de região e território, que são fundamentais para a delimitação geográfica do trabalho, e depois analisamos as peculiaridades da utilização da história local na educação. Refletimos sobre o aprendizado histórico a partir da viabilidade da utilização da história oral e da educação patrimonial no contexto da história local e procuramos ao fim do capítulo, demonstrar alguns dos limites e obstáculos sobre o estudo da história regional.

No segundo capítulo desenvolvemos uma análise específica da história de Paracambi. Discutiremos o processo de ocupação do atual território da cidade, o surgimento da Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages, a chegada da ferrovia D. Pedro II em 1861 e posterior instalação da Companhia Têxtil Brasil Industrial no Povoado de Macacos. Além da historicidade da localidade, verificamos a sua conexão com as regiões da Baixada Fluminense e Centro Sul fluminense, buscando destacar os fatores que permitem identificar a integração da cidade com esses territórios, transcendendo o espaço físico e político de Paracambi.

O último capítulo foi dedicado a apresentar o roteiro pedagógico construído no trabalho. Para iniciar a nossa proposta de intervenção pedagógica por meio da história local, identificamos os lugares de memória a serem visitados em nosso itinerário de aulas-passeio. O roteiro também é composto de um material de apoio aos estudantes sobre a educação patrimonial, englobando inúmeras atividades para que eles reflitam sobre os diversos monumentos da cidade e sua relação com a vida da população paracambiense.

Capítulo 1

1.1. Região e Território: delimitando a localidade

A partir do momento que me propus a refletir sobre a história local e ao iniciar as pesquisas sobre suas potencialidades, me deparei com uma questão significativa para a pesquisa. Quais as dimensões e limites da região devem ser considerados numa pesquisa que se propõe a levar a história de um município para o espaço escolar? Se escrevo sobre localidade, preciso me desvencilhar das armadilhas que fazem considerar os conceitos de região e território como limites imutáveis, eternos, como algo dado e vistos por nós, historiadores, sem a sua devida historicidade. Portanto, uma discussão valiosa para esta dissertação que busca favorecer o aprendizado histórico através da história local é a discussão sobre conceitos como região e território.

Estes conceitos, largamente utilizados e debatidos na geografia, precisam ser apropriados pela historiografia permitindo que a pesquisa construa-se respeitando os sentidos pelos quais os conceitos são utilizados, contribuindo para a legitimidade da pesquisa. Dessa maneira, é possível dizer que o trabalho com história local pode ultrapassar as fronteiras da disciplina de história por si só, avançando em direção a outras áreas de conhecimento, constituindo-se como um objeto de estudo de caráter interdisciplinar.

A respeito da relevância dos conceitos históricos, Koselleck ao analisar os projetos políticos defendidos pelo estadista Hardenberg para a Prússia (KOSELLECK, 2006, p.99) num período histórico efervescente marcado pela revolução francesa e industrial, questionou diversos conceitos utilizados por ele, como estado, classe, cidadão, buscando revelar, de acordo com a utilização do autor, os seus respectivos significados para a época. Koselleck foi à origem destes conceitos, demonstrando que com o passar dos anos, eles podem adquirir outros sentidos, com transposições e sobreposições intermináveis (2006, p.107). Assim, Koselleck defendeu que a história dos conceitos é fundamental à prática do historiador, quando se interroga as fontes históricas, historicizando os conceitos, refletindo sobre o sentido e contexto pelo qual a expressão foi utilizada no tempo. Para ele, a história dos conceitos pode constituir-se como importante meio de sustentação da história social.

Na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico. Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível lingüístico. (KOSELLECK, 2006, p. 101)

A partir da relevância da história dos conceitos, é fundamental para esta pesquisa a reflexão acerca dos conceitos de território e região. Iniciaremos aqui a discussão sobre o conceito de região baseando-nos na contribuição de Reckziegel sobre a história regional. Ela, em seu artigo chamado História Regional, dimensões teórico-conceituais, debate sobre a configuração teórica e metodológica necessária ao estudo da história regional. Segundo ela, a história regional, quando começou a ganhar espaço entre os pesquisadores na década de 1990, ainda era construída sem muito rigor metodológico, pautada na descrição e narração dos fatos históricos. A região era vista pelos pesquisadores como algo dado. Sem sua devida historicidade (RECKZIEGEL, 1999, p. 19-20.).

Assim como ela, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao se debruçar sobre o conceito de região e a maneira como os estudos regionalistas construíram-se no país, constata que falta aos estudiosos regionalistas relativizar os limites geográficos definidos pelo próprio pesquisador em suas pesquisas. Estes limites por vezes tem uma natureza inquestionável. Ele afirma:

Como é comum, no discurso historiográfico, quando se trata de pensar os espaços, a região aparece como um dado da realidade que não precisa ser em si mesmo pensado ou problematizado, não precisa ser tratado historicamente. A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria per si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região. A história da região seria o que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites. A história regional seria aquela que aconteceria no interior das fronteiras regionais, não a história dos acontecimentos que produziram essas dadas fronteiras regionais. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 55-56.)

Com base nessas críticas, um ponto chave para valorizar as pesquisas historiográficas sobre história regional, tanto para Reckziegel quanto para Albuquerque Júnior, é a compreensão do conceito de região. À luz do geógrafo Paulo Cesar da Costa Gomes, Reckziegel localizou a origem do conceito e de forma breve o detalhou (RECKZIEGEL, 1999, p.16).

Para ela, mais precisamente na antiguidade, o termo *regione* definia as áreas dominadas pelas magistraturas romanas. Posteriormente, na idade média, o termo ligava-se às diversas subdivisões regionais que deram origem a poderes autônomos, típicos do regime feudal. Durante a modernidade, na medida que os Estados modernos construíam-se, o conceito ganhou amplitude e sendo alvo de crescente interrogação, foi associado a termos como nação e território, contribuindo para a emergência disciplinar da geografia. Até que com a chegada da idade contemporânea, com a reconfiguração política motivada pela ascensão do nacionalismo

que culminou com o surgimento dos Estados nacionais, o conceito de região ganhou um significado espacial, abrangendo as dimensões políticas, culturais, econômicas, relativas a soberania e a representação de uma determinada localidade (RECKZIEGEL, 1999, p. 16).

Ainda durante a idade moderna, o conceito de região já estava associado à geografia, tornando-se hoje um conceito-chave da disciplina. E, como dito acima, a partir do sentido espacial atribuído a região, Reckziegel cita o geógrafo Milton Santos, que define o espaço como um fato social, fruto da ação e da experiência humana ao longo do tempo. Um espaço em constante alteração, permitindo a relação com múltiplas temporalidades, pois envolve a historicidade do passado, e o que ela chama de “historicidade possível”, ou seja, o que ainda pode ser construído e modificado (RECKZIEGEL, 1999, p.16). Desta maneira, espaço e região podem ultrapassar as delimitações físicas e institucionais, porém, são incapazes de abranger a totalidade de experiências humanas em dimensões locais constituídas com base nas vivências particulares possuidoras de funcionamento e identidades próprias.

Seguindo este mesmo princípio, Reckziegel traz as contribuições de Frémont para afirmar que a região consiste em um espaço vivido (RECKZIEGEL, 1999, p.18). A região pode compreender não apenas o mundo material construído pela intervenção dos grupos humanos, mas também permite associar a este espaço o componente psicológico fruto da vivência, possibilitando uma relação de afetividade.

A região, com o correlato regionalismo, implica investimentos afetivos, emocionais, passionais, pulsionais, imaginários, utópicos em uma dada territorialidade, ou seja, exige o investimento em uma dada territorialização da existência; exige a circunscrição de uma espacialidade como sendo o suporte para a vida subjetiva de um dado sujeito individual ou coletivo. O colocar-se na posição de sujeito de um dado discurso regional, no lugar de sujeito de dadas práticas ditas e vistas como regionalistas, regionalizantes ou regionalizadoras, implica em fazer deste recorte, ao mesmo tempo, material e imaginário, o suporte para vivências, para experiências, para atitudes, para emoções, para investimentos de desejo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.61)

Assim, ao fazer história regional devemos explorar não só a materialidade da história, mas devemos nos lançar em direção ao imaginário, já que esse espaço ocupado também é carregado de subjetividade. Portanto, é possível considerar que a região constitui uma realidade em que grupos sociais ou indivíduos apropriam-se e mantêm uma relação sentimental com o espaço. Sendo assim, as características administrativas, históricas, ecológicas, econômicas e psicológicas estão presentes na região, conferindo a ela dimensões plurais (RECKZIEGEL, 1999, p.18).

No entanto, ao afirmarmos que a ocupação do espaço envolve a apropriação dele pelas coletividades, é fundamental salientar que as relações de poder influenciam na dinâmica de domínio da localidade. A região também é resultado dos jogos de poder que se estabelecem historicamente, permitindo que espaços estejam sujeitos ao controle das classes dominantes ou das classes dominadas.

Por conseguinte, Albuquerque Júnior alerta aos pesquisadores locais que o regionalismo, sem o rigor metodológico necessário, tem sido utilizado de forma a reforçar e legitimar a história dos vencedores. Logo, contribuindo para uma história de opressão que divide, classifica e hierarquiza os grupos sociais. Para ele, deveríamos ter a prudência de questionar acontecimentos tidos como verdades absolutas da localidade, tais como os mitos de origens ou a suposta existência de uma vocação histórica de uma região. Estas narrativas sustentam estereótipos sobre o espaço estudado e escondem processos históricos de dominação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 61).

Acho importante neste momento resgatar Gilberto Freyre em seu Manifesto regionalista de 1926. Ainda que a obra esteja envolvida num contexto brasileiro particular, isto é, em meio à crise política da Primeira República, Freyre denunciava a influência do estrangeirismo como um referencial cultural na construção do Brasil como nação, sobretudo a cultura europeia e americana. No entanto, para Freyre ainda envolvido num debate de construção da identidade nacional, o caminho para o Brasil partiria da valorização do regionalismo brasileiro, tendo o nordeste como expoente. Assim, ele destaca entre diversas tradições populares nordestinas, os mocambos:

O mucambo é um desses valores. Valor pelo que representa de harmonização estética: a da construção humana com a natureza. Valor pelo que representa de adaptação higiênica: a do abrigo humano adaptado à natureza tropical. Valor pelo que representa como solução econômica do problema da casa pobre: a máxima utilização, pelo homem, na natureza regional, representada pela madeira, pela palha, pelo cipó, pelo capim fácil e ao alcance dos pobres. (FREYRE, 1996, p. 3)

O mocambo descrito por Gilberto Freyre é a representação do que vimos até aqui sobre o conceito de região. Os mocambos são símbolos da interação e adaptação do homem ao meio ambiente, e ao mesmo tempo representam os espaços habitados por parte da população pernambucana marginalizada e segregada em razão do processo de dominação capitalista. Em meio a hostilidade que o próprio ambiente natural oferece a vida humana e das relações de poder historicamente construídas em nossa sociedade, os moradores dos mocambos, utilizando-se de recursos e saberes surgidos localmente, erguiam as habitações em locais insalubres, como

pântanos e mangues (FREYRE, 1996, p. 3), e, portanto, traduzem a região como um espaço de adaptação, de constante transformação, fruto da relação da experiência humana com a natureza e com a sociedade.

Mesmo Freyre não propondo um procedimento ou uma metodologia específica para esse regionalismo defendido por ele, porém, em sua obra, enfatiza a necessidade de um olhar específico que serve de lição para nós historiadores e que soa extremamente contemporâneo: a valorização das tradições populares, das vivências, que produzem saberes, num objetivo de monumentalizar o povo brasileiro invisibilizado (FREYRE, 1996, p.4).

Agora avançaremos em direção ao conceito de território. Uma análise sobre a história regional requer a problematização deste conceito. Assim como o conceito de região, ele é amplamente utilizado pela geografia, no entanto, o termo possui diversas variações de sentido e é comumente explorado por outras áreas de conhecimento, como as Ciências Biológicas, as Ciências Políticas, a Economia, (SOUZA, 2021, p. 17), além da própria disciplina de História.

Acreditamos que a abordagem de Rogério Haesbaert, geógrafo brasileiro referência nos estudos sobre território, seja importante para aprofundarmos o conceito. Haesbaert define o conceito como:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2005, p.1)

Para Haesbaert, o território está diretamente ligado às relações de poder que ao longo do tempo impõem a apropriação ou dominação do espaço. A dominação material sobre um espaço acontece com a formação de propriedades, típica de nossa sociedade capitalista. No entanto, com o passar dos anos, as mudanças no espaço influenciadas pelas relações de poder, manifestam-se de forma diferente, não apenas com a formação de propriedades, manifesta-se no campo simbólico pela forma de apropriação sobre o território (HAESBAERT, 2005, p 1-2). Indo mais além, para Fuini, ao analisar as definições de território produzidas por Haesbaert, há uma perspectiva territorial de dominação, onde há a imposição do poder político e econômico sobre o território, poder este identificado com grupos hegemônicos. Além dessa característica, existe outra perspectiva em que se enquadram grupos marginalizados, subalternos, permitindo

uma apropriação de forma plural do território. O território neste último caso é “tratado como um geossímbolo, com valor de uso (abrigo, lar, segurança afetiva)” (FUINI, 2017, p.23).

Diversos agentes ao longo do tempo influenciam na construção do território e sua apropriação. “Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja e etc” (HAESBAERT, 2005, p. 3).

Em conformidade com esta visão, a contribuição de Souza (SOUZA, 2021) para as pesquisas sobre história local é muito oportuna. Segundo os critérios de diversos geógrafos, como Claude Raffestin, José Mattoso, Affonso Graça Filho, Marcos Aurélio Saquet, e o próprio Haesbart, Souza construiu seu olhar sobre o território a partir de perspectivas histórico-geográficas. Assim, ele une as delimitações geográficas às particularidades da história, fazendo com que a história apoie-se na geografia e em sua definição de território para abordar as especificidades da localidade a serem estudadas (2021, p. 18).

A perspectiva histórico-geográfica é múltipla e pode ser analisada em diversos contextos. Souza propõe cinco subdivisões de análise sobre o território: a perspectiva histórico-geográfica administrativa, a perspectiva histórico-geográfica natural, a perspectiva histórico-geográfica econômica, a perspectiva histórico-geográfica sociocultural e a perspectiva histórico-geográfica híbrida (SOUZA, 2021, p. 18).

Dentre todas as subdivisões analisadas por Souza, a perspectiva histórico-geográfica híbrida se destaca pois consegue abarcar características das outras perspectivas citadas por ele, constituindo-se como uma abordagem de múltiplas dimensões, por isso chamada de híbrida (SOUZA, 2021, p. 25). Observa-se a múltipla classificação jurisdicional presente na perspectiva administrativa, mas também a perspectiva natural, que contempla o espaço e a interação humana no ambiente natural, as questões econômicas ou os aspectos culturais da sociedade.

A partir da perspectiva-geográfica híbrida, Souza afirma:

O território é construído na observação do pesquisador que, fundamentado em seus objetivos, delimitará o sentido que deseja buscar na leitura da sociedade correlacionada com a política, da política correlacionada com a economia, da economia correlacionada com os padrões ambientes, enfim, das múltiplas dimensões que repousam sobre esse conjunto lhe dando particularidade em meio a uma extensão universal. (SOUZA, 2021, p. 26)

Portanto o resgate das perspectivas de Souza ao presente trabalho tem o objetivo de destacar que a pesquisa sobre a História Local, mesmo que faça um recorte geográfico do território do município de Paracambi a partir dos limites administrativos, pretende historicizar

a variedade de agentes de transformação do território, fazendo um recorte geográfico amplo, que podem ultrapassar os seus limites atuais. Os aspectos naturais, motivações econômicas, os grupos sociais envolvidos, todos tem relação com a construção do território. Além da proximidade com o Rio de Janeiro, o clima, a Mata Atlântica, o solo e os recursos hídricos abundantes, foram fatores preponderantes para a instalação da Cia. Têxtil Brasil Industrial na localidade. Através das indústrias, o povoado e depois o município viu sua população crescer. A cidade ganhou outras dimensões e foi envolvida em outras dinâmicas econômicas, fazendo com que o fluxo populacional se movesse em direção às zonas periféricas.

Logo, o território deve ser analisado à luz dos agentes históricos que exercem influência sobre sua construção. Para esta dissertação que fundamenta-se na história local de Paracambi, é possível estabelecermos múltiplas perspectivas do território. A ocupação do seu espaço pode ser observada pela perspectiva do poder exercido pela Cia. Têxtil Brasil Industrial sobre sua área de influência, incluindo tanto sua infraestrutura fabril quanto seu complexo de serviços destinados ao operariado. A indústria têxtil instalada em 1871 entre os municípios de Itaguaí e Vassouras, permitiu, junto de outros agentes econômicos, que o antigo Povoado do Ribeirão dos Macacos prosperasse até a emancipação da cidade de Paracambi em 8 de agosto de 1960. E, de outra forma, podemos observar esse território a partir da ótica do operariado, que mesmo como classe subalterna, ressignificou este espaço.

Somando-se a concepção de território produzida por Haesbaert às definições de região de Frémont e de espaço de Milton Santos, podemos repensar os limites da cidade a partir da vivência do operariado, de suas demonstrações de afetividade, como nas comemorações religiosas, festas e outras demonstrações culturais. E como um objetivo é levar a história local para a escola, é importante junto dos estudantes discutir sobre esses agentes de transformação no espaço territorial paracambiense, explorando as relações entre o passado e o presente, e possibilitando-os, com base numa visão crítica de sua região, o seu autorreconhecimento como sujeitos históricos.

Mattos (2022), em seu trabalho sobre a história local da favela de Vila Cruzeiro/RJ, também propõe a discussão sobre a ideia de território. Para ela o território é indissociável do conceito de espaço. O território ganha o sentido de uma organização espacial que contempla tanto sua dimensão política quanto afetiva, configurando-se como um espaço de tensão composto de lugares e de vivências. A partir de sua concepção de território, ela valoriza o espaço da Vila Cruzeiro propondo uma reformulação pedagógica, defendendo que a

territorialidade pode ter papel relevante nos processos educativos, integrando a comunidade local à escola. Citando o geógrafo Armando Corrêa da Silva,

O aluno é sujeito de um território e entendemos que ‘conhecer o território é, inicialmente, conhecer a si mesmo, nas partes e no todo. Em segundo lugar, conhecer o território é conhecer o outro’. Assim, acreditamos que os sujeitos carregam consigo experiências diversas que, muitas vezes, não encontram acolhimento nas práticas pedagógicas, as quais estão, normalmente, imbuídas de um sentido vertical de escolarização: enquanto o aluno aprende, o professor ensina. Propondo reconfigurar essa dinâmica, sugerimos que essas práticas passem a ser circulares e, ao passo que sejam retroalimentadas pelas experiências individuais dos sujeitos, uma vez que somos frutos das relações que nos atravessam e nossas vivências nos territórios marcam as pessoas que somos, e pelas construções coletivas que acontecem no território além dos muros das escolas, para que dialoguem com os saberes livres de hierarquizações (MATTOS, 2022, p.86)

Assim como Mattos, também propomos repensar as práticas pedagógicas escolares com base nas experiências locais. As atividades educacionais que desenvolvemos no terceiro capítulo buscam a integração entre a escola, o bairro, a cidade e as coletividades. O diálogo estabelecido com a comunidade através da educação patrimonial permitirá que os estudantes além de investigarem a história, descubram-se e construam sua própria identidade.

Adiante, no segundo capítulo, abordaremos a história da cidade de Paracambi. Junto da análise da história da cidade, investigaremos a relação deste território com a Baixada Fluminense e com a região Centro Sul do Estado do Rio de Janeiro. O município faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, integra a baixada fluminense, mas ao mesmo tempo tem vínculos históricos com a região integrante do Vale do Paraíba.

Antes de sua emancipação em 1960, parte do atual território de Paracambi pertencia ao município de Vassouras, cidade que se desenvolveu durante o Brasil monárquico a partir da economia cafeeira. A chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II no povoado de Macacos em 1861, atual centro de Paracambi, fortaleceu o vínculo da história da cidade à produção cafeeira no Vale do Paraíba (SANTOS, 2017, p.19). A ferrovia tinha inicialmente a função de escoar a produção agrícola da região para o Rio de Janeiro.

Conforme pesquisamos a história da cidade e investigávamos o surgimento dos primeiros povoados que deram origem a Paracambi, nos deparamos com trabalhos valiosos que nos revelaram um horizonte a ser explorado. Paracambi também pertencera ao município de Itaguaí. Analisar o passado de Itaguaí e da Fazenda de Santa Cruz nos possibilitou compreender a história da cidade por outras perspectivas e a encontrar um passado comum a outros municípios da baixada.

A partir das possibilidades de se compreender a delimitação do território, outros questionamentos surgiram na pesquisa. Com base na história de Paracambi, nos perguntamos sobre sua ligação com a Baixada Fluminense. Existem limites administrativos que inserem Paracambi a este espaço geográfico do Estado do Rio de Janeiro, mas ao mesmo tempo, esses limites desprezam particularidades históricas de seus municípios integrantes.

Tradicionalmente, existe uma narrativa que estereotipa o território da baixada fluminense como um lugar violento, alvo de disputas por facções, milícias e totalmente abandonado pelo poder do Estado. O passado da cidade de Paracambi e sua conexão com a região do Vale do Paraíba possibilita compreendermos que a história da baixada fluminense é multifacetada. Seu território pode ser analisado sobre diferentes perspectivas, condicionado à ação de diversos agentes de transformação que produziram histórias e identidades únicas.

Por isso, analisaremos a história do município no segundo capítulo levando em consideração sua localização e suas conexões históricas com as regiões vizinhas. Acreditamos que o território mereça ser problematizado sob diferentes olhares e diferentes dimensões.

1.2. A história local como estratégia de ensino-aprendizagem

Após o debate imprescindível à história local sobre os conceitos de região e território que permitiram a construção do recorte geográfico para a dissertação, é fundamental ir mais além nas possibilidades de abordar a regionalidade entre os estudantes. A seguir, o trabalho pretende propor maneiras de inserir a história local no ensino de história escolar como alternativa às limitações do currículo escolar do país.

Ao definirmos a inserção da história local no cotidiano escolar, entendemos o termo como uma categoria de análise. Assim, as estratégias utilizadas objetivam sistematizar metodologias como a educação patrimonial, a história oral e as aulas-passeio.

Neste caminho, propomos um mergulho à história local através do contato direto dos estudantes com o patrimônio material e imaterial da cidade. Isto posto, buscamos despertar a motivação dos estudantes e sobretudo promover o aprendizado histórico.

Desta maneira, inicialmente, buscaremos, ao historicizar a disciplina de história escolar no Brasil, apresentando um panorama geral sobre ela e suas implicações na educação brasileira. E por fim, será indispensável à dissertação a discussão sobre o aprendizado histórico à luz das reflexões do historiador Jörn Rüsen sobre a consciência histórica, bem como analisar as contribuições da história oral e da educação patrimonial neste processo de ensino-aprendizagem. Ao mesmo tempo, caminharemos no sentido de problematizar a história local

destacando a relevância da memória regional, isto é, fugindo de uma concepção de verdade histórica vinculada à história oficial, mas valorizando o “não dito”, as memórias silenciadas, que serão parte do objeto de pesquisa dos estudantes.

Como dito acima, antes de discutir as formas de inserir a história local nas escolas, é importante refletir sobre alguns limites da história enquanto disciplina escolar. Discutiremos adiante a implementação da disciplina de história no Brasil explicitando suas características até a recente homologação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), ocorrida em 2017.

O currículo escolar é um espaço de grande confronto. É cenário de luta por hegemonia política, cultural e econômica, quando se disputa a memória, através de narrativas sobre a construção do passado e do presente (CAIMI, 2016, p. 87). A História enquanto disciplina esteve em meio a essas disputas desde a sua implementação em 1838, no Colégio Pedro II. A história escolar tinha o propósito de fundar a nação brasileira, construindo o que seria a civilização do país recém independente de acordo com a ideologia da classe dirigente. A história ensinada nas escolas enfatizava o viés eurocêntrico, negava-se os crimes cometidos na conquista portuguesa, a escravidão negra e indígena era ocultada e suas memórias silenciadas (NADAI, 1993, p. 149).

Junto do eurocentrismo, entre os séculos XIX e XX, destacava-se também no currículo a visão linear da história. Ela era ensinada a partir da sucessão dos fatos. Não se problematizavam as rupturas e continuidades de processo histórico, o aluno era ensinado a memorizar, tendo o papel de identificar o passado, mas sem compreendê-lo (NADAI, 1993, p. 149). A história tinha a função de civilizar. O aluno precisava conhecer grandes feitos, grandes heróis, tendo como finalidade garantir a unidade do país.

Além disso, a educação era privilégio das elites do país. Na primeira metade do século XX, as classes inferiores estudavam nos grupos escolares quando eram alfabetizados para trabalhar com o maquinário das fábricas. O ensino de história nas escolas pautava-se por um currículo que ainda atendia aos interesses das elites, legitimando a manutenção do status quo (ABUD, 1993, p. 167).

No século XX, após o período das guerras mundiais a escola passou por transformações que acompanharam as mudanças estruturais no país. A industrialização e a urbanização permitiram que o ensino secundário, até então oferecido para as elites, fosse estendido às classes populares. No entanto, com o início da Ditadura Militar, o ensino de história nas escolas sofreu um grande golpe, ao perder sua autonomia com a criação dos Estudos Sociais, que passaria a englobar Geografia e História durante o primeiro grau. O regime militar queria formar os alunos

para o mercado de trabalho. Pretendia-se criar um cidadão passivo e, para isso, esvaziar a história enquanto disciplina escolar era um método importante.

Com a redemocratização, o currículo escolar sofreu novas modificações. A disciplina escolar Estudos Sociais deixou de existir e em 1998, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, a história passou a ser fortemente influenciada pela corrente metodológica da Escola dos Annales (FERNANDES, 2021, p. 41). E em virtude das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), em vigor a partir de 2014, surgiria a BNCC em 2017. Não pretendo aqui ir a fundo nos três textos da base, mas vale ressaltar que as primeiras versões apresentavam avanços relacionados ao estudo da História do Brasil e valorizavam a diversidade cultural brasileira, fugindo da abordagem eurocêntrica (CAIMI, 2016, p. 90).

Com grande espaço nas mídias tradicionais e sociais, nos últimos anos, presenciamos o crescimento de movimentos reacionários que inflamaram o debate público no Brasil e impactaram a elaboração da BNCC. Movimentos como a Escola Sem Partido, Escola Livre e o Movimento Brasil Livre (MBL) mantêm postura agressiva aos docentes, rotulados como doutrinadores, esquerdistas, comunistas e tantos outros adjetivos muito mal compreendidos por estes grupos. Ainda é comum no noticiário episódios de invasões a escolas por ativistas e políticos ligados a esses movimentos conservadores com intuito de censurar os docentes em todo o Brasil. Portanto, as posturas de hostilidades ao campo progressista ganharam diferentes escalas, atingindo escolas e a própria elaboração da BNCC.

Assim, a versão da BNCC homologada de 2017 manteve a cronologia linear que pressupunha a história baseada na sucessão de fatos e ainda guiada por uma visão eurocêntrica. Ela assumia então um caráter liberal, promovendo um discurso favorável à formação dos estudantes voltados ao mercado de trabalho. Malerba (2017) critica o texto da BNCC, afirmando que a base reposiciona o professor no processo de ensino-aprendizagem como um mediador, sem autonomia, como um ser passivo e neutro politicamente.

Entretanto, Caimi (2016) analisando este momento histórico, nos permite compreender que estes debates antagônicos revelam as disputas pelo poder em torno das propostas curriculares. A partir das pesquisas do educador canadense Christian Laville, que pesquisou o contexto das mudanças curriculares em diversos países com estruturas políticas distintas, desde governos autoritários à governos ditos democráticos, de esquerda e de direita, Caimi afirma:

As mudanças curriculares ocorrem, nessas diferentes experiências históricas narradas por Laville, para dar conta de interesses e necessidades diversas, como manter a ordem estabelecida, perpetuar uma determinada tradição, recontar a história a partir da ótica

dos novos “donos do poder”, instaurar uma nova identidade nacional, lutar contra o poder do Estado, fortalecer ou legitimar a tomada do poder, definir uma identidade supranacional etc. (CAIMI, 2016, p. 88)

A dissertação de Juzwiak (2021) também aborda a complexidade e o jogo político por trás da construção das diversas versões da BNCC, até sua homologação em 2017. Em meio à crise política do país durante a construção da base curricular, Juzwiak aponta a participação de corporações do setor privado em sua elaboração. Acreditamos que este indício corrobora a visão de que a base também é um instrumento para a manutenção do status quo, quando mantém a visão linear da história, a perspectiva eurocêntrica e ainda prioriza a formação dos estudantes ao mercado de trabalho.

A impressão é que ao longo dos anos as transformações curriculares foram modestas. A história enquanto disciplina continua conteudista, bancária, baseada na transmissão de conhecimentos em que priorizam a formação ao mundo do trabalho, trazendo à memória o tecnicismo característico da Ditadura Militar. É preciso propor outros métodos para que os estudantes possam garantir o aprendizado histórico.

A análise do código disciplinar de história faz-se importante na medida que percebemos que na história brasileira a educação serviu de instrumento para a manutenção da hierarquia social. Diversas forças conservadoras agem em prol de uma educação esvaziada, acrítica. E recentemente, sob influência política neoliberal, caminha-se para uma educação cada vez mais individualista, pois é pautada na lógica em que o aluno deve ser estimulado ao saber fazer prático, isto é, aprender habilidades para ter acesso ao mercado de trabalho.

No entanto, acreditamos que a escola não funciona apenas como um mero veículo que reproduz automaticamente as normas e políticas públicas que chegam até ela, como acontece com a BNCC. Acreditamos que as disciplinas escolares, como a história, operam de acordo com uma cultura escolar própria que possibilita a criação de novos caminhos na educação a partir de suas carências particulares ao contexto que estão envolvidas. Nesta direção, Chervel (1990) ao refletir sobre a história da disciplina escolar, acaba trazendo importantes considerações sobre a cultura escolar:

[...]os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história.[...] Uma “disciplina”, é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte. (CHERVEL, 1990, p.180)

Este panorama do ensino de história no Brasil nos permite refletir sobre como poderíamos transpor estes obstáculos dispostos no caminho do ensino-aprendizagem. E para isso, nos mobilizamos inicialmente a rever as produções historiográficas sobre a história do município e como deveríamos aplicá-las no contexto escolar, no sentido de estreitar o conhecimento acadêmico com o conhecimento escolar, propondo a renovação do ensino-aprendizagem, através da história local.

Assim, entendemos que o saber escolar é restrito ao cotidiano escolar, construindo e adaptando-se às necessidades impostas ao aprendizado. E mesmo que os conteúdos de ensino sejam próprios do ambiente escolar, por meio de um projeto pedagógico é possível acessar os saberes eruditos e levá-los às escolas. A partir de Juzwiak (2021, p. 85), consideramos que a disciplina escolar constitui-se como uma ponte entre o saber acadêmico e o saber prático, de maneira que as mudanças produzidas pela historiografia abastecem as escolas com novas práticas e perspectivas no ensino-aprendizagem. Buscamos então neste trabalho, criar pontes entre estes saberes, de modo a privilegiar o ensino-aprendizado de história.

Nesta discussão sobre a relação entre saber acadêmico e saber escolar resgatamos o pensamento do historiador Ilmar Rohloff de Mattos. Mattos (2007) reflete sobre as diferenças entre fazer e contar uma história, quando supostamente ocorreria uma separação entre a produção historiográfica, esta restrita aos historiadores acadêmicos, da prática do historiador nas escolas. No entanto, ele revela que o professor escolar, a partir da condição de leitor (das obras e produções acadêmicas), pode se constituir como um novo autor, ao transformar o saber acadêmico em algo novo, em algo próprio que possa ser aplicado aos alunos. A condição de leitor é importante pois o professor através do acesso a variadas produções historiográficas, decifra esse objeto de estudo erudito e os leva aos estudantes (2007, p. 12). O professor escolar de história pode fazer a transposição do conteúdo científico para a escola, interpretando e fazendo a síntese do mesmo, adaptando-o à lógica escolar.

As críticas ao panorama do ensino de história no Brasil vistas anteriormente, e a capacidade da escola de produzir um espaço saber único, nos permite analisar como a história local pode ser utilizada neste contexto de aproximação entre a produção científica e o ensino escolar.

Primeiro olhemos para o cenário da história local nas escolas brasileiras. Anteriormente, quando abordamos os conceitos de região e território, fizemos considerações sobre a falta de rigor metodológico característico na história local aplicada no Brasil. Porém, quanto ao seu uso no contexto escolar, precisamos apontar outros problemas e desafios.

Desde que houve o interesse por nos aprofundar nas produções historiográficas mais recentes sobre o passado da cidade de Paracambi, pudemos constatar que na realidade escolar, a história local muita das vezes é trabalhada de forma superficial pelos educadores. E por isso, aqui achamos relevante trazer o diagnóstico feito por Selva Guimarães Fonseca (2009) dos problemas identificados na aplicação da história local nas escolas brasileiras nas séries iniciais.

Fonseca aponta que os estudantes ao depararem-se com a história local não conseguem fazer relação histórica entre o seu espaço, o Brasil e o mundo, o local é um universo próprio. Ocorre também a naturalização da vida social e política. Se reproduz um sentido de comunidade que esconde relações de poder e dominação. Outra característica marcante é que quando ocorre o debate sobre o aspecto político da localidade, cultua-se um progresso, linear e evolutivo normalmente pautados por figuras heroicas do município. E por fim, um problema fundamental sobre a história regional é que as fontes de estudo são insuficientes. São materiais normalmente produzidos pelas prefeituras que tem como objetivo defender grupos detentores de poder político ou econômico. Com isso se reproduzem hierarquias sociais, preservando a memória da elite local (FONSECA, 2009, p. 154).

A partir do cenário do ensino do ensino de história do país, a história local como afirmamos, pode contribuir para o ensino-aprendizagem. No entanto, cabe aos educadores que utilizam-se da história local, ultrapassar estas barreiras. Fonseca transcreveu parte dos estudos dos historiadores portugueses Antonio Pedro Manique e Maria Cândida Proença sobre história local, destacando algumas potencialidades de sua utilização no ensino, que aproximam o saber acadêmico do saber escolar, como dissemos anteriormente.

Segundo eles, a história local como recurso didático pode incorporar metodologias científicas no cotidiano escolar, introduzindo os alunos às práticas investigativas históricas. A história local pode também impactar na motivação dos estudantes, quando eles, com base nestas pesquisas, são capazes de relacionar suas experiências pessoais diretamente ao passado estudado.

Com isso, para Manique e Proença, a investigação histórica no meio escolar pode impactar no desenvolvimento das capacidades intelectuais do aluno, tornando-o apto a analisar, comparar, diferenciar elementos da pesquisa e produzir uma síntese final sobre este trabalho. Os estudantes podem também, ao proceder num método de investigação histórica, desenvolver a observação, a dedução e ser estimulados a aventurar-se pela interdisciplinaridade, na medida que constatarem que apenas a história pode não ser capaz de responder às suas interrogações.

Por fim, eles defendem que o chamado “estudo do meio” como objeto de estudo escolar, isto é, a história local, pode contribuir para que o aluno integre-se e compreenda melhor a sociedade, fazendo com que a história permita o exercício da cidadania e possibilite a orientação para a intervenção no meio que vivem (FONSECA, 2009, p. 158-159).

A partir destas competências, a história local converte-se no que Manique e Proença chamam de pedagogia da memória. A história local no aprendizado histórico valoriza as memórias locais possibilitando o sentimento de pertencimento naquele lugar social que habita, e, contribui para uma visão plural da sociedade, tendo contato com outras formas de ser, e agir.

Sobre a pedagogia da memória, Manique e Proença afirmam:

Uma pedagogia da memória pressupõe ainda uma pedagogia do sujeito, o que, em termos didáticos, se traduz na adoção de estratégias implicativas inerentes a qualquer aprendizagem que se pretenda activa. Numa pedagogia que tenha em conta a pluralidade de tempos e culturas, ocupam lugar privilegiado aos estudos de história local. Quando nos referimos aos estudos do meio não os limitamos ao recolher de costumes, tradições, festas e comemorações locais, que podem e devem ter lugar numa didáctica desse tipo, mas também o trabalho com fontes arquivísticas, procurando efectuar com os alunos uma iniciação precoce ao trabalho do historiador. (MANIQUE e PROENÇA, 1994, *Apud*, FONSECA, 2009, p. 157)

Portanto, acreditamos que devemos estreitar o conhecimento acadêmico com o conhecimento escolar, visando a renovação dos processos de ensino-aprendizagem. Assim, neste trabalho, faremos uma análise da historiografia recente sobre Paracambi e as compartilharemos junto dos estudantes para que posteriormente eles prossigam em direção às pesquisas locais. No capítulo três demonstraremos a maneira como os alunos terão contato com essas obras associadas à história do município de Paracambi, seus espaços de memória e como pretendemos, através do trabalho com a história local, estabelecer a ponte entre o saber acadêmico e o saber escolar.

Entretanto, antes de explorar outros caminhos para trabalhar a história local na educação, devemos discorrer sobre aprendizado histórico. Uma discussão imprescindível nesta dissertação dependerá das contribuições do historiador alemão Jörn Rüsen sobre o aprendizado histórico.

Comentamos anteriormente que os alunos através da história local podem ser levados a exercer a cidadania, compreendendo a sua realidade social através do passado, proporcionando a sua intervenção na realidade, isto é, apontando para um futuro com outras expectativas. Para isso, precisamos compreender à luz de Rüsen o funcionamento do aprendizado histórico.

Rüsen (2010, p. 42) explica que o aprendizado pode ser efetivo quando, a partir de uma didática da história, há como objetivo a consciência histórica. Ele destaca que a didática da história tem papel relevante quando volta-se para os aspectos mentais do sujeito, isto é, para a sua consciência, onde é fundada a referência para o aprendizado dos conteúdos. Como se a didática orientasse as narrativas que serão interiorizadas no consciente, dentro do processo de aprendizagem. Nesses processos mentais, a partir desse pensar, ocorre o aprendizado histórico. “O aprendizado histórico pode, portanto, ser compreendido como um processo mental de construção de sentido” (2010, p. 43).

Contudo, para que um conteúdo, ou uma informação, seja considerada um aprendizado, depende que as competências dessa narrativa histórica produzam alguma identificação com o sujeito. Elas precisam despertar algo que mobilize o indivíduo na sua vida prática (RÜSEN, 2010, p. 43).

É imprescindível ser mais específico sobre o papel da consciência histórica no aprendizado. Ronaldo Alves, à luz das ideias de Rüsen, explica a definição de consciência histórica:

A consciência histórica pode ser compreendida, sinteticamente, como a aplicação do pensamento histórico à vida, ou seja, a práxis mediada conscientemente pela razão histórica. Atividade composta por operações mentais que se desenvolvem de acordo com a importância e o sentido que terão para os próprios indivíduos em sua relação consigo mesmos e com o mundo que os cerca. [...] Trata-se do trabalho intelectual que tem como objetivo relacionar as experiências vivenciadas pelos seres humanos ao longo da História às expectativas geradas nesse mesmo processo. Nesse sentido, ter consciência histórica é apropriar-se das operações mentais do pensamento histórico com o objetivo de refletir sobre as experiências vivenciadas por si e/ ou pelo(s) outro(s) no decurso do tempo a fim de satisfazer expectativas concebidas no presente ou mesmo criar novas expectativas a serem transpostas no futuro. (ALVES, 2014, p.322)

A consciência histórica então depende das operações mentais dos indivíduos, isto é, seu pensamento histórico o possibilita a fazer a ligação entre a experiência humana no passado, com as demandas de sua vida, porém não só restrito ao presente, mas também permitindo que ele possa fazer uma projeção do futuro. De forma parecida, Reinhart Koselleck, ao tratar do tempo histórico, utilizava-se de duas categorias antropológicas para deduzir as noções de tempo: espaço de experiência e horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2014, p.307). Nelas as experiências individuais, coletivas, são rememoradas e transmitidas para outras gerações, e estas experiências podem servir de orientação para o futuro, quando cria expectativas para o que está por vir (ALVES, 2014, p.323).

Podemos relacionar esse processo de interiorização (operações mentais) das experiências históricas durante o aprendizado, a partir da noção de competência narrativa analisada por Rüsen. Ela seria um conjunto de competências que através de três dimensões temporais, permitiriam o aprendizado histórico. “Os desafios do presente, experiências do passado e expectativas de futuro” (RÜSEN, 2010, p. 43-44). As três dimensões do tempo estão ligadas a três operações dispostas no aprendizado: experiência, interpretação e a orientação. Através da experiência qualitativa do passado, os fatos históricos são interiorizados pelo sujeito, depois interpretados de forma que recebam um significado, criando uma imagem da história, para no fim servir de orientação para a vida prática (2010, p. 85-87). Assim, torna-se útil o saber histórico, permitindo a identificação e o posicionamento do indivíduo como sujeito da própria história.

O aprendizado histórico pode ser posto em andamento, portanto, somente a partir de experiências de ações relevantes do presente. [...] Somente quando a história deixar de ser aprendida como uma mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimentos acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendizado e se tornar fator de determinação cultural da vida prática humana. (RÜSEN, 2010, p. 44)

Convém encontrar meios na educação para que nos distanciemos do ensino de história baseado em blocos de conhecimentos positivos, ou seja, de conteúdos entediantes que não despertam o gosto do aluno pelo saber histórico e não proporciona utilidade para suas vidas. Contudo, a inserção do estudo da história local nas escolas pode ser uma possibilidade de alterar esse cenário. Através dela e de outros recursos como a história oral podemos possibilitar um ensino de história que tenha significado para os estudantes. Que seja capaz de fazer com que compreendam a realidade social em que vivem, como sujeitos críticos de seu tempo e do passado.

Nesse sentido, Manique e Proença refletem sobre a formação de identidades através da consciência histórica:

Uma identidade constrói-se a partir do conhecimento da forma como os grupos sociais de pertença viveram e se organizam no passado, mas também da verificação da forma como se estruturam para fazer face aos problemas do presente, tendo uma componente que aponta para o futuro, pelo modo como este se prepara por meio da fixação de objetivos comuns. (MANIQUE e PROENÇA, 1994, *Apud*, FONSECA, 2009, p. 156)

Desta maneira, com o propósito de ensino baseado na identificação dos alunos com a história, cabe aqui problematizar também a importância da utilização de metodologias ativas no ensino de história. As aulas-passeio, o trabalho com fontes orais por parte dos alunos, entre

outros métodos, permite que os alunos sejam capazes de exercitar seu papel questionador dos processos históricos, reconhecendo a historicidade de si mesmos e compreendendo que a história é construída por gente comum.

Nessa direção, Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli são fundamentais nesta dissertação para conciliar os estudos de história local à utilização da história oral na escola, contribuindo para o aprendizado histórico. Para Schmidt e Cainelli, a história oral é capaz de oportunizar a ligação de nossas histórias às outras histórias de vida, nos identificando como parte integrante de coletividades, com suas lutas e necessidades (SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p. 161). Desta forma, a história oral torna-se um importante aliado da história local quando ela permite aos estudantes aproximarem o conteúdo aprendido nas aulas, nos livros, ao seu cotidiano.

Como se baseia no tempo presente, a história oral possibilita a identificação dos alunos com as tradições e vivências de sua comunidade a partir da investigação histórica de seus grupos sociais, étnicos ou familiares (SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p. 167). Ainda, configura-se como uma forma democrática de refletir sobre o passado, quando exalta os vencidos, os excluídos (JOUTARD, 1996, p. 52). Sobre a história oral, Phelippe Joutard afirma que em países como a Itália e França, a história oral foi inserida nas escolas como forma de motivar os alunos a conhecerem as relações entre o passado e o presente. E através desta metodologia, muitos alunos tiveram acesso a documentos ou depoimentos que dificilmente seriam recebidos por historiadores (1996, p. 49).

Ainda para a discussão sobre a história oral junto aos estudantes, Verena Alberti traz considerações importantes para o trabalho, apontando peculiaridades da história oral e as diversas possibilidades da pesquisa por essa abordagem. A história oral também pode constituir-se como uma excelente alternativa para superar a monotonia e motivar os estudantes nas salas de aula. Alberti (2004, p. 15) defende que a história oral possibilita a ilusão de enxergar um passado vivo. Através dos depoimentos e da história de vida dos entrevistados, aflora a sensação de que é possível reviver essa experiência. Os relatos são compostos de características singulares, como emoções, reações e observações que dão um colorido ao passado (2004, p. 14). A vivacidade promovida por essas narrativas também cria o sentimento momentâneo de que é possível rememorar um passado contínuo, sem rupturas ou descontinuidades, como se a memória fosse mais acessível, concreta e mais bem percebida.

Anteriormente falamos a respeito dos obstáculos da história local, dado a dificuldade de acesso às fontes históricas. Selva Fonseca ao relativizar o assunto a partir das ideias do

historiador Raphael Samuel, entendendo que o cenário espinhoso é característico da história local no Brasil, defende que a história oral é capaz de transpor os problemas gerados pelos arquivos deficitários regionais, na medida que ela pode ampliar a compreensão do contexto histórico, permitindo vermos o que os documentos escritos não mostram, revelando os silêncios e possibilitando o registro da memória viva (FONSECA, 2009, 155).

Desse modo, Schmidt e Cainelli (2004) comentam sobre a utilização de fontes orais no ensino de história:

Além do mais, esse tipo de trabalho com fontes orais desenvolve as relações interpessoais e toda uma série de habilidades instrumentais derivadas do trabalho de planejar entrevistas, elaborar dossiês, realizar transcrições, propor planos de trabalhos, relacionar-se – inclusive – com pessoas desconhecidas, falar em público etc. (SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p. 169)

Fundamental esta contribuição de Schmidt e Cainelli pois no terceiro capítulo desta dissertação detalharemos a produção de um manual com instruções para direcionar os estudantes nas pesquisas sobre a educação patrimonial que utiliza da história oral como estratégia. Como dissemos, os estudantes serão orientados a colher relatos sobre a vivência dos ex-operários da cidade, buscando destacar as memórias do ambiente de trabalho e das tradições construídas pelos operários e suas famílias a partir da vida nas vilas operárias em torno das fábricas.

Além da história oral, a pesquisa também recorrerá às estratégias do educador francês Celestin Freinet para a utilização das aulas-passeio dentro da proposta da pesquisa. As aulas - passeio, entre outras características, motivam e despertam entre os alunos a curiosidade sobre o passado a partir do contato com diversos lugares de memória, colocando-os como figuras ativas no processo educativo (BARROS e VIEIRA, 2019, p. 82). No terceiro capítulo, ao especificaremos a construção de nosso roteiro de visitas aos lugares de memória da cidade de Paracambi-RJ, além de discutir como nos apropriaremos desse método de ensino na pesquisa, destacamos o contexto de surgimento das aulas-passeio e suas valências no ensino-aprendizagem.

Com o objetivo de iniciar o debate no trabalho sobre as aulas-passeio, foi preciso caminhar em direção à educação patrimonial. Para isso, nos baseamos nas premissas expostas no trabalho produzido pelo IPHAN, denominado “Educação Patrimonial, histórico, conceitos e processos”. Ele foi importante para que a pesquisa oriente-se por um caminho fundamentado entre tantos outros que a educação patrimonial tem percorrido no país, como o afirma a publicação de 2012 do IPHAN:

Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação programática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se acotovelam com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se misturam a práticas significativas em que esses materiais não constituem um fim em si mesmo; ao contrário, compõem partes de processos educativos. (IPHAN, 2014 ,p. 21)

Portanto, recorreremos à definição adotada pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), órgão que coordena, integra e avalia os projetos de Educação Patrimonial do IPHAN. Para a CEDUC,

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 21)

A participação das coletividades na construção de propostas educativas é fundamental para o IPHAN. Naturalmente o patrimônio histórico passa por diferentes transformações ao longo do tempo. Neste percurso, ele é apropriado por diferentes agentes que em decorrência das relações de poder construídas historicamente, ressignificam esses espaços de memória e produzem saberes particulares, sendo essencial que educadores e pesquisadores mirem na contribuição dessas coletividades.

Como já citamos, uma contribuição importante deste trabalho é possibilitar que o aprendizado em história seja potencializado a partir de estratégias que aproximem a história até a realidade local dos estudantes, isto é, que a história escolar tenha sentido para as suas vidas. A partir desta perspectiva, é fundamental mencionar a premissa defendida pelo IPHAN na publicação intitulada “bens culturais inseridos nos espaços de vida das pessoas” (IPHAN, 2014, p.21). Para explicar a efetividade da educação patrimonial, sugere que é preciso superar a visão de que lugares de memória, monumentos e edifícios limitam-se ao seu aspecto material, isolados em seu contexto histórico, quando deveriam ser associados às práticas da vida cotidiana de maneira a atribuir sentido a aquele espaço para as coletividades, favorecendo a

prática educacional. (2014, p.21). O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão é citado na publicação e explica a relação entre os bens culturais e sua importância local:

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia. (BRANDÃO, 1996, *Apud* IPHAN, 2014 p.51)

A citação de Brandão é oportuna neste momento pois está em conformidade com nossa proposta pedagógica. As visitas aos lugares de memória da cidade serão complementadas com as pesquisas desenvolvidas pelos estudantes a partir da história oral. Assim, acreditamos que a proposta permita que os estudantes consigam estabelecer relações entre a história da sua localidade e sua realidade social, promovendo a reflexão sobre as transformações do espaço da cidade e suas implicações na sociedade. Caso contrário, como afirma Brandão, estaríamos reproduzindo a ideia obsoleta de cultivar os bens culturais, imobilizando-os no tempo presente e desprezando as interações com a cultura local.

Como temos o objetivo de caminhar em direção a educação patrimonial e a memória da Companhia Brasil Industrial tem um lugar especial neste trabalho, é oportuno mencionar a Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial. Através do texto presente na carta aprovada pelos delegados da Assembleia Geral da Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial⁵, (TICCIH), em 17 de julho de 2003, pretende-se defender o estudo e a conservação dos vestígios materiais herdados do fenômeno histórico da Revolução Industrial.

Entre os vestígios da Revolução Industrial encontram-se:

Os delegados reunidos na Rússia por ocasião da Conferência 2003 do TICCIH desejam, por conseguinte, afirmar que os edifícios e as estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. (TICCIH, 2003, p.2.)

A Carta de Nizhny Tagil (2003) estabelece um marco temporal para o estudo do patrimônio industrial, com o início da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII

⁵ Na língua inglesa The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage.

até os dias atuais. Porém, estabelece que não é possível desprezar as origens dos processos históricos que desencadearam as manifestações da revolução. Mais adiante a carta menciona a definição de patrimônio industrial:

O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003, p.3.)

O patrimônio industrial, portanto, vai além da sua importância material. A história por trás da arquitetura, de sua tecnologia específica, de seu maquinário, é tão importante quanto sua dimensão social. Ela representa também a trajetória de vida de milhares de operários cujas memórias merecem ser resgatadas do subterrâneo da história.

Para isso, a TICCIH defende que entre as medidas de preservação do patrimônio industrial está a valorização da educação. Além de propor que no ensino superior e técnico ocorra uma especialização teórica, metodológica e histórica do patrimônio industrial, mencionam que é preciso elaborar “materiais pedagógicos específicos abordando o passado industrial e o seu patrimônio para os alunos dos níveis primário e secundário” (TICCIH, 2003, p. 12-13).

Desta maneira, nossa proposta de unir as aulas-passeios às atividades que promovam a educação patrimonial colocam-se em consonância com o parecer da Carta de Nizhny Tagil sobre a educação. No entanto, a discussão sobre o patrimônio histórico é repleta de desafios. Maria Célia Paoli (1992) questionava uma visão sobre o patrimônio histórico que nos parece atual em nossa sociedade:

Não é, no entanto, o que parece acontecer: quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre numa imagem congelada do passado. Um passado paralisado em museus cheios de objetos que ali estão para atestar que há uma herança coletiva – cuja função social parece suspeita. Monumentos arquitetônicos e obras de arte espalhadas pela cidade, cuja visibilidade se achata no meio da paisagem urbana. Documentos e material historiográfico que parecem interessar somente a exóticos pesquisadores. Modos de expressão artística folclorizados e destituídos de seu sentido original. A atitude externa que habitualmente se tem com relação a este passado mostra o quanto a sua preservação – como produção simbólica e material – é dissociada de sua significação coletiva, e o quanto está longe de expressar as experiências sociais. (PAOLI, 1992, p. 25)

Quando nos referimos a condição da história local no Brasil ainda desconectada do passado e da realidade da sociedade, isto é, estanque, sem quase ou nenhum significado à

população local, podemos, através de Paoli, compreender que a relação com patrimônio histórico é uma continuidade desse panorama de isolamento do passado.

A cidade de Paracambi, quanto à preservação do patrimônio histórico, parece estar ainda num estágio anterior ao citado por Paoli, quando parte dele encontra-se abandonado, às vezes em ruínas como a sede da Fazenda do Sabugo do século XIX⁶. Outros monumentos, mesmo tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), foram descaracterizados. O patrimônio material tenta resistir ao tempo e é urgente que o poder público crie instrumentos que promovam a preservação desses espaços.

Convém citar que a situação de abandono ou de esquecimento da cultura operária e do passado das indústrias têxteis de Paracambi pode estar terminando. Em 2019, foi iniciado um movimento para a preservação da história da Cia. Têxtil Brasil Industrial. Mesmo tombada como patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro pelo INEPAC em 1985, foi necessário o movimento de preservação iniciado através dos esforços do professor Davi Pereira Romeiro Neto e de outros professores do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), do campus Paracambi. No mesmo ano, o movimento deu origem ao Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil, promovendo pesquisas que permitissem a preservação da memória operária e do passado da cidade de Paracambi.

O Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil foi importante para a elaboração do produto educacional sobre os espaços de memória de Paracambi. Com o apoio dos integrantes do centro de memória Davi Romeiro e Julieta Romeiro foi possível realizar uma aula-passeio experimental pela fábrica⁷. A atividade contribuiu para compreendermos as possibilidades de desenvolvimento do itinerário de visitas aos lugares históricos da cidade. Igualmente importante, o centro de memória mantém um portal na internet onde disponibiliza um acervo com diversos trabalhos acadêmicos sobre a história da fábrica. Os estudos disponíveis foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Retornemos à discussão sobre o patrimônio histórico no Brasil à luz das ideias de Maria Célia Paoli. Paoli parte do princípio que a política de preservação do patrimônio no Brasil,

⁶ Fazenda conhecida por seu passado vinculado à produção de tijolos. Junto da olaria, se destacava também pelo ramo da citricultura, cuja produção chegou a ser direcionada à exportação nas primeiras décadas do século XX (ALVES, 2014, p.90).

⁷ No dia 6 de novembro de 2023, realizamos uma aula-passeio experimental, visitando diversos lugares de memória de Paracambi/RJ. A atividade foi conduzida com os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental do Instituto de Educação Aquarela, uma escola particular do município. Caminhamos pela região central da cidade, atravessamos a antiga Vila Operária e encerramos o passeio nas dependências da Fábrica do Conhecimento, antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial. Na fábrica fomos recebidos pelos integrantes do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil, o professor Davi Romeiro e a professora Julieta Romeiro. Posteriormente, os professores realizaram uma palestra para os estudantes, discutindo os aspectos históricos da fábrica.

refletindo a historiografia brasileira, foi desenvolvida com base na preservação da história dos vencedores. Acontecimentos, memórias e narrativas, eram silenciadas e esquecidas, construindo uma história oficial. Partindo dessa lógica, histórias foram contadas, monumentos foram erguidos, quando a história sob domínio das classes dirigentes tentava produzir um sentimento de identificação com os vencedores e ao mesmo tempo deslegitimar as classes subalternas, os grupos sociais marginalizados e dominados no processo histórico (PAOLI, 1992, p. 26).

De maneira semelhante a Paoli, Guimarães (2018) discute sobre o processo de construção do patrimônio nacional. Através da denominação processo-projeto patrimonial, a autora defende que o processo de seleção dos patrimônios caminha lado a lado com um projeto de construção da identidade nacional. Neste contexto, a herança branca, europeia, considerada um modelo civilizatório a ser seguido pelo Brasil foi privilegiado. Este projeto acaba produzindo “supervalorização para um grupo e uma desvalorização para outros grupos. As heranças africanas permanecem sendo subjugadas pelo silenciamento, apagamento e apropriações de suas marcas negras” (2018, p. 101).

Paoli (1992) aponta um caminho fundamental para as políticas relacionadas ao patrimônio nacional:

A construção de um outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de criar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. Aposta, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências de grupo que mesmo quando tenham um fraco nexos com a história instituída. É exatamente aí que se encontra um dos maiores desafios: fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido das participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado. (PAOLI, 1992, p. 27)

Pretendemos, portanto, justamente propor um outro caminho de interpretação da história da nossa localidade. Um caminho que possibilita aos estudantes tornarem-se críticos da história local, percebendo que o abandono do patrimônio e ocultação das memórias coletivas não ocorre apenas em razão do desprezo à história e ao passado, marcantes em nossa sociedade. Através do patrimônio material e imaterial da cidade, os estudantes podem enxergar a história por outros ângulos, evidenciando os espaços de disputa, as tramas que envolvem a história e o que ela propositalmente monumentaliza. Queremos, a partir do contato com o patrimônio histórico, que

se reconheça a importância da preservação do passado explorando sua dimensão plural, trazendo à luz as memórias coletivas que são necessárias para compreensão da realidade que vivemos, orientando-nos em direção a um horizonte de expectativas e mudanças, através das quais, a história e o olhar sobre o patrimônio permitirá resguardar o que Paoli defende, como o direito ao passado, isto é, a história como estratégia viabilizadora da cidadania.

Assim como Guimarães e Paoli discutem a maneira pela qual os patrimônios são concebidos, podemos afirmar que a memória também é um campo de disputa. Para Achugar (2006), a memória oficial não reflete diretamente na memória coletiva. As memórias são monumentalizadas a partir de lutas por hegemonia em nossa sociedade. Ou seja, monumentos foram e são materializados a partir de setores que têm o monopólio do poder por trás das narrativas a serem preservadas. No Brasil temos exemplos vastos que vão desde a exaltação da memória de bandeirantes ou de ditadores.

Em paralelo aos conflitos em torno da memória pública, o pesquisador uruguaio aponta uma crise existencial de nossos tempos, na qual brilhantemente ele define como o “fantasma de um Alzheimer coletivo” (ACHUGAR, 2006, p. 175). O fantasma desperta o medo em nossa sociedade de literalmente perdemos nossas memórias e termos, quase que obrigatoriamente, de monumentalizá-las. A partir da reflexão de Steven Englund sobre a memória, Achugar (2006) aponta um fator importante para o problema:

A sensação de uma aceleração do tempo, alimentada pela transformação dos meios de comunicação, não fez mais do que exacerbar tanto a fascinação diante do novo quanto a ‘angústia’ da perda do já conhecido; pelo menos para aqueles que aspiram a uma nostálgica ‘restauração do passado’, ou que tentaram ‘normalizar o passado’.

Vivemos num cenário em que o desenvolvimento tecnológico implica diretamente no tempo. O mundo tem cada vez mais pressa. A tecnologia permite que relações sociais estejam cada vez mais rápidas. Nos basta entrar num feed de notícias do *Facebook*, numa timeline de um aplicativo como o *Twitter*, ou mesmo num site de um grande portal de notícias, somos bombardeados com inúmeros acontecimentos simultâneos. Num mundo tecnológico e globalizado, parecemos confinados num tempo presente interminável. Com a mesma facilidade que produzimos tantas memórias, também nos esquecemos dela.

Apesar desta crise de nosso tempo, o fantasma do esquecimento também é fruto de uma transformação importante em nossa sociedade. Novos sujeitos históricos lutam por suas memórias. Uma mudança cultural, ou “civilizatória”, permite que setores sociais antes silenciados pela história oficial, disputem as narrativas históricas (ACHUGAR, 2006, 176).

Assim, os lugares de memória surgem como esteio nesta batalha pelo direito à memória coletiva. Estes lugares, não necessariamente são materializados. O “lugar teórico a partir de onde se fala” é “contaminado pela memória e povoado de monumentos”, monumentos que se mantêm vivos graças às memórias afetivas, repleto de emoções e sentimentos construídos a partir de múltiplas experiências vividas (ACHUGAR, 2006, p. 176).

Ao mesmo tempo, este lugar teórico abre espaço a muitas narrativas. No contexto da história da antiga fábrica têxtil um operário pode lembrar-se de seus momentos de trabalho juntos aos teares, próximo a milhares de trabalhadores. Com o fechamento da fábrica, ela deu lugar a uma escola técnica, o IFRJ. O hoje, o mesmo lugar, provavelmente proporcionará memórias um tanto quanto diferentes, um espaço de educação, de conhecimento, de contato com inúmeros estudantes e professores de diversos locais e realidades. E isso mais uma vez nos joga no problema do esquecimento. Um lugar de memória é um lugar de inúmeras identidades possíveis.

Com isso, Achugar (2006) aponta uma solução contra o fantasma do Alzheimer coletivo: o monumento.

No monumento está a chave. No monumento e naqueles que vêm após os que construíram o monumento. No monumento como signo que tenta vincular passado e futuro. No monumento, ou na lápide, que se supõe avisará aos que vêm depois o que aconteceu antes. No monumento como objetivação da memória (ACHUGAR, 2006, p. 172).

O remédio contra o esquecimento, portanto, é o monumento. É ele que resiste ao tempo e alcança as gerações futuras. Por isso, aqui desejamos valorizar uma gama de lugares de memória. Mesmo transformados pela ação do tempo, estão vivos na memória da população paracambiense, e através de diversas estratégias aqui utilizadas, pretendemos junto dos estudantes, acessar estas histórias.

Sobre a participação dos estudantes neste trabalho, os consideramos pesquisadores. Queremos que eles se envolvam no trabalho escolar não apenas visitando os espaços de memória, mas também investigando o passado destes locais. E por isso, com o interesse de proporcionar uma educação escolar voltada para indivíduos conscientes historicamente, é necessário afastar-se de outros obstáculos de ordem metodológica que afetam a condução da pesquisa.

Os alunos instigados a estudar a história local, através dos testemunhos orais, análise de documentos e das aulas ao ar livre não estarão aptos a descobrir a verdade por ela mesmo. É impossível descrever o passado exatamente como ele foi. O passado já passou. O que nos resta

é “apoderar-se de uma lembrança tal como cintila num instante de perigo” (BENJAMIN, 1974, *Apud* GAGNEBIN, 2006, p. 40). O que faz o historiador é articular a reminiscência do passado, manipulando as lembranças como centelhas próximas de se apagarem. As lembranças, ou memórias, são rastros do passado que permitem que o historiador o reconstrua (RICOEUR, 1995, *Apud* GAGNEBIN, 2006, p. 43). Porém, a reconstrução nunca chegará próximo do que ele realmente foi um dia, dada a fragilidade da memória. O historiador, ou mesmo o aluno, acaba então construindo o passado com base nas perguntas e problemas surgidos no presente.

No mesmo caminho, Albuquerque Júnior refletindo sobre o papel da história em nossas vidas, bem como a relação com o passado afirma:

[...] O passado não faz sentido em si mesmo e não está desconectado do contemporâneo. O passado não possui uma verdade fechada, mas está sujeito a permanente reelaboração de sua inteligibilidade a partir das questões que lhe são formuladas a partir das preocupações, das condições históricas do presente em que é interrogado, estudado, analisado, ensinado. [...] A história serve para que possamos realizar, no plano do conhecimento, do pensamento, do imaginário, da memória, aquilo que não podemos fazer no plano da realidade e da empiria: sair do presente, ausentar-nos desta temporalidade que nos cerca, olhar este de fora e ter com ele uma relação de distanciamento, de estranhamento, ter, dele, uma visão perspectiva. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 30)

Achamos importante essa discussão pois desejamos que os estudantes se envolvam nas pesquisas sobre educação patrimonial e investiguem o passado. Portanto, é fundamental que compreendam que é impossível alcançar uma verdade no passado. Eles possivelmente colhendo os depoimentos dos entrevistados poderão ter contato com diferentes narrativas de um mesmo evento histórico. Assim, é impossível descrever o passado exatamente como ele foi. Para Gagnebin (2006) durante a investigação histórica é “necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade” (2006, p. 44).

Como forma de ilustrar esta possibilidade de negação do passado no resultado da investigação sobre os espaços de memória, podemos citar uma visão comum manifestada entre os ex-operários da Cia. Têxtil Brasil Industrial. Em alguns depoimentos nota-se uma visão romântica de um tempo em que sobretudo esta fábrica trazia prosperidade para a cidade. Famílias inteiras eram empregadas na indústria têxtil. A indústria fornecia moradia para a família operária, além de saúde, opções de lazer e educação.

No entanto, com base nos estudos do sociólogo paracambiense Paulo Keller (2019), entendemos que havia um paternalismo industrial junto de uma rede de controle sobre o operariado. Como exemplo, os guardas da fábrica obrigavam que todos os operários estivessem

em suas casas na vila operária a partir das 22 horas. Mesmo no interior de suas casas não tinham liberdade. Durante a noite, depois do toque de recolher, as janelas deveriam estar fechadas, caso contrário, cabia aos guardas investigarem o porquê de a família operária estar descumprindo a regra (2019, p. 75). Até mesmo a forma como vestiam-se passava pela aceitação ou não dos padrões morais definidos pela fábrica⁸.

A presença dos patrões nos espaços de convivência operária ajudava a difundir a ideia de uma grande família (KELLER, 2019). Na maior festividade operária da Brasil Industrial, as comemorações da padroeira da fábrica, Nossa Senhora da Conceição, o patronato fabril, além de se envolver na organização dos festejos, participavam das celebrações junto dos operários.

Portanto, os diversos serviços ofertados pela fábrica aos trabalhadores contribuíam para camuflar a dominação sobre o operariado. Os limites das fábricas eram muito maiores que o limite físico dos portões e de seus muros. Ela invadia o espaço social dos trabalhadores e constituía-se também com uma forma de controle moral. Fazendo menção a essas contradições entre o controle do operariado imposto pela fábrica e a memória afetiva do período, é intrigante o fato que os serviços oferecidos aos trabalhadores não representavam prejuízos financeiros para fábrica, pois eram descontados dos salários do operariado (KELLER, 2019, p. 104-105).

A memória da dominação fabril é muito controversa entre os ex-operários. Isso ocorre provavelmente em virtude da forma dissimulada, às vezes sutil, de como o controle social era implementado através do paternalismo industrial. Em razão disto, muitos ex-funcionários dificilmente expõem um lado mais crítico à direção da companhia. As narrativas mais difundidas entre os ex-operários são de um apoio quase irrestrito à companhia.

A discussão sobre a memória da dominação fabril juntos dos estudantes será fundamental para o trabalho a ser desenvolvido. Como o trabalho busca distanciar-se da memória oficial da cidade, será necessário questionar esta memória geradora de controvérsias entre os ex-operários da fábrica. Como já citado, um dos objetivos da dissertação é que os próprios alunos tenham a capacidade de colher experiências de antigos moradores através da educação patrimonial e da história oral, expondo aos demais estudantes estes relatos, fomentando um debate sobre a história local em sala de aula.

É essencial discutir as diversas narrativas históricas. É preciso sair do lugar comum na história, distanciando-se da perspectiva tradicional, aventurando-se em novos caminhos. As

⁸ Quando o bonde se movia atravessando a vila operária transportando os diretores da companhia em direção ao complexo fabril, os funcionários, mesmo que no interior de suas casas, deveriam vestir-se adequadamente, como sinal de respeito à autoridade que passava (KELLER, 2019, p. 149).

fontes orais permitem que os estudantes tenham um olhar mais crítico a respeito do passado da cidade de onde vivem, mas mesmo elas, também estão inseridas em relações de poder que influenciam suas narrativas. Assim, é necessário pensar historicamente e problematizar a história oficial. Para Le Goff (1990), o documento é monumento. É preciso monumentalizar o documento histórico, compreendendo as relações de poder por trás da sua construção. A criação do documento é resultado de uma montagem consciente ou não, sendo preciso desmistificá-lo, identificando e problematizando o ambiente pelo qual foi produzido. Da mesma forma, os testemunhos orais partem de uma construção histórica que também merece ser monumentalizada.

Por vezes a história local levada às escolas acaba valorizando acontecimentos que são pouco significativos para a memória popular da cidade e contribuem para o silenciamento da história popular. Esses fatos fazem parte de uma memória oficial. É comum a exaltação às visitas de D. Pedro II à cidade, ou participação da princesa Isabel na instalação da Cia. Têxtil Brasil Industrial. Também é habitual lembrar da arquitetura inglesa desta fábrica, ou até de uma suposta leva de ingleses que teria servido como primeira força de trabalho. No entanto, segundo a memória local, a mão de obra escrava teria sido fundamental para a sua construção. Esta mesma memória popular menciona a existência de alguns cemitérios de escravizados abandonados na região central do município, indicando a possibilidade de uma numerosa população cativa. Da mesma maneira, a memória operária encontra-se em segundo plano. A condição de exploração a que eram submetidos, bem como sua resistência a esse processo acabou negligenciado. Ocorre, portanto, um apagamento da memória coletiva.

Lembrando de Pollack (1990), a memória da escravidão e memória da cultura operária neste caso, estão na condição de memórias subterrâneas. A história oral na educação pode ser capaz de trazer essas memórias para a superfície, confrontando-as com a memória oficial. O silêncio, o “não dito”, se localiza nas zonas de sombra e são criadas às vezes pelo medo de falar, ou pela ausência de escuta (1990, p. 8). É preciso abrir espaço para o testemunho dessas histórias, resgatando essas vivências, inclusive nas escolas.

Sobre essa memória oficial, convém afirmar que documentos e arquivos fazem parte do jogo de poder intrínseco à história (HARTMAN, 2022, p. 28). Os arquivos são manipulados consciente e inconscientemente, cabendo ao historiador encontrar outras formas de recuperar essas lembranças. Os arquivos da Cia. Têxtil Brasil Industrial não são de fácil acesso e muitas memórias são conhecidas apenas por conta dos relatos dos populares. Em 1987, os

pesquisadores locais Clélia Natal e Gilson Natal referiam-se às greves de 1918 de forma temerosa.

Em um modo geral, hoje falamos em greve, com medo, como se isso fosse criado pelo povo atual. A quantas eu mesmo assisti ficando apavorada com as consequências, no entanto, a Cia. Brasil Industrial em 1918, pasmem os leitores, ficou parada por duas vezes... e por que? Greve, indisciplina. (NATAL, C. e NATAL, G, 1987, p. 40)

Provavelmente os operários da Brasil Industrial envolveram-se no circuito das grandes greves iniciadas pelos operários de São Paulo em 1917. Os pesquisadores locais não citam a fonte da informação. Possivelmente basearam-se nos testemunhos dos operários como em grande parte da obra publicada em 1987. Deste modo, muitas interrogações surgem a respeito da memória operária. O que mais poderia ser contado? Como os operários resistiram à exploração das fábricas? Esse fato pode ser confirmado? Existiram outras greves⁹?

Sobre a dificuldade de acesso às fontes, podemos lembrar de Trouillot (2016), quando defende que o silenciamento das memórias pode ocorrer em razão das relações de poder na própria produção de fontes, arquivos e narrativas. Para ele, há um desnível durante a produção destas fontes e relatos históricos que criam desigualdade de acesso às narrativas dos excluídos (2016, p. 58-59). Interrogar as fontes tradicionais, por vezes, não faz progredir a investigação do historiador. Uma possível estratégia defendida por ele, é deixar o silêncio falar por si só. E ele faz isso justamente reproduzindo o contexto do fato histórico que carece de fontes arquivísticas, trazendo narrativas contemporâneas do evento e as próprias produções historiográficas sobre o acontecimento (2016, p. 58-59). Ao fazer isso ele chama a atenção para as lacunas dentro da história, o “não dito”, e ao mesmo tempo persegue e questiona os rastros de poder que produz esse silenciamento.

Existem muitos caminhos a serem percorridos para a construção da história. Nesse sentido, para pesquisar, ou ensinar a história nas escolas, precisamos nos atentar para os seus limites teóricos e metodológicos. Os estudantes precisam estar inseridos em novas práticas e discussões que os possibilitem pensar historicamente. Assim, conseguirão ver a si mesmos como indivíduos em constante transformação, em meio a processos de rupturas e continuidades comuns à história, permitindo que o recuo ao passado os ajude a responder às questões do presente. Para Albuquerque Júnior (2012), a história promove o exercício lúdico de brincar de sair do presente, imaginando como era a vida, como a sociedade era regida, o que se pensava.

⁹ Keller (2019) detalhou a organização da greve de 1918. Ciavatta (2007) menciona outras greves, manifestações e paralisações dos operários da fábrica no período próximo da decadência da companhia, depois dos anos 1980.

O contato com a história nos faz compreender como chegamos aqui e que somos uma entre tantas outras possibilidades (2012, p. 31).

Assim, o estudo da história local como método de ensino-aprendizagem, apoiados em outras metodologias ativas, como na educação patrimonial que contempla as aulas-passeio e a história oral, pode valorizar a memória de grupos sociais esquecidos ou marginalizados. Ela permite recuperar as memórias subterrâneas, rememorando as trajetórias de atores sociais fundamentais à história regional que estão à margem da história oficial, como dos ex-operários, de suas famílias, de suas raízes e tradições que se perderam ou que ainda precisam ser identificadas. Acreditamos que com base na história local seja possível produzir engajamento na medida que os estudantes identificados com seu passado, adquirem consciência histórica e tornam-se capazes de se mobilizar para intervir nas suas realidades sociais. De uma perspectiva micro, pode-se pensar no macro. Da história de uma pequena cidade do interior do Rio de Janeiro, podemos refletir sobre o Brasil e o mundo.

Capítulo 2

2.1. A História de Paracambi-RJ e a vida na Vila Operária da Cia. Têxtil Brasil Industrial

Neste capítulo nos aprofundaremos pela história do município de Paracambi-RJ. Buscaremos abordar no texto a relevância de alguns espaços históricos da cidade que estão presentes em nosso manual de educação patrimonial. A maior parte dos espaços tem relação direta com a história da Cia. Têxtil Brasil Industrial e de seu operariado. Portanto, nos dedicaremos a refletir um pouco mais sobre esta história.

O município de Paracambi é um município da Baixada Fluminense¹⁰, localizado no Estado do Rio de Janeiro, pertencente a Mesorregião¹¹ Metropolitana do Rio de Janeiro e a Microrregião¹² de Vassouras. De acordo com o censo demográfico de 2022, a população paracambiense é de 41.375 habitantes (IBGE, 2022).

No sopé da Serra das Araras, através da Estrada Presidente Dutra ou pelos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil, Paracambi conecta-se à região metropolitana do Rio de Janeiro e à região Centro Sul Fluminense. Também pela sinuosa RJ -127, é possível subir a Serra do Mar, coberta de Mata Atlântica, passando por municípios como Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes e Vassouras.

O município de Paracambi é identificado como uma cidade com “jeitinho de interior”, como descreveu Nikita Pires¹³. Acreditamos que essa percepção esteja associada à localização de Paracambi no Vale do Café. O Vale do Café é uma área turística que engloba diversos municípios¹⁴ do Rio de Janeiro nas proximidades do Vale do Paraíba, região que no século XIX teve papel importante na economia cafeeira.

No mapa 1 destacamos a localização de Paracambi no mapa político do Estado do Rio de Janeiro dividido por regiões:

¹⁰ A Baixada Fluminense abrange os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Mesquita, Itaguaí, Paracambi, Seropédica, Magé e Guapimirim.

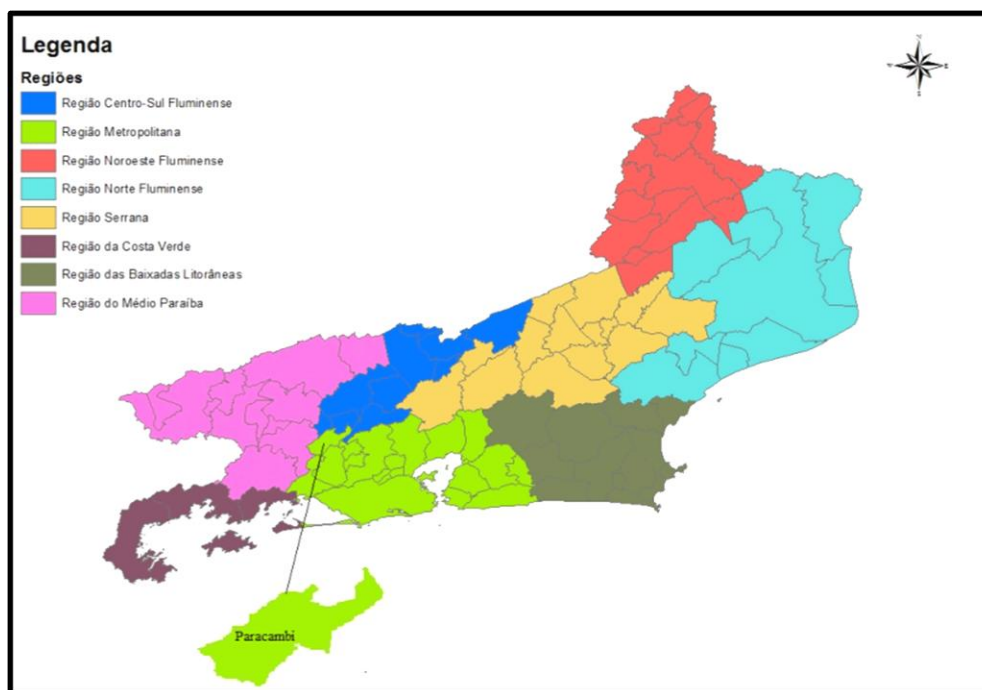
¹¹ Para o IBGE, Mesorregião é uma área que apresenta uma organização do espaço demográfico de dimensões específicas, de acordo com o “processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial”. Essas características produzem uma identidade regional para a Mesorregião (IBGE, 2017, p. 72).

¹² As Microrregiões são partes das Mesorregiões, definidas por suas especificidades da “estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira”, através das “informações sobre o quadro natural e sobre as relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais pela possibilidade de atender à população por meio do comércio varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos” (IBGE, 2017, p. 74).

¹³ Nikita usou como justificativa um portal informativo da época em que caracterizava Paracambi como a cidade “próxima à capital e com jeitinho de interior” (PIRES, 2013, p. 67).

¹⁴ Os municípios integrantes o Vale do Café são: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Paracambi, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

Mapa 1- Localização de Paracambi

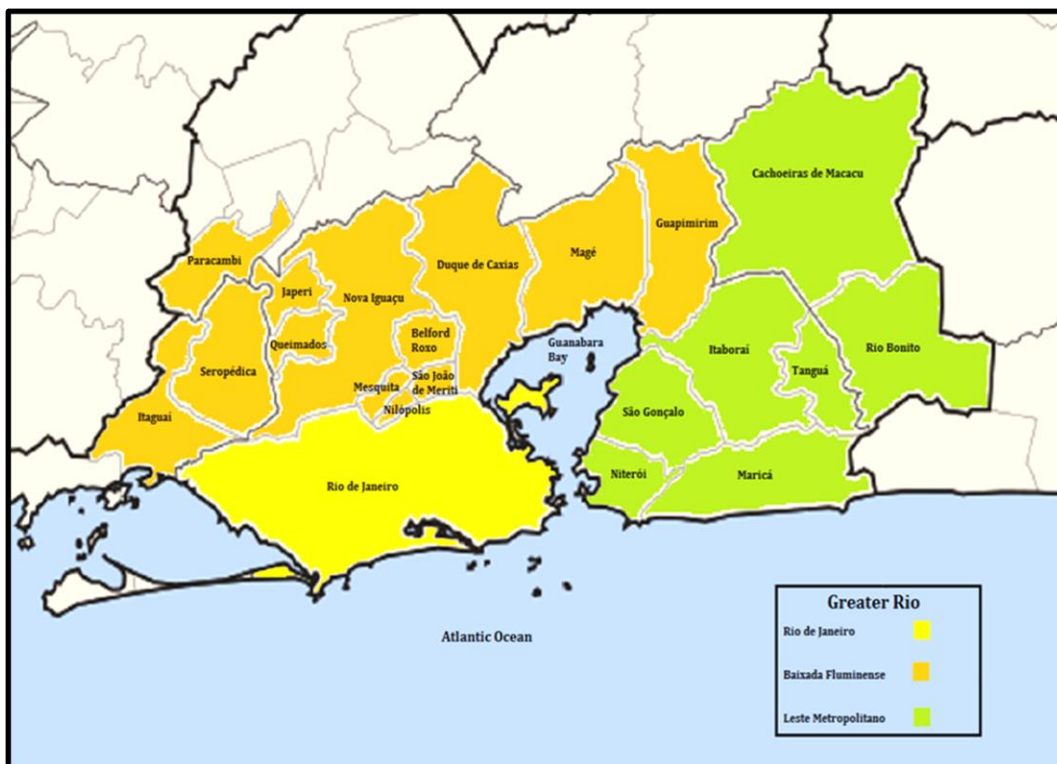


Fonte: COUTINHO, E. R.; SILVA, R. M.; HUBER, F.; DELGADO, A. R. S.; CORREA, B. 2015. p. 4.

O jeitinho de interior normalmente é associado às cidades pequenas. São cidades com pouco trânsito, com o comércio restrito e com ritmo de vida menos veloz que as grandes cidades. Todavia, ainda que concordemos que o termo possa ser associado à cidade, ele perde o sentido quando compreendemos que o município de Paracambi, como integrante da Baixada Fluminense, compartilha das mesmas dificuldades dos municípios da região. A falta de saneamento básico, o elevado número de habitantes morando em favelas, os serviços de saúde insuficientes, as enchentes comuns, a pobreza e a escassez de oportunidades de emprego que forcem o deslocamento da população para outros municípios, são características comuns entre os municípios da Baixada Fluminense.

No mapa 2 apresentamos Paracambi integrando o território da Baixada Fluminense:

Mapa 2 - Paracambi e Baixada Fluminense



Fonte: <https://rioonwatch.org.br/?p=14867>. Acesso em: 07/07/2024

A conexão histórica com a Baixada Fluminense e com o Vale do Café faz de Paracambi uma cidade multifacetada. A seguir nos aventuraremos a abordar a História de Paracambi buscando explorar estes vínculos entre a cidade e suas regiões vizinhas. Pretendemos a partir das publicações mais recentes sobre a região, compreender como se deu a ocupação do território da cidade, analisando também as transformações políticas e econômicas que afetaram a localidade onde a cidade se insere, além de fatores primordiais para o seu surgimento.

2.2. O povoado de Macacos e as rotas de transportes de mercadorias do XIX

Destacamos no primeiro capítulo a relevância econômica nacional da Companhia. Têxtil Brasil Industrial para a história da cidade de Paracambi. A indústria foi estabelecida na Fazenda do Ribeirão dos Macacos em 1870, território ligado às terras da antiga Fazenda Nacional de Santa Cruz. As terras foram adquiridas pela Brasil após a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1861. O rio era o limite entre dois municípios, separando o Terceiro Distrito de Itaguaí e o Sétimo Distrito de Vassouras (CIAVATTA, 2007, p.44). Neste local havia um povoado chamado de Macacos em referência ao rio de mesmo nome que cortava a localidade.

Convém aqui mencionar a importância da Fazenda Nacional de Santa Cruz como forma de compreendermos a ocupação do território que daria origem ao atual município de Paracambi. Apesar do desinteresse pela colonização da região¹⁵ que daria origem a fazenda, a partir de 1596 os jesuítas iniciaram sua ocupação sobre o território, e, recebendo diversas doações de terras, aumentaram sua sesmaria, estabelecendo um grande latifúndio. Por isso, no século XVIII tornou-se a maior fazenda vizinha ao Rio de Janeiro, encorpando desde as planícies do Guandu e Itaguaí, até os territórios próximos ao Vale do Paraíba (LAMEGO, 2007, p. 254).

No entanto, devemos ressaltar a participação dos jesuítas nos projetos de colonização e conquista do território indígena. Antes da formação da fazenda de Santa Cruz, existem registros da existência de comunidades indígenas tapuias¹⁶ e tupis-guaranis na região (COUTINHO, 2014, p.39-40). Após a expulsão dos tapuias, os jesuítas teriam fundado a aldeia de Itinga de maneira a afastá-los dos colonizadores (LAMEGO, 2007, p. 254). A aldeia de Itinga posteriormente deu origem à Vila de Itaguaí.

Para termos uma dimensão do que seria o tamanho da fazenda, o bairro de Santa Cruz no Rio de Janeiro e os atuais municípios de Barra do Piraí, Itaguaí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda fizeram parte de seu território (COUTINHO, 2014, p.42).

Lamego cita os dados de Monsenhor Pizarro sobre o aldeamento de Santa Cruz e de Itaguaí, dando mostras de elevada população da localidade e da importância da Fazenda de Santa Cruz para a economia do Brasil nas primeiras décadas do século XIX:

Nos tempos de Pizarro, havia em Santa Cruz 124 fogos e 3300 adultos e em Itaguaí 118 fogos e 1000 almas, podendo-se portanto admitir uma população de 10000 habitantes nos domínios dos religiosos da Companhia. Além da farinha, do anil e do arroz, Santa Cruz tinha dois engenhos de açúcar e com os seus milhares de reses para exportação e consumo do Rio de Janeiro, também fornecia todo o gado para as naus de guerra. (LAMEGO, 2007, p. 255)

Os fogos apontados por Pizarro são as residências da localidade. Devemos salientar que o número de 10 mil habitantes é uma estimativa de Lamego, pois Monsenhor Pizarro não menciona exatamente este número em sua publicação de 1820¹⁷. A respeito da importância

¹⁵ Para Lamego havia uma preferência dos primeiros sesmeiros no século XVI pelas terras próximas aos rios da Guanabara. Os rios eram vantajosos para o transporte de mercadorias (LAMEGO, 2007, p.254).

¹⁶ Os tapuias teriam sido expulsos da região, dando lugar aos tupis-guaranis (COUTINHO, 2014, p.39 - 40).

¹⁷ Quando aborda a história de São Francisco Xavier de Itaguaí, Monsenhor Pizarro não é muito preciso ao referir-se ao tempo histórico dos acontecimentos e aos dados populacionais da localidade. Antes de mencionar a população de 1000 almas, afirma: “N’esse circulo numerava n’outro tempo”, portanto sem mencionar data exata dos dados sobre a população. Depois cita: “cuja população he hoje muito mais crescida, por terem variado, à melhor, as circunstancias deste território”. Ou seja, também não informa o número aproximado dos habitantes (PIZARRO e ARAUJO, 1820, p.102).

econômica da fazenda, Coutinho (2014) contribui com mais informações sobre a localidade. Por volta de 1742, às custas de numeroso contingente de escravizados¹⁸, a produção agrícola era diversificada, abrangendo ao cultivo de arroz, feijão, mandioca, frutas, legumes, fumo e algodão. Quanto à pecuária, a fazenda destacava-se pelo grande número de cabeças de gado, além da criação considerável de equinos e ovinos (2014, p.42).

Portanto, a Fazenda de Santa Cruz tinha um papel primordial na produção agrícola no Rio de Janeiro. A fazenda supria o mercado interno, produzindo diferentes gêneros alimentícios e ao mesmo tempo, através de seus engenhos, participava da exportação de açúcar.

Significativo para o sucesso do empreendimento jesuíta foi a capacidade de domar a natureza da região que impunha inúmeras adversidades à colonização. A colonização da América aconteceu não apenas através do domínio e extermínio das populações indígenas nativas, mas também através de uma luta incessante entre o homem e o meio ambiente. A Fazenda de Santa Cruz em meio às planícies e serras repletas de brejos, sujeitas às inundações dos rios da localidade, tornou-se nos primeiros séculos “a única superfície rural onde a adaptação do homem ao solo foi objeto de um planejamento racional em grande escala” (LAMEGO, 2007, p. 255). Talvez Lamego tenha superestimado os feitos jesuítas ao defender uma singularidade na experiência histórica de Santa Cruz durante o Brasil Colonial, no entanto, as intervenções da ordem religiosa no local impressionam. Coutinho revela que diques, canais, comportas, valas, estradas, pontes, permitiram que a fazenda prosperasse durante o período de controle jesuíta findo em 1759, com sua expulsão do Brasil. Após este período, as terras passaram a ser controladas pela Coroa Portuguesa e sofreram com um processo de desmembramento (COUTINHO, 2014, p.43-44).

Como forma de ilustrar a decadência da região após a expulsão da ordem religiosa do país, o viajante John Luccock descreveu a região em 1813:

Uma boa capela contribui para a sua aparência, enquanto choças miseráveis de barro, imundas habitações de negros a desmerecem. A terra dá a impressão de ter sido cultivada com a energia característica do seu primitivo proprietário, constando que conseguiram fazê-la altamente produtiva. Existem ainda vestígios de drenos e de um canal navegável. Mas com tudo isso, a aparência que no geral agora possui é a de uma herdade abandonada, mais que a de uma quinta de poderoso monarca; os cavalos, bois e mulas, por ali vagueiam sem qualquer direção”. (LUCCOCK, 1942, LAMEGO, 2007, p.255)

¹⁸ Coutinho explica que o trabalho escravo era utilizado em toda a fazenda, tendo em 1742, cerca de setecentos escravizados vivendo em duzentas e trinta e duas senzalas (COUTINHO, 2014, p.42-43)

É importante mencionar que as origens das primeiras povoações do atual território da cidade de Paracambi ainda demandam pesquisas mais aprofundadas. Acredita-se que o primeiro núcleo populacional seja o povoado de São Pedro e São Paulo¹⁹, datado de aproximadamente 1820 (NATAL e NATAL, 1987, p.18,). De acordo com Oliveira (2015), estudioso da estrutura fundiária de Itaguaí na segunda metade do século XIX, esta localidade pertencia ao município de Itaguaí²⁰, recebendo o status de freguesia²¹ pela lei provincial n.77 de 29 de dezembro de 1836. Ainda, destacava-se “por ser a principal freguesia produtora de café em Itaguaí nos anos de 1850”, caracterizando-se por uma vida urbana dinâmica, apresentando “ofícios e estabelecimentos como padarias, alfaiates, sapateiros, barbeiros, ferreiros, pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ourives, fabricante de velas, veterinários, tamanqueiros, correeiro, fogueteiro e açougues” (OLIVEIRA, 2015, p.28).

Intrigante a revelação de Oliveira sobre a produção de café em destaque na região. Embora ele afirme que o padrão da concentração fundiária nos territórios de Itaguaí seja inferior à área das grandes propriedades do Vale do Paraíba²², a pesquisa nos permite refletir sobre como a economia da região era mutável entre os séculos XIX e XX, afastando o mito de uma vocação industrial da cidade de Paracambi. Múltiplos fatores favoreceram a ocupação e o desenvolvimento do atual território.

O crescimento urbano de São Pedro e São Paulo pode ser explicado também na medida que Itaguaí, mesmo que dependente da Fazenda Nacional de Santa Cruz, teve seu desenvolvimento atrelado às rotas de café:

E o mesmo se poderá dizer de Itaguaí, satélite seu em quase todo o tempo da Colônia, submetida à administração dos mesmos religiosos, e que só veio a sentir a sua vida própria com a chegada do café, quando o produto serrano que não descia diretamente para os outros pequenos portos das baías do oeste, por ali passava o caminho do Rio de Janeiro, ou estacionava para o embarque fluvial e marítimo. (LAMEGO, 2007, p. 256-257)

¹⁹ O povoado localizava-se nas proximidades do atual Depósito Central de Munições do Exército, o DCMUM. Da antiga localidade restam apenas ruínas e um antigo cemitério.

²⁰ Itaguaí na segunda metade do século XIX se dividia em três freguesias: São Francisco Xavier, São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages e Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Oliveira afirma que além das características geográficas, as três freguesias diferenciavam-se pela cultura produzida pelos fazendeiros (OLIVEIRA, 2015, p. 27).

²¹ De acordo com Friedman, “a freguesia, designação portuguesa de paróquia, é um território submetido à jurisdição espiritual de uma cura que também exerce a administração civil”. As freguesias estabeleciam-se em aglomerações de ao menos 10 casas, havendo mercado local com atividades rurais e urbanas (FRIDMAN, 2009, p. 95-97).

²² Para diferenciar o padrão da concentração fundiária entre Itaguaí e o Vale do Paraíba, Oliveira explica que as grandes propriedades do vale do Paraíba tinham entre 400 e 800 (ha), enquanto em Itaguaí, a maior parte das propriedades tinham entre 101 a 400 (ha) (OLIVEIRA, 2015, p. 45-47).

Aberto Lamego cita o viajante Carlos Seidler²³ para explicar o desenvolvimento de Itaguaí na década de 1820:

Antigamente todo café das províncias tinha que ser transportado por terra para o Rio de Janeiro, e eram três penosos dias de viagem para os cargueiros entre Itaguaí e a capital; mas agora transportam o café dessa maneira somente até Itaguaí onde negociantes aí estabelecidos o negociam e remetem por mar para o Rio de Janeiro. Os mineiros, isto é, habitantes da província de Minas Gerais, com o dinheiro realizado, aqui se abastecem às vezes para anos, em chitas, panos, vinho, ferragens e outros artigos de indústria inglesa e do sistema sul-americano de contrabando, o que traz grandes vantagens aos negociantes de Itaguaí, que vendem suas mercadorias com 50 a 70% de lucro. Por essa forma a cidadezinha até há poucos anos quase desconhecida e completamente sem importância, tornou-se uma cidade famosa e rica, que qual criança, ainda está em fraldas mas com circunstâncias favoráveis em poucos anos se desenvolverá em pujante juventude. (SEIDLER, 1941, *Apud* LAMEGO, 2007, p.257.)

As circunstâncias favoráveis esperadas por Seidler não se realizaram. Pelo contrário. A dinâmica da produção cafeeira foi alterada nas últimas décadas do século XIX. O café perdeu força no Vale do Paraíba e passou a ser canalizado por outras vias, afastando Itaguaí da condição lucrativa de entreposto comercial. Com isso, Lamego afirmou “Itaguaí apagou-se como cidade” (LAMEGO, 2007, p.258).

Coincidentemente, os memorialistas Clélia Natal e Gilson Natal²⁴ mencionam que a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1861, a instalação da Brasil Industrial em 1871 e a abolição da escravidão em 1888 como fatores importantes para que a região de São Pedro e São Paulo, pertencente a Itaguaí, entrasse em decadência, forçando os habitantes a migrarem para o povoado em Macacos (NATAL e NATAL, 1987, p. 21). Portanto, é possível dizer que algumas mudanças econômicas no Brasil e no Rio de Janeiro na segunda metade do XIX impactaram diretamente o espaço que originaria a cidade de Paracambi.

Acreditamos que podemos aproximar a história de Paracambi a de outros municípios da Baixada Fluminense. Alguns territórios vizinhos ao espaço de Paracambi também beneficiaram-se a partir das rotas de mercadorias que cruzavam a província do Rio de Janeiro.

²³ Ou Carl Friedrich Gustav Seidler. Ele é conhecido pela animosidade e pelos desencantos com o Brasil durante o período que passou no país. Quando partia em viagem de Itaguaí sentido a Serra dos Órgãos, descreveu a região e a população local: “Tôda a região assume agora aspecto áspero e selvagem; até onde a vista alcança é mata, mal interrompida aqui e ali de plantações isoladas de café, amareletas, e de casas pintadas de cinza e branco. Até os moradores harmonizam com a selvageria que os envolve. Aquí cessa o domínio que as modas francesas exercem na capital mestiça; o traje permanente dessa gente consiste casaco de chita, calças brancas de algodão, chapéu de palha de aba larga, e faixa passada na cintura, trazendo comprida faca feito punhal; os olhos sombrios e a tez morena dessa gente, como seus cabelos negros desgrehados, ainda contribuem para que os estrangeiros os tome como bandidos italianos e não como pacíficos lavradores dessas belas montanhas (SEIDLER, 1941, p.59).

²⁴ Clélia Natal e Gilson Natal são dois memorialistas importantes para a cidade de Paracambi. Autores do livro “História de Paracambi – 1800 a 1987”, o popular livro de história da “capa laranja” como é conhecido nas escolas da cidade durante anos foi a principal produção sobre a história de Paracambi.

A respeito da história da Baixada Fluminense, Souza (2002) explica que a hidrografia da baixada fluminense foi fundamental para ligar o Rio de Janeiro à Minas Gerais desde o século XVII. Isso se deve às estradas que foram sendo construídas na baixada desde 1700 como alternativa à Estrada Real, até então a rota que ligava a região aurífera à Paraty e depois ao Rio de Janeiro²⁵. A partir da construção do Caminho Novo pelo bandeirante Garcia Paes em 1700²⁶, inúmeras outras estradas foram surgindo nos arredores de Iguaçu, Pilar e Estrela, com o objetivo de alcançar a região mineradora. Com isso, a região acabou se firmando como importante ponto de pouso e de transportes para o Rio de Janeiro (2002, p.43).

Marlúcia Souza esclarece que no início da segunda década do século XIX, com a incipiente cultura cafeeira que avançava em direção ao Vale do Paraíba, outra estrada, a Estrada do Comércio foi fundamental para a região:

A Estrada do Comércio beneficiou a Freguesia de Piedade de Iguaçu, transformando os portos de Iguaçu e de Cava em centros de trocas comerciais. Dessa forma, a imbricação dos interesses da metrópole portuguesa com os dos grandes proprietários movimentou o “tabuleiro” econômico e político de Iguaçu, alterando os lugares sociais definidos anteriormente. A região agroexportadora e produtora de alimentos para o abastecimento do porto carioca foi transformada também em território de ligação do porto com as áreas cafeeicultoras, isto é, lugar de passagem, de armazenamento e de trocas comerciais. (SOUZA, 2002, p.44)

Importante ressaltar que as vias citadas não atravessavam a localidade de Macacos. Porém, fica claro que a cultura do café desempenhou um papel decisivo para o desenvolvimento da Baixada Fluminense. O auge da cafeeicultura no Vale do Paraíba deu vida a inúmeras localidades da baixada, permitindo que primeiro São Pedro e São Paulo, e depois Macacos, emergissem como os primeiros povoados que originaram Paracambi.

Porém, é importante que novas investigações sejam feitas sobre a história da Freguesia de São Pedro e São Paulo. Através do perfil “O belo e histórico Rio de Janeiro” no *Facebook*, o memorialista e pesquisador do Instituto Geográfico de Nova Iguaçu, Hugo Delphim, apresentou uma série de revelações interessantes sobre a localidade. No antigo cemitério da Freguesia de São Pedro e São Paulo, às margens da RJ-127, encontrou o túmulo de Pedro Dias Paes de Macedo Leme, condecorado como Marquês de Quixeramobim por D. Pedro I. Segundo Delphim (2023), Pedro Dias era um Capitão de confiança de D. Pedro I, tendo participação

²⁵ Marlúcia Souza explica que o transporte entre Paraty e o Rio de Janeiro era oneroso em razão da pirataria e pela demora no transporte. Comenta também que o transporte exigia um número considerável de trabalhadores, muitos deles escravizados alugados especificamente para o serviço. (SOUZA, 2002, p.42)

²⁶ O Caminho Novo era a alternativa para escoamento da produção aurífera. Pela Baía de Guanabara, atravessando os rios do Recôncavo da Guanabara, era possível chegar em Iguaçu e depois em Porto de Pilar (atual Duque de Caxias). Posteriormente, por estrada de rodagem subiam a Serra de Tinguá e alcançavam Paty do Alferes, depois Paraíba do Sul até chegar em Minas Gerais (NOVAES, 2008, p. 61).

importante no episódio marcante da independência do Brasil, o Dia do Fico. A partir das ordens provenientes de Portugal para retorno do príncipe regente ao país, em dezembro de 1821, Pedro Dias foi responsável por angariar apoio do governo de São Paulo para a permanência do imperador no Brasil. Posteriormente, em fevereiro de 1822, organizou tropas para reprimir o motim conduzido pelo Governador de Armas Jorge de Avilez. Avilez era a maior autoridade militar portuguesa no Rio de Janeiro e pretendia conduzir à força o futuro imperador do Brasil para Portugal.

Em janeiro de 1822, quando a tropa de Jorge de Avilez pegou em armas nesta côrte, Pedro Dias vendo que era necessaria a coadjuvação das milicias do interior, para reprimir a revolta, e fazer sahir a tropa revoltada, voou a procurar o commandante de seu regimento, depois de combinar com elle fez reunir a sua companhia, mostrou-lhe a necessidade que a patria tinha de seus serviços, e com elle marchou para esta côrte, fardando a sua custa os soldados que por falta de meios não podião fazer, e deixando ordem em sua fazenda para serem socorridas com mantimentos d'ellas as famílias dos que precisavão de trabalhar para o fazer : expulsas as tropas portuguezas regressou para sua casa, d'onde novamente veio para alistar-se como soldado da imperial guarda de honra, da qual foi 2º commandante, tendo anteriormente sido commandante do esquadrão d'esta provincia. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1849, *Apud* DELPHIM, 2023)

No mapa 2, é possível localizarmos as fazendas de Dias²⁷ e Bom Jardim. Quando pesquisávamos sobre o mapa, as localidades nos despertaram curiosidade. Bom Jardim é atualmente um bairro de Paracambi, no entanto, assim como a fazenda de Dias, nunca encontramos nenhuma menção a importância histórica do lugar entre os trabalhos publicados que envolvem a história da cidade. Por isso, as pesquisas de Delphim são muito relevantes. De acordo com Delphim (2021), o militar Pedro Dias era proprietário de muitas terras no atual território de Paracambi e ambos os territórios têm relação direta com o marquês. Tratando especificamente de Bom Jardim²⁸, “como em toda a vizinhança, as terras da Fazenda do Bom Jardim pertenciam à Fazenda Imperial de Santa Cruz, sendo aforada ao Marquês de Quixeramobim desde 1814”.

Da mesma forma que o desenvolvimento momentâneo de Itaguaí ou mesmo de Iguaçu, se deduz que o Povoado de Macacos também tenha crescido em razão das rotas de transporte da produção agrícola. De acordo com Paulo Keller, os produtos provenientes do Vale do Paraíba, inicialmente de Valença e posteriormente a década de 1850, de Vassouras, passavam

²⁷ Hugo Delphim em publicação no Facebook explica que Dias é uma referência direta a Pedro Dias Paes de Macedo Leme, sendo esta, parte da fazenda de Bom Jardim (2023).

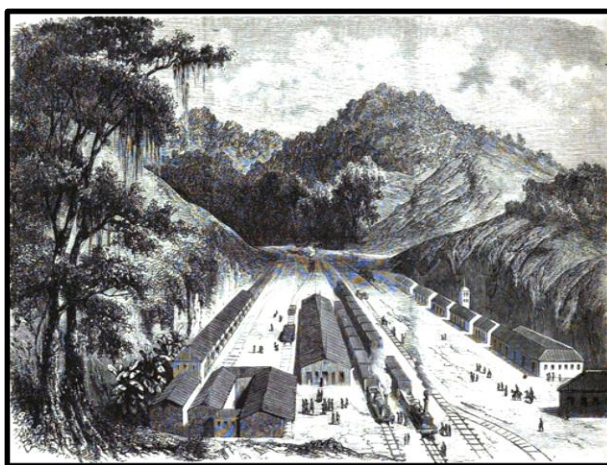
²⁸ Segundo Delphim, a fazenda de Bom Jardim era vizinha da Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages, localizadas à direita das margens do Ribeirão das Lages, onde hoje encontra-se o DCMUN, entre Seropédica e Paracambi (2021).

por Macacos através da antiga Estrada Presidente Pedreira em direção ao Rio de Janeiro. (KELLER, 2019, p.35).

Esta condição de entreposto importante entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro viria a ganhar mais destaque com as obras de construção da Estrada de Ferro D. Pedro II na década de 1850. A linha férrea era fundamental para o transporte dos produtos agrícolas à zona portuária do Rio de Janeiro.

Nos projetos iniciais a ferrovia passaria apenas nas imediações do Povoado de Macacos. O fim da primeira seção da ferrovia era em Belém, atual município de Japeri, depois, esta localidade seria interligada a outra seção da estrada de ferro até Barra do Piraí. Sendo assim, a Estrada Presidente Pedreira abasteceria os vagões da ferrovia na medida que a linha férrea subia a serra. No entanto, um novo segmento da ferrovia foi aberto em 1861 em Macacos, ligando-o à Belém. Desta maneira, um trecho pantanoso que dificultava o deslocamento da produção pela estrada de rodagem, foi superado pelos trens (KELLER, 2019, p.35-36). Na Imagem 1 destacamos um esboço da estação ferroviária de Macacos²⁹.

Imagem 1- Esboço da Estação Ferroviária de Macacos em 1863



Fonte: Vista do vale dos Macacos - Segundo um esboço do Sr. D., oficial da marinha. / *L'illustration : journal universel* v.41 1863. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015010958042&seq=396>

No Mapa 3 de 1857 vemos as Vilas de Itaguaí e Vassouras destacadas com um círculo

²⁹ Existe um debate na cidade sobre a imagem. Esta gravura circulava pelas redes sociais sem nenhuma referência de sua origem. Muitos duvidam de sua autenticidade ao analisar a geografia e a infraestrutura da estação, acreditando-se tratar de outra localidade. No entanto, pesquisamos a imagem e encontramos uma publicação de 1863 do jornal francês chamado “*L’Illustration: journal universel*” que confirma a hipótese de se tratar de uma reprodução da Estação de Macacos. A imagem é um esboço da estação, por isso não representa a estação com fidelidade. No v.41 do jornal de 1863, na página 379, encontramos um artigo intitulado “Inauguração do caminho de ferro Pedro II (Brasil)”. A reportagem descreve a exploração da linha férrea feita por altos oficiais da marinha francesa através de convite do inspetor da estrada de ferro D. Pedro II, Sr. Vlémieux. No artigo, eles referem-se à Macacos como “Vila de Macacos”, uma localidade no “pé das montanhas”. Macacos é a única localidade representada no artigo.

vermelho. Ao centro do mapa, temos a Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages representado por uma cruz. Também no círculo azul, acima de São Pedro e São Paulo, temos Dias, Bom Jardim, Paraíso, Macacos e Quilombo³⁰. O mapa mostra também a linha férrea se aproximando de Belém, tendo sua estação ferroviária inaugurada em 1858.

Mapa 3 - Povoado de Macacos e a Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/17625>

Acesso em: 14/03/2024

³⁰ A legenda do mapa original descreve uma pequena estrela ou asterisco para localizar fazendas de café e um pequeno quadrado em cor preta para localizar fazendas de gado. Em virtude da escala reduzida do mapa nesta publicação, estes marcadores tornam-se quase ilegíveis. No entanto, vemos algumas demarcações de fazendas de café próximas a Paraíso e mais distante do círculo, à esquerda de S. Pedro e S. Paulo. Porém, a grande maioria das marcações remetem a fazendas de gado por quase toda a parte.

Antes de abordarmos diretamente a história da Fábrica Brasil Industrial, acreditamos que devemos analisar alguns aspectos que motivaram o crescimento das indústrias têxteis no Brasil. As mudanças na economia brasileira no século XIX que permitiram o avanço das indústrias pelo Brasil podem ser enriquecedoras para os educadores e alunos.

2.3. O desenvolvimento das indústrias têxteis no século XIX e a instalação da Cia. Têxtil Brasil Industrial

O cenário que explica a emergência das grandes indústrias têxteis na segunda metade do século XIX não parecem muito diferentes do panorama econômico da atualidade. Como hoje, o Brasil dependia e privilegiava o setor agroexportador enquanto as indústrias sofriam com muitas barreiras. O brasileiro Stanley Stein esclarece o clima econômico que perpassa a América Latina entre os séculos XVIII e XIX:

Começando no final do século XVIII, a industrialização do continente europeu caminhava já a passos de gigante no século XIX. As fábricas europeias tinham sede de mercados para dar vazão à sua produção e, ao mesmo tempo, requeriam quantidades cada vez maiores de matérias-primas vitais para a sua expansão. A América Latina podia contribuir para satisfazer essas duas necessidades. Os países latino-americanos transformavam-se, assim, em aros da grande roda da economia mundial, cujo eixo era a Europa Ocidental. Contudo, alguns latino-americanos perceberam que os seus países também tinham potencialidades para o progresso industrial. Ponderavam que as matérias-primas exportadas e em seguida devolvidas sob a forma de produtos manufaturados poderiam ser processadas em seus próprios países, com grandes ganhos para aqueles que se dispusessem a fundar indústrias domésticas. Na prática, esse projeto requeria mercados, capital para investir, máquinas e homens. No decorrer do século XIX, os experimentos realizados no Brasil com esses ingredientes lançaram os fundamentos da expansão industrial do século XX. (STEIN, 1979, p.19)

A agricultura era o carro chefe da economia do Brasil. A plantation, modelo de produção predominante no período Colonial e Imperial (STEIN, 1979, p. 20-21), permitiu que o Brasil se consolidasse no setor agroexportador. O açúcar, o algodão e o café, possibilitaram que proprietários de terra, comerciantes e traficantes de escravos enriquecessem. No entanto, no século XIX, com grande empenho, ocorreu uma tentativa de rompimento com padrão econômico vigente em prol das indústrias nacionais.

Com o florescer do Estado brasileiro no século XIX, acompanhado do desenvolvimento histórico do modelo econômico agroexportador dependente da produção manufatureira

importada e pouco influenciada por medidas protecionistas³¹, uma mentalidade conservadora se fortalecia entre políticos e estudiosos da economia brasileira. Havia a tese livre cambista baseada na divisão internacional do trabalho (STEIN, 1979, p.24), onde, numa dimensão global, países como o Brasil teriam uma vocação natural à agricultura, fornecendo produtos primários para outras nações. Neste sentido é pertinente citar a crítica do político e escritor liberal Tavares Bastos³² contra as ambições dos industriais brasileiros no fim do século XIX:

As fabricas no Brazil são um acidente; a agricultura é a grande, a verdadeira industria nacional: quem o demonstra é - a exposição. Com effeito, não quero dizer que, amputando algumas de nuossas faculdades, Deus nos tenha condemnado a ser, hoje e sempre, simplesmente agricultores. (BASTOS, 1938, p.431)

A exposição citada por Tavares Bastos ocorreu em 1861. Exposições³³ e associações³⁴ industriais a partir da década de 1860 buscavam reverter o quadro de adversidades da indústria nacional, encorajando os empresários e o governo a apostar no setor econômico. Tavares Bastos no mesmo apêndice, quando trata das indústrias manufatureiras e das tarifas protetoras, deixa clara a sua posição favorável às ideias liberais, denunciando o protecionismo alfandegário em curso no Brasil em 1844:

No governo brasileiro, porém, outro pensamento tem dominado. A tarifa de 1844 era não só protetora, taxando a quasi totalidade dos artigos com direitos de 30 a 40%, como decididamente proibitiva. impondo sobre outros 60 e 80%. No relatório da fazenda de 1845 dizia-se abertamente que o fim da nova pauta era desviar da agricultura, indústria ruínosa, para as fabricas e as officinas os capitaes brasileiros. O meio empregado era, pois, repellir ou enfraquecer a concurrencia dos estrangeiros em productos, que já se obtinham ou se podessem obter dentro do paiz. (BASTOS, 1938, p.433)

Mesmo que a Tarifa Alves Branco³⁵ não fosse uma medida direta de fomento ao desenvolvimento industrial, o protecionismo alfandegário era um dos raros atrativos à indústria

³¹ Stanley Stein afirma que a conhecida Tarifa Alves Branco de 1844 visava apenas cobrir as despesas do governo. A tarifa não se baseava numa política de desenvolvimento interno construída pelo Império. Para corroborar a afirmação ele cita que ela seria revisada em 1879, criando taxas sobre matérias primas importadas importantes para as fábricas nacionais (STEIN, 1979, p.24).

³² Aureliano Cândido Tavares Bastos foi um advogado, jornalista, publicista e importante político alagoano. Deputado Geral em três legislaturas por Alagoas, foi árduo defensor da descentralização política, do abolicionismo e do liberalismo econômico no Brasil. Tavares Bastos tinha posição contrária às tarifas aduaneiras, a intervenção do Estado na economia e as políticas de estímulo e proteção à indústria nacional (FERREIRA, 2016, p. 68).

³³ Stein destaca a exposição de 1861 com a abertura “primeiro inventário da riqueza natural e das indústrias do Brasil, abrindo nova estrada para a prosperidade” (STEIN, 1979, p.p.28). As exposições faziam publicações defendendo o apoio do governo imperial às políticas industriais e combatendo as teses liberais que pregavam a incapacidade de prosperidade do setor no país (STEIN, 1979, p.29).

³⁴ Em 1881 a Associação Industrial foi criada (STEIN, 1979, p.33).

³⁵ Criada por decreto de 12 de agosto de 1844, a Tarifa Alves Branco concedia vantagens na importação de produtos selecionados (como as máquinas a vapor), mas sobretaxava mercadorias importadas com alíquotas de cerca de

embrionária no Brasil. As indústrias têxteis existentes em meados do século XIX sofriam com muitos obstáculos: havia a forte concorrência inglesa; a falta de capital e crédito junto aos bancos; a falta de mão de obra e a dificuldade de aquisição de maquinário (STEIN, 1979, p. 21-24).

Mesmo com as dificuldades para o avanço das fábricas têxteis no Brasil, a Companhia Brasil Industrial que ainda estava na fase dos projetos, publicou em 1870 um plano (prospecto) denominado “A Indústria do Brasil. As Vantagens de Estabelecer Fábricas Têxteis de Algodão na Fazenda dos Macacos”. Neste prospecto, as adversidades para as indústrias têxteis no Brasil poderiam ser superadas de diversas maneiras.

Segundo o plano, os rios da região poderiam fornecer energia para o maquinário da fábrica tal qual os rios Merrimack e Kennebec na Nova Inglaterra. Vale dizer que o carvão mineral, largamente utilizado pela indústria têxtil europeia até o momento era um produto de importação, portanto, custoso. Outra vantagem importante era o acesso à matéria prima do algodão. O produto indispensável para a fabricação têxtil estava disponível no Brasil³⁶, sendo o país o quarto maior produtor de algodão do mundo. Além disso, no exterior ocorreu o encarecimento dos bens manufaturados motivados pela expansão do consumo. O alto valor destes produtos somado às tarifas alfandegárias existentes e ao câmbio desfavorável no Brasil, tornaram as importações menos atrativas para o comércio interno (STEIN, 1979, p.33). Portanto, a conjuntura da economia nacional era mais favorável à indústria têxtil, encorajando diversas fábricas a serem montadas pelo Brasil.

Vale lembrar que antes da Brasil Industrial, entre 1850 e 1875 muitas fábricas têxteis desenvolveram-se pelo país. A larga produção de algodão, além de seu baixo preço, permitia que a produção de tecidos grossos de algodão chegasse ao mercado a preços competitivos junto dos importados (STEIN, 1979, p. 34). Inclusive, Stein refere-se à Bahia entre 1844 e 1860 como o primeiro núcleo da indústria têxtil algodoeira.

Este levantamento histórico sobre as fábricas têxteis são fundamentais para compreendermos o processo inicial de desenvolvimento do setor terciário no Brasil Imperial. O núcleo industrial até 1860 como dissemos estava na Bahia, no entanto, até o fim do século, o eixo da produção industrial foi deslocada para a região Centro Sul.

30% e que poderiam variar de 40% a 60% sobre os produtos concorrentes da produção nacional (VILLELA, 2005, p. 38-39).

³⁶ O algodão produzido no Brasil era em geral de qualidade ruim. De fibra mais longa, e com produção rudimentar, tornava-se caro em virtude das taxas e dos custos dos transportes. Contava também com entregas irregulares, dificultando e as vezes forçando a interrupção de diversas indústrias têxteis (STEIN, 1979, p.57-60).

Em 1885, trinta e três das quarenta e oito fábricas brasileiras estavam localizadas nas províncias do centro-sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), sendo que os subúrbios e a cidade do Rio de Janeiro concentravam o maior número de fusos e teares. O crescimento mais acelerado das fábricas de algodão no centro-sul do país e, especialmente, dentro e nos arredores da cidade do Rio de Janeiro refletia a crescente importância política e econômica dessa região após 1850. Nas quatro décadas subseqüentes, o cultivo do café floresceu no centro-sul do Brasil. A cidade do Rio e, mais tarde, a de Santos afirmaram-se como os maiores portos de exportação do café. O Rio transformou-se no principal centro administrativo e entreposto comercial do Império; a população da cidade expandiu-se rapidamente e, ao mesmo tempo, um número cada vez maior de escravos negros e, depois, de imigrantes europeus trabalhava nas fazendas de café, criando, assim, um mercado estável para os produtos de algodão. Alguns fazendeiros e comerciantes do Rio de Janeiro investiram em fábricas de tecidos de algodão nos anos setenta e oitenta, quando uma combinação de fatores - a erosão do solo, a queda dos preços do café e a escassez de mão-de-obra escrava - ameaçava a estabilidade da agricultura cafeeira. O colapso do boom algodoeiro que se desenvolvera no Brasil durante a guerra civil americana representou um novo incentivo para a indústria têxtil do algodão. São Paulo havia expandido a sua produção de algodão e o reinício das exportações desse produto pelos Estados Unidos, após 1865, deixou o Brasil com excedentes baratos de algodão, o que favoreceu a fundação de fábricas tanto em São Paulo como no Rio. Havia, ainda, força hidráulica em abundância perto da cidade do Rio e nas províncias de Minas e de São Paulo. (STEIN, 1979, p .36-37)

Portanto, existia uma conjuntura interna e externa que permitiu o despertar das indústrias têxteis na região centro sul. Stein apresenta uma gama de motivos fundamentais para o surgimento de fábricas entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

O algodão estadunidense era um forte concorrente do algodão brasileiro. Com o fim da Guerra Civil Americana, o algodão do Brasil voltou a perder mercado no exterior, porém, passou a ser encontrado mais facilmente no mercado interno. De forma concomitante, a economia cafeeira entrava em declínio, abrindo caminho para as indústrias. Com a crise da cafeicultura, permitiu-se a diversificação dos investimentos dos empresários do setor, apostando nas fábricas como um potencial mercado lucrativo.

Neste contexto, levas de imigrantes somavam-se a grande concentração de escravizados na região sudeste, que com a proximidade da abolição da escravidão em 1888, fariam parte de um importante mercado consumidor os produtos manufaturados.

Assim, a perda de estabilidade da economia cafeeira foi um dos fatores fundamentais para o avanço das indústrias no Rio de Janeiro. Sobre este aspecto, Keller analisa um fato particular sobre a história da Cia. Têxtil Brasil Industrial: o “forjar de um novo processo produtivo dentro de uma cultura escravocrata-agrário-exportadora”. Em meio a decadência iminente da economia cafeeira no Vale do Paraíba, nascia a primeira grande indústria têxtil brasileira. A fábrica “na forma de grande indústria”, inserindo a população local em uma nova

concepção de produção e de trabalho, alterando profundamente as relações sociais na região (KELLER, 2019, p. 38-39).

Sobre as condições naturais para a instalação das fábricas, interessante a afirmação de Stanley Stein sobre a “força hidráulica em abundância” como fator importante para as indústrias (STEIN, 1979, p. 37). A Companhia Brasil Industrial dependia inicialmente da produção hidráulica:

Foi só a partir de 1870, entretanto, que a indústria têxtil de algodão desenvolveu-se na cidade e província do Rio de Janeiro. Por volta de 1884, dez fábricas haviam sido instaladas (...) Essas dez fábricas eram movidas por um total de 1156H.P.(570 H.P. de origem hidráulica e 586 H.P. a vapor), sendo que as da província eram comumente movidas por energia hidráulica e as da cidade do Rio de Janeiro por vapor. A maior era a Fábrica Brasil Industrial, instalada em 1872 em Macacos, equipada com 24.000 fusos e 400 teares, empregando 400 pessoas e movida por 350 H.P. de energia hidráulica. Essa foi a primeira grande (e até o final da década de 1880 a maior) fábrica de tecidos de algodão do Brasil. (...) Com esses investimentos, a cidade e a província do Rio de Janeiro tornaram-se o principal centro da indústria têxtil de algodão do Brasil. (SUZIGAN, 1986, p. 134, *Apud* KELLER, 2019, p-42-43)

Porém, um fato intrigante sobre a força motriz da fábrica desperta alguns questionamentos. Nos arredores da região central da cidade de Paracambi, território antes pertencente à fábrica Brasil, ainda é perceptível a presença de eucaliptos que se sobressaem em meio aos morros. As árvores despertaram a curiosidade dos estudantes quando realizamos uma de nossas aulas-passeio. Expliquei com base em relatos de antigos operários e moradores da cidade que os eucaliptos possivelmente eram utilizados como combustível para o funcionamento da fábrica. Então surgiu outra dúvida por parte dos estudantes. Mas se a fábrica é conhecida por ser movida pela energia hidráulica, por que os eucaliptos foram plantados? Respondi que provavelmente a energia produzida pela queima da lenha poderia ser somada à energia hidráulica. Porém, expliquei que era necessário pesquisar mais sobre o assunto. Um problema é tentar mensurar quando e o porquê de sua utilização. As respostas para essas indagações também aparecem nas pesquisas de Stein:

No entanto, ainda que barata e acessível, a força hidráulica tinha certas desvantagens. A irregularidade da precipitação pluvial na segunda metade do século XIX e o desmatamento das bacias dos rios provocaram uma curta estação de violentas enchentes, seguida de prolongada estiagem. Essa situação obrigou os proprietários das fábricas a complementar a água com combustíveis. [...] Algumas fábricas, mais prevenidas, eram movidas exclusivamente a vapor: aqueciam as suas caldeiras ou com lenha das florestas próximas ou com carvão. (STEIN, 1979, p.37)

O trecho chama a atenção para os impactos ecológicos das instalações das fábricas têxteis no Brasil. Como dissemos antes, questões ecológicas foram fundamentais para a

instalação da Companhia Brasil Industrial em Macacos. A força do rio dos Macacos de solução e potencial gerador de energia³⁷, também poderia tornar-se obstáculo para o funcionamento da fábrica na medida que o crescimento do empreendimento também avançava sobre a mata nativa. Existem diversas imagens da Companhia que mostram o desmatamento do seu entorno, hoje ocupada por uma floresta secundária integrante do Parque Natural Municipal do Curió³⁸.

O assunto é interessante e nos permite refletir junto de nossos alunos quais foram os impactos ambientais produzidos pela fábrica no contexto de ocupação do território e durante seu funcionamento. Na falta do carvão mineral importado e mais custoso, a indústria provavelmente recorria a mata nativa³⁹. Com a ausência dela, o plantio dos eucaliptos seriam uma solução para a geração de energia⁴⁰.

A questão da utilização das lenhas de mata nativa no cotidiano do Brasil do século XIX foi analisada por outro brilhante brasilianista. Warren Dean, estudioso da história da destruição da Mata Atlântica, analisou o impacto do homem ao longo do tempo sobre o ambiente natural no território brasileiro. Sobre a utilização da lenha, Warren Dean afirma:

Um observador relatou que, em 1888, quinhentos carroções de lenha eram vendidos diariamente no Rio de Janeiro, o que sugeriria (a uma tonelada e meia por carroção) mais de 270 mil toneladas por ano. Muito provavelmente isso era uma subestimativa, porque implica o consumo de apenas meia tonelada per capita. [...] Na metade dos anos 1840, porém, a imposição de um certo protecionismo favoreceu o surgimento de ampla gama de frabiquetas, no setor da construção naval, mobiliário, têxteis, couro, papel, metalurgia, materiais de construção, sabão e velas, entre outros. Sessenta ferrarias e fundições, em 1882, consumiam grande parte das 12 mil toneladas de carvão que os registros indicam terem sido importadas anualmente pela cidade. [...] Na época, as máquinas a vapor já eram bastante comuns: havia 22 fabricantes de caldeira e oficinas de conserto de motores. Só com muita relutância os operadores de motores empregavam o dispendioso carvão importado para acioná-los; normalmente o combustível era a lenha. (DEAN, 1998, p. 211)

As informações trazidas por Warren Dean são referentes à cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil no momento. No entanto, acreditamos que os dados são valiosos pois

³⁷ A força hidráulica permitiria diminuir os custos da produção tornando-se alternativa viável ao carvão.

³⁸ Criado em 2002, o Parque do Curió localiza-se em Paracambi, fazendo divisa com os municípios de Engenheiro Paulo de Frontin e Mendes. Repleto de mananciais e nascentes, é o segundo maior parque municipal do Rio de Janeiro, ocupando uma área de 913 hectares na bacia hidrográfica do Rio dos Macacos. Seu nome remete ao pássaro Curió, ameaçado de extinção em razão da captura e venda clandestina de aves por criadores ilegais (disponível em: <https://www.bvambienteuerjfebf.com/copia-parque-municipal-da-taquara>).

³⁹ Embora Stein afirme que o carvão importado era mais acessível no Rio de Janeiro graças a expansão do porto da cidade, no entanto, além de importado, o carvão era considerado caro pelos empresários têxteis em virtude dos custos do transporte para o interior (STEIN, 1979, p. 37 Stein).

⁴⁰ Através dos arquivos da exposição da indústria nacional de 1881, Stein reproduz uma citação em que a fábrica Brasil afirmava manter máquinas à vapor de prontidão caso faltasse água (STEIN, 1979, p. 214).

corroboram as justificativas anteriores sobre o hábito do uso da lenha como combustível para as fábricas do século XIX.

Portanto, podemos constatar que a indústria, além das transformações impostas no campo do trabalho e na economia, também transformou drasticamente a paisagem. Além do impacto na urbanização da localidade, que culminaria com a emancipação da cidade de Paracambi em 8 de agosto de 1960, a fábrica alterou o ambiente natural, provocando a devastação da vegetação no seu entorno.

Agora, analisaremos o funcionamento da Cia. Têxtil Brasil Industrial. Veremos também como se constituíam os espaços de sociabilidade entre os operários da indústria a partir da caracterização do sistema social “fábrica com Vila Operária”.

2.4. A instalação da fábrica e as vivências operárias

A Fábrica Brasil Industrial foi instalada na fazenda do Ribeirão dos Macacos no ano de 1870. Seus diretores eram José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Barão de São Francisco Filho e Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro (KELLER, 2019, p.40).

De acordo com Keller (2019), a indústria enfrentou muitos problemas financeiros. Depois de instalada, a fábrica precisou recorrer a empréstimos para que tivesse seu funcionamento normalizado. Ainda, através dos relatórios da Brasil, Keller explica que a primeira companhia teve problemas para operar, precisando ser dissolvida. Com isso, uma nova companhia foi incorporada e seus negócios foram revitalizados a partir de uma nova diretoria. Assim, um novo estatuto foi aprovado para a nova Companhia no dia 6 de setembro de 1871⁴¹. A primeira diretoria era formada por Francisco de Assis Vieira Bruno, Zeferino de Oliveira e Silva e Joaquim Dias Custódio de Oliveira (2019, p.41).

A fábrica foi projetada pelo engenheiro americano William S. Ellison⁴². Ellison era um antigo engenheiro da Estrada de Ferro D. Pedro II e pôde planejar a construção da maior fábrica de tecidos do Brasil no momento, com cerca de 24.000 fusos e 400 teares. Stein cita um relatório da companhia sobre Ellison: “Como nosso país não dispõe de profissionais especializados nesse

⁴¹ Vale mencionar que a companhia foi destruída em virtude de um incêndio em 21 de dezembro de 1883. Uma “faísca elétrica” atingiu o prédio e queimou o algodão, incendiando todo o edifício. A fábrica foi reinaugurada em 31 de novembro de 1885 com a presença de D. Pedro II (NATAL e NATAL, 1987, p. 38).

⁴² Willian Ellison durante alguns anos foi engenheiro ajudante nas obras de expansão da linha férrea da segunda seção, entre Belém e Barra do Piraí. Trabalhava junto do irmão Major Andrew Ellison sob a chefia do Cel. Charles F. M. Garnett (BEM, 1996, p.26).

campo, ninguém mais competente ou autorizado do que o Sr. Ellison poderia ter sido consultado sobre os planos, porque ele se dedicou a esse tipo de trabalho nos Estados Unidos” (1979, p. 50).

Segundo Stein, mesmo a aquisição das máquinas na Inglaterra junto a empresa Gregson and Monk aconteceu por intermédio de William Ellison (STEIN, 1979, p. 218-219). A presença de estrangeiros era muito comum e necessária para o funcionamento das fábricas. Além das máquinas importadas, a mão de obra especializada de técnicos e engenheiros era de origem estrangeira (1979, p.64).

Na Inglaterra, primeiro, e depois no continente europeu, onde a revolução industrial criara um contingente numeroso de artesãos, mecânicos e técnicos especializados em fiação e tecelagem do algodão, os empresários brasileiros foram buscar a nata da sua mão-de-obra para colocar as suas fábricas em funcionamento e treinar os seus trabalhadores. (STEIN, 1979, p. 64)

Sobre a presença dos engenheiros americanos encontramos o fragmento do *New York Times* de 16 de julho de 1860. Nele, um correspondente do jornal em visita ao Brasil acompanhou a comitiva do imperador D. Pedro II junto dos engenheiros americanos nas obras da segunda seção da linha férrea, entre Belém e Barra do Piraí. Sob comando da companhia americana Messrs, Roberts, Harvey and Co., e liderada neste momento pelo engenheiro chefe Major Ellison e seu irmão William Ellison (auxiliar), a reportagem informava:

Depois de participar de um soberbo déjeuner, servido no depósito, o grupo imperial montou em seus animais e iniciou sua viagem de inspeção, acompanhados pelos vários americanos mencionados. A Ferrovia Don Pedro, que, quando concluída, se estenderá por cerca de trezentas milhas para o interior do maior distrito cafeeiro, foi originalmente o projeto de um Dr. Cochrane, um inglês residente neste lugar, que conseguiu adquirir uma subvenção do Governo Imperial para sua construção. [...] A parte da estrada considerada a segunda seção, embora tenha apenas dezessete milhas de comprimento, é, talvez, vista sob uma luz científica, uma obra tão estupenda quanto qualquer uma das quatro travessias de montanha nos Estados Unidos. Tendo de atravessar uma cordilheira a cerca de 3.000 pés acima do nível do mar, e alguns dos preenchimentos necessários são enormes, enquanto os poços para a construção do túnel têm que ser cavados em alguns lugares acima de 450 pés, e estes têm que ser cortados através do tipo mais sólido de rocha armadilhada. a comitiva Imperial regressou até Macacos residência de Mal. Ellison, onde o imperador combinou passar a noite.⁴³

⁴³ A reportagem americana revela ainda que D. Pedro II inspecionava um grande túnel em construção nesta seção. O imperador tomado pela curiosidade sobre as grandes obras da ferrovia desceu em um dos túneis em construção junto do engenheiro Major Ellison: “Quando chegaram ao grande poço, que já havia sido escavado a 360 pés, o imperador manifestou sua intenção de descer e, de maneira muito afável, pediu ao Major Ellison (sendo um homem de tamanho e peso semelhantes ao dele) que descesse com ele. O major, tendo se sentado do outro lado da plataforma, deu a ordem para baixar, e Sua Majestade Imperial logo desapareceu na escuridão abaixo” (THE BRAZILS, 1860).

Devemos destacar aqui que a Estrada de Ferro D. Pedro II foi fundamental para o estabelecimento e para as operações da fábrica. Gratuitamente, através da estação de Macacos, chegavam os materiais para a construção da fábrica e as máquinas para o seu funcionamento (KELLER, 2019, p.42-43).

Posteriormente, com o funcionamento da fábrica, havia uma outra linha férrea que cortava a Vila Operária ao centro da avenida dos operários, ligando a Estação de Macacos à Brasil Industrial. Através desta linha, as matérias primas poderiam ser descarregadas na fábrica e a produção da fábrica poderia ser transportada. Também havia um pequeno bonde puxado por burros que transportavam carregamentos menores e conduziam a gerência da fábrica⁴⁴ pelo caminho.

Como dissemos anteriormente, a fábrica Brasil foi erguida em uma fazenda em Macacos. Parte da estrutura da fazenda foi aproveitada para o funcionamento da indústria. A antiga casa-grande da fazenda foi convertida em dormitório para cerca de cem crianças empregadas na fábrica. Um depósito e a senzala foram transformadas em ferraria e em residência de trabalhadores (STEIN, 1979, p.55).

O andar térreo do longo prédio da fábrica, de três andares, abrigava três turbinas, com suas correias de transmissão para os andares superiores, as esfarrapadeiras e as máquinas de limpar algodão. A sala principal do primeiro andar continha 400 teares; acima deles. No segundo andar, estavam as máquinas cardadoras e as máquinas de fiação preparatórias; no terceiro andar, as armações de fiação, com 24.000 fusos. (COMPANHIA BRAZIL INDUSTRIAL, PRIMEIRO RELATÓRIO, p. 20-39, *Apud* STEIN, 1979, p.55)

A estrutura da Brasil Industrial permitiu que se desenvolvessem espaços de sociabilidade que não eram restritos ao interior da fábrica. Havia o clube de futebol (Brasil Industrial Esporte Clube), o espaço de lazer, as escolas operárias, o armazém, armarinho, a capela, diversas festas e comemorações (CIAVATTA, 2007, p. 45).

O conceito criado por Keller, chamado de “fábrica com Vila Operária” nos ajuda a compreender a complexidade das relações sociais estabelecidas entre os patrões e empregados da Brasil Industrial em Paracambi. Keller (2019) conduz sua investigação sobre o cotidiano operário a partir da existência de um complexo fabril, conciliando a estrutura produtiva às Vilas Operárias. Somado a isso, há um complexo social, representando as interações entre os trabalhadores e patrões. Neste complexo, integrados por uma rede de assistência, eram

⁴⁴ Natal e Natal contam uma história famosa entre os operários relacionados aos burros que puxavam o bonde. Os burros eram soltos ao fim da tarde para pastar e ficavam até a manhã do dia seguinte livres. Porém, havia um costume dos padeiros da época de deixarem os pães nas janelas das casas. Os pães passaram a fazer parte da dieta dos burros, que os comiam se os operários não fossem rápidos o suficiente para pegá-los (NATAL e NATAL, 1987, p. 9).

oferecidos além do trabalho, opções de lazer, educação, saúde e moradia aos operários (2019, p.28).

É possível afirmar que essa rede de benefícios também se constitui como elemento de dominação dos patrões sobre os operários. Porém, é fundamental ressaltar que ao mesmo tempo, nas palavras do próprio Paulo Keller, “os operários se apropriam dos ‘aparatos institucionais’, dando sentido e valor às relações estabelecidas nas capelas, nas escolas e nos campos de futebol” (KELLER, 2019, p.29).

Por exemplo, analisemos a importância histórica do clube Cassino neste contexto. Fundado em 1894, o Cassino foi um espaço fundamental para a sociabilidade dos operários. O clube era o lugar de reuniões e festividades dos trabalhadores da Vila Operária. Ocorriam nele festividades, como casamentos, bailes e as comemorações de carnaval. Sua estrutura era muito diferente do atual “Clube Municipal Cassino”. Na imagem 2 destacamos um casamento realizado no Cassino.

Imagem 2 - Casamento no Cassino



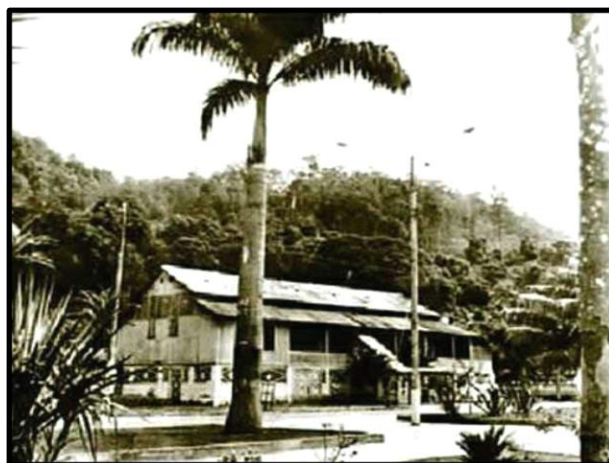
Fonte: Grupo Paracambi Antigamente/Facebook/ Movimento de preservação da História da Cia. Têxtil Brasil Industrial (anônimo, s/d)

Sua construção em dois pavimentos combinava a alvenaria, o andar inferior e o andar superior era feito em madeira. Seu telhado era de folhas de zinco. Durante o período de decadência da fábrica, um dos últimos proprietários ordenou a demolição do espaço⁴⁵. Mais tarde o prefeito Délio Leal o reconstruiu no mesmo local, porém o prédio pouco se assemelha ao prédio original. Vale mencionar que o nome cassino remete a um espaço de jogos de azar,

⁴⁵ A demolição ocorreu no ano de 1980 de acordo com Clélia Natal e Gilson Natal (NATAL e NATAL, 1987, p. 93).

porém, esta nunca foi uma finalidade do espaço. Acredita-se que o termo fosse uma forma de associar ao lugar um status de área nobre, normalmente ligado às elites (CIAVATTA, 2007, p.46-47). Na imagem 3 é possível identificar o Cassino com sua estrutura original ao fundo da fotografia.

Imagem 3 - Clube Cassino



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook/ Erivelton Diniz (anônimo, s/d)

Entre os depoimentos coletados por Keller percebe-se uma tentativa de estabelecer um padrão de comportamento para o acesso ao clube que escalava para uma prática de discriminação racial. “No Cassino não entrava gente de cor. Então tinha o clube Bico do Urubu para as pessoas de cor e mais pobres. Hoje não, entra qualquer um, é só pagar o ingresso[...] No clube até na entrada se tivesse com roupa indecente não ia. O dono da fábrica mandava na cidade inteira” (KELLER, 2019, p.132-133).

Estas restrições são referentes ao tempo do Dr. Junqueira⁴⁶, entre 1928 e 1955. Como já mencionamos, a fábrica exercia um controle rígido sobre o operariado, porém, o depoimento aponta para um poder que extrapolava os domínios da empresa.

⁴⁶ Keller em *O Cotidiano e o Complexo: Fábrica com Vila Operária* (2019), sistematizou os relatórios da companhia Brasil Industrial junto das informações coletadas dos entrevistados. Com isso, dividiu a história da fábrica com base nas gestões administrativas para que mais facilmente os depoentes pudessem associar os acontecimentos vivenciados por eles e suas famílias. Assim, temos o tempo do Sr. Coronel Dominique Level, diretor presidente da fábrica entre 1889 e 1917. Em seguida, o tempo do Dr. Antonio Botelho Junqueira, de 1928 até 1955, diretor industrial enquanto Dr. Luís Brandão Sarmiento era diretor-presidente da Companhia. Por fim, o tempo dos Othons, de 1955 a 1980, composta inicialmente por Luis Britto Bezerra de Mello, Dr. Othon Lynch Bezerra de Mello e pelo presidente Arthur Britto Bezerra de Mello. Keller define a fase áurea do complexo fábrica e vila operária entre os tempos de Dominique Level e Dr. Junqueira. O tempo dos Othons marca o declínio deste complexo, quando se percebe a desestruturação do sistema de benfeitorias oferecidas aos operários e o afastamento cada vez maior entre os patrões e os operários (KELLER, 2019, p.66-67).

A estratégia de controle sobre o operariado tinha um caráter paternalista. Percebe-se este aspecto na fala de Clélia Natal sobre um dos antigos e mais famosos diretores da Brasil Industrial, Dr. Dominique Level:

Dr. Level, como já disse, era muito social e fã incondicional do carnaval. Sempre ouvi meu sogro Benjamin Natal contar, e isso serve para mim como documento, que quando chegava o dia da festa do Rei Momo em Paracambi, o primeiro folião era o Dr. Level. Logo cedo, mandava encilhar seu lindo e fogoso cavalo branco. Trajava-se de casaca e cartola, montava e saía à frente da Banda Musical e dos operários da fábrica. Quando chegavam ao fim da Av. dos Operários, o bloco era engrossado pela população do centro e assim, percorriam toda Paracambi. Seu cavalo, sob o comando do bom cavaleiro, marchava ao som das músicas carnavalescas como verdadeiro folião. Sua popularidade não era somente no reduto da Cia., toda a população o respeitava e o estimava. (NATAL e NATAL, 1987, p.47)

Para Ciavatta (2007), havia um interesse por parte dos patrões em introduzir no operariado uma concepção de que o trabalho tinha um “valor positivo”. Junto das práticas de controle sobre a população na Vila Operária, o paternalismo dos chefes servia de estratégia para garantir a diminuição dos conflitos no operariado (2007, p. 44) A proximidade entre o patrão e os operários vista nas diversas festividades junto da extensa rede de favores oferecidas aos trabalhadores, contribuíam para a sua dominação.

José Sérgio Leite Lopes (1976), menciona uma “teia de favores” para explicar a dificuldade de alcançar uma “horizontalidade” entre os trabalhadores das usinas de açúcar. Ainda que esteja falando da produção do açúcar, encontramos semelhanças no seu modo de produção que podem agregar no entendimento da complexidade da relação entre o operariado e os patrões na indústria têxtil.

Quando Lopes reflete sobre as moradias operárias, explica que um bairro operário sem controle dos patrões poderia estimular uma “associatividade” entre os trabalhadores, criando uma comunidade que produziria uma ideologia própria. Os trabalhadores longe da área de interferência do seu chefe, poderiam compartilhar suas dificuldades diárias e sonhar a partir de sua união, com dias melhores. Porém, a existência das Vilas Operárias limitava as capacidades de associação entre os trabalhadores. As residências da vila incluem-se entre os favores concedidos às famílias de trabalhadores, promovendo a “competição” e produzindo “verticalidade” entre eles (LEITE LOPES, 1976, p.182).

Entendemos a verticalidade como uma hierarquia criada a partir da alienação do trabalhador no processo de produção capitalista. Necessitando de melhores condições de vida para ele e sua família acaba concorrendo, ou competindo, com outros operários por benefícios que não abrangem toda a força de trabalho.

Para ilustrar essa competição entre o operariado, Keller explica quais eram os critérios para ter acesso às moradias na Vila Operária da Cia. Têxtil Brasil Industrial:

Cabia ao operário averiguar se havia casa disponível. Nessa situação, o operário comunicava ao seu chefe para que ele solicitasse ao administrador das casas. O administrador avaliava o comportamento do solicitante (desempenho profissional e disciplina fabril). Não havendo impedimento, era comunicado ao chefe do solicitante a concessão da casa.

Nessa época os critérios para ganhar casa eram:

1/ o desempenho profissional do operário - o que ele representava em termos produtivos para a companhia;

2/ o número de operários que somava a família solicitante. (KELLER, 2019, p.83)

Percebemos então que não havia moradia para todos os trabalhadores⁴⁷. As casas eram cedidas mediante aluguel⁴⁸ aos operários disciplinados, produtivos e de preferência com mais operários na família.

Portanto, os favores contribuem para a criação de uma dependência entre os trabalhadores para com o empregador. Se a moradia do trabalhador é fornecida pela empresa, conseqüentemente, ele possui mais razões para se sujeitar a um trabalho precarizado:

Pois não há dúvida de que qualquer ameaça de demissão ou qualquer projeto de procurar um novo emprego esbarram com dois obstáculos que se completam e que praticamente imobilizam o operário: além de se ver na situação de desempregado ao ser demitido ou demitir-se para procurar emprego, o operário vê-se também simultaneamente na condição de despejado. (LEITE LOPES, 1976, p.182)

Na Brasil Industrial, poderíamos mencionar que os filhos de operários maiores de idade e parentes que não trabalhassem na fábrica, mas que estivessem abrigados nas casas operárias, deveriam pagar a “taxa- cabeça”. Ela era uma taxa extra e equivalia a 50% do aluguel por “cabeça”, ou seja, por indivíduo adulto que estivesse hospedado na casa. A taxa certamente impactava na renda familiar dos operários e praticamente forçava-os a ingressar na força de trabalho da indústria, criando mais vínculos de dependência do trabalhador (KELLER, 2019, p 82-83).

Quando abordamos especificamente a importância das moradias operárias para esta teia de favores, devemos analisar o contexto histórico pelo qual as Vilas Operárias foram introduzidas no território da Cia. Têxtil Brasil Industrial. Stein explica que houve uma opção

⁴⁷ Keller (2019) indica que houve um transbordamento das Vilas Operárias em direção a cidade que crescia ao longo do tempo. Portanto, gradualmente, muitos operários passaram a residir nas imediações da fábrica, porém, fora de seus muros.

⁴⁸ Paulo Keller menciona a existência da taxa de aluguel a ser paga pelos operários (KELLER, 2019, p.82).

pelos industriais do fim do século XIX para o que ele chama de “plano inglês”. O plano era a construção das Vilas Operárias nas proximidades das fábricas por conta da superlotação das moradias disponíveis até então (STEIN, 1979, p. 70).

Anteriormente afirmamos que a Brasil Industrial utilizou-se da estrutura remanescente da antiga fazenda para abrigar os seus operários. Para Stein (1979), a partir de uma pesquisa extensa entre inúmeras indústrias do período, as fábricas em geral não ofereciam boas condições de moradia e nem salários atrativos aos seus trabalhadores. Os trabalhadores por vezes não tinham interesse em trabalhar na indústria têxtil. Isto afetava diretamente a capacidade de produção das fábricas que em diversos momentos não dispunham de toda força de trabalho necessária (1979, p. 67).

Estes fatores também impactaram a Brasil Industrial.⁴⁹ Por isso, avançaram para a construção das Vilas Operárias. Keller descreve a organização espacial da Vila Operária:

A construção das casas, em geral geminadas, da Avenida dos Operários, bem como das ruas adjacentes, deram a Vila Operária um plano mais arrojado e moderno. Eram diversas ruas transversais e paralelas. O portão da fábrica separava o edifício da fábrica, que ficava distante cerca de 500 m, da vila; bem próximo do portão havia um outeiro onde ficava a capela de Nossa Senhora da Conceição e casa gerencial, conhecida como casarão, que guarda semelhança simbólica com a figura da casa grande no antigo sistema. Ainda dentro desse espaço ficavam algumas casas de administradores fabris. Fora do portão ficava um largo com o “Cassino” (local de bailes e festas), um sobrado com a escola operária, o armarinho, o açougue e a leiteria; ao lado, um edifício de três pavimentos de moradia de operários (apartamentos). E logo após a Avenida dos Operários, havia um portão que separava a Vila Operária do comércio de Paracambi e o povoado que cresceu ao redor da antiga estação. (KELLER, 2019, p.72)

Por volta do fim da década de 1970⁵⁰, os memorialistas Clélia e Gilson Natal (1987) apontavam que a Vila Operária tinha 345 casas (1987, p.44). No entanto, Keller afirma que em 1955 havia cerca de 341 “prédios de propriedade da fábrica, incluindo as casas da Vila Operária e as casas dos funcionários superiores” (KELLER, 2019, p. 72.).

Segundo Keller,

Morar na vila proporcionava uma vida estável na medida em que o trabalho era próximo da moradia, assim como do abastecimento de gêneros alimentícios, do lazer, da reza, da prática de esportes, enfim, uma série de serviços e atividades que estabilizavam a vida do operário. E sair da vila era uma preocupação das famílias operárias. (KELLER, 2019, p.84)

⁴⁹ Stein mencionou o primeiro relatório da Companhia Brasil Industrial afirmando que em 1874, a fábrica lamentava a “notória escassez de trabalhadores”. Além disso, menciona que os empresários disputavam os trabalhadores disponíveis (STEIN, 1979, p. 67).

⁵⁰ Esta data é uma dedução nossa. Os autores citam apenas o número de casas no período equivalente ao momento que a fábrica começou a venda dos imóveis.

Também sobre a vida na Vila Operária,

A fábrica tinha a vila operária [...] onde os aluguéis eram simbólicos; toda manutenção era feita pela própria firma, o pai da Ida [Romeiro] era o chefe dessa manutenção. Qualquer conserto, torneira, uma torneira estragada, um bocal de lâmpada, um remendo na parede, pintura, qualquer coisa era feita pela turma de conservação da vila operária, que diziam que tinha quatrocentas casas eu não tenho certeza, mas devia ser isso mesmo. Então tudo isso era contado como salário: você morava em uma casa barata, tinha os consertos gratuitos, a conservação gratuita, tinha facilidade de arrumar emprego para os filhos ou parentes e agregados; tudo isso se transformava em salário e trazia uma certa tranquilidade para a gente trabalhar. Não era o grande salário, porque não tinha um salário alto, mas era o somativo da família trabalhando. Esse é o momento em que cheguei. (MAIA, 2007, *Apud*, CIAVATTA, 2007, p. 54)

Devemos neste momento abordar a importância da religiosidade neste contexto fabril de Paracambi. Para Keller, este aspecto nos permite perceber que a relação entre operário e patrão não se estabelecia apenas através da submissão do trabalhador neste amplo espaço fabril. A religiosidade “legitima a ordem estabelecida, como também é apropriada pelos operários, se tornando forma de resistência e expressão do sentimento e da cultura operária, não sendo desta forma um simples instrumento de imposição unilateral dos dominadores” (KELLER, 2019, p.106).

Assim, devemos lembrar que o catolicismo e o protestantismo eram as expressões da cultura religiosa que podem ser evidenciadas no contexto do complexo Fábrica com Vila Operária. No entanto, é fundamental explicar que apenas as manifestações religiosas católicas eram legitimadas pelos patrões da fábrica. O protestantismo coexistiu com o catolicismo na vizinhança da Brasil Industrial através da Igreja Evangélica Congregacional⁵¹, porém, além de minoritário, era “marginalizada e tratada como subversiva” (KELLER, 2019, p. 106-107).

O que deve ser ressaltado na perseguição dos protestantes congregacionais, dentro do meio operário - onde os católicos eram legítimos e legitimavam a ordem estabelecida - é a especificidade da formação da classe operária (local e brasileira) onde a prática religiosa protestante é discriminada e tratada como subversiva, dentro do nascente mundo fabril. A prática protestante ameaçava a unidade do complexo, alicerçada na moral católica. (2019, p.130)

Para Keller (2019), a religiosidade reforçava o padrão de dominação estabelecido pela fábrica. O sentimento de pertencimento a uma “grande família fabril” era legitimado por uma relação recíproca estabelecida entre operários e patrões através das práticas católicas comuns

⁵¹ De acordo com os relatos de entrevistados de Paulo Keller (2019), os protestantes da localidade eram conhecidos como os “Bíblias”. Estes sofriam com perseguições religiosas e eram considerados subversivos pelos conflitos contra o patronato. Como exemplo deste choque, os protestantes queixavam-se do trabalho aos domingos e deliberadamente deixavam de trabalhar nestes dias (KELLER, 2019, p.129-131).

no espaço da fábrica, contribuindo para a legitimação das relações paternas do patronato (2019, p.176).

O núcleo das atividades religiosas dentro dos domínios da fábrica nos remete à capela de Nossa Senhora da Conceição, construída no dia 6 de maio de 1880 (KELLER, 2019, p. 108), como se observa na imagem 4 abaixo. As comemorações da padroeira aconteciam no dia 8 de dezembro. Depois da missa que começava às 10h, as comemorações tomavam as ruas. Além das festas, as procissões eram tradicionais no evento. Em meio às músicas das bandas locais, leilões animavam as famílias operárias (2019, p. 110-111).

Imagem 4 – Dia de Festa na Capela Nossa Senhora da Conceição em 1907



Fonte: Capela de Nossa Senhora da Conceição/ Paulo Keller

Na imagem 5 destacamos as barraquinhas sendo montadas na atual Praça Castelo Branco para a realização da festa de Nossa Senhora da Conceição.

Imagem 5 - Barracas sendo montadas para a festa de Nossa Senhora da Conceição na Praça Castelo Branco



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook/ Maria José de Melo Soares (anônimo, início dos anos 60)

Devemos mencionar também que de forma muito similar, organizavam-se as festas do 1º de maio. O Dia do Trabalhador era comemorado junto das festas do padroeiro dos operários da fábrica, São Jorge⁵². Porém, o evento guarda algumas particularidades. Além das especificidades da comemoração⁵³, o evento era produzido pelos próprios operários, sem a “participação ativa da diretoria da Companhia Brasil Industrial” (KELLER, 2019, p.117).

Como exemplo da participação da diretoria da fábrica nas festividades do dia de Nossa Senhora da Conceição, Keller apresenta o relato de um operário no tempo de Dominique Level:

Festa na fábrica, de véspera da festa, ele mandava nas salas, nas seção, de máquina em máquina entregá dinheiro para o pessoal comprá doce na festa. Entendeu? E segunda-feira, no tempo dele dava segunda-feira. Tinha as festas no domingo e as festas ia até duas horas da madrugada, 3 hora da madrugada. (KELLER, 2019, p.109)

A presença das crianças nas comemorações da padroeira da Capela de Nossa Senhora da Conceição é destacada pelos operários ouvidos por Paulo Keller:

À frente da procissão sempre três moças vestidas de virgem, uma carregando a cruz, e duas, uma de cada lado carregando as tochas; após as moças de branco, de véu, cobertas de véu e capelinha na prancha entendeu, com vestimenta de primeira comunhão ou de casamento, e após logo as moças, essas três moças, começava então as crianças, começava as crianças, aquela fila, duas filas de criança, todas as crianças, todas vestidas de branco, com uma faixa verde-amarelo, com lencinho branco no cabelo, e carregando uma bandeirinha, cada qual carregava uma bandeirinha, formado de um estandarte que tinha sempre um símbolo no meio, umas tinha a cruz, outras tinha o cálice, tinha a hóstia, outras tinha a estampa de uma imagem, era assim as bandeirinhas, muito bonitinhas, era a parte das crianças. Mais de cem, duzentas crianças formavam. (KELLER, 2019, p.112)

Convém aqui destacar o papel das crianças na constituição da força de trabalho nas primeiras décadas de funcionamento da indústria. Como mencionamos, a casa grande da antiga fazenda que deu lugar à fábrica abrigou cerca de 100 crianças no início de suas atividades. Entre as décadas de 1920 e 1950, no tempo do Dr. Junqueira, a fábrica priorizava na seleção de novos empregados os filhos de operários que cresceram na vila operária. Havia também uma preferência por menores de 14 anos que fossem alfabetizados, embora a fábrica tivesse à disposição de seus trabalhadores uma escola operária (KELLER, 2019, p.77-78).

Como já dissemos famílias inteiras trabalhavam nas fábricas:

Quando entrei pra trabalhar na Brasil, entrei na sala do pano [...]. Era muito bom, tinha muitas moças, muitas senhoras; minha mãe, por exemplo, em 1930, trabalhou na

⁵² Depois de 1955, a Igreja Católica definiu São José Operário como padroeiro dos operários do mundo.

⁵³ Keller conta que nas procissões, diferentemente das comemorações de Nossa Senhora da Conceição, as moças e crianças não se vestiam de virgens, e as festas eram realizadas no interior do clube Cassino (KELLER, 2019, p.117).

fábrica, ela entrou com 14 anos [...] Minha mãe nasceu em 1896. Como ela já estava com 14, já estava trabalhando na fábrica. [...] Meu pai começou com 9 anos. (ZANELLA, 2007, *Apud* CIAVATTA, 2007, p. 52)

O depoimento acima colhido por Maria Ciavatta impressiona pela idade dos funcionários da fábrica. As crianças dependendo do seu porte físico e aptidão eram colocados para fazerem quaisquer trabalhos na fábrica, independente de restrições legais ao trabalho infantil (MAIA, 2007, *Apud* CIAVATTA, p. 52). Na imagem 6 apresentamos uma imagem das crianças da seção de Espuleiras da fábrica⁵⁴.

Imagem 6 - Crianças da Seção de Espuleiras



Fonte: Grupo Paracambi Antigamente / Facebook/ Alonso Marcos (anônimo, anos 50)

Vemos, portanto, que a fábrica estimulava a criação de inúmeros vínculos de dependência entre os operários e o espaço que viviam. Ao fim da década de 1970, a grande estrutura de assistência aos operários começou a ser desmantelada. Gradualmente colocava-se fim às relações paternalistas construídas ao longo do tempo com seus trabalhadores.

A Cia. Têxtil Brasil Industrial foi incorporada pela Cia. São Pedro de Alcântara em 31 de janeiro de 1994. A partir deste momento, deixando de existir juridicamente⁵⁵, a fábrica em declínio em Paracambi, teria seus portões fechados em 16 de novembro de 1996 (KELLER, 2019, p.117). Sobre o encerramento das atividades da fábrica, Ciavatta (2007) reproduziu relatos de ex-operários da Fábrica Brasil Industrial, os quais mencionam possíveis causas para o fechamento da indústria. Os operários afirmam que a falta de competitividade da indústria

⁵⁴ A Seção de Espuleiras é um setor dedicado ao abastecimento das bobinas de fio (espulas ou carretéis) que são desenroladas para o processo de tecelagem.

⁵⁵ Keller (2019) explica, em 1980, a Cia. São Pedro de Alcântara de Petrópolis/RJ comprou a Cia. Têxtil Brasil Industrial.

nacional com a produção asiática, como a chinesa, foram fundamentais para a decadência da indústria. Os tecidos nacionais em razão dos impostos, da legislação brasileira e dos salários mais elevados dos trabalhadores tornaram nossos produtos mais caros frente aos importados (2007, p. 65). Os operários apontam para falhas administrativas que levariam a perda de concorrência, como as tentativas frustradas de modernização do maquinário com equipamentos obsoletos perto das máquinas mais produtivas existentes no mercado (2007, p. 67).

Filleti e Boldrin (2020) analisaram a desindustrialização do setor têxtil. À luz do economista novo-desenvolvimentista Wilson Cano, os autores defendem que as transformações da política econômica nacional desde 1989 afetaram drasticamente a indústria nacional. A nova política cambial inaugurada com o Plano Real, a abertura da economia ao mercado externo, a elevada taxa de juros aliada a desaceleração da economia mundial contribuiu para a decadência da indústria (2020, p.886). Os autores, mencionam os estudos de Anita Kon e Durval Coan para descrever o quadro de crise das indústrias têxteis entre os anos 80 e 90:

Porém, esse setor sentiu de maneira dramática os efeitos danosos da estagnação econômica dos anos 80 com a mudança do marco regulatório ocorrida logo no início da década de 90. Um conjunto de fatores auxiliou para que o setor têxtil sentisse com maior força o processo de liberalização comercial e financeira. Por um lado, o fortalecimento da moeda acarretou em um aumento do poder de compra da moeda nacional, gerando uma redução de preços dos produtos importados. Por outro lado, a liberalização das importações, sem o devido acompanhamento das especificidades setoriais, assim como a ausência de uma política industrial efetiva capaz de viabilizar de forma gradual a transição para uma economia mais aberta, auxiliaram na entrada de produtos mais baratos e mais modernos no mercado nacional. O produtor brasileiro se viu competindo, de forma repentina, com os produtores mais dinâmicos do mundo. (2020, p. 868)

Keller (2024) explica que desde 1960 a fábrica já enfrentara crises de natureza econômica, afetando diretamente sua estrutura e a cidade de Paracambi. O “transbordamento urbano da antiga vila operária” representava o declínio de um já superado sistema fabril e permitiu a emancipação da cidade de Paracambi em 1960. Nos anos seguintes, gradualmente a rede de serviços da fábrica foi sendo desativada e as casas da vila operárias vendidas. Por fim, a década de 1980 representa o momento de instabilidade derradeira da fábrica até seu fechamento (2024, p.324).

Em suma, os relatos dos operários alinham-se com a teoria econômica sobre a crise têxtil iniciada no fim da década de 1980. A invasão de tecidos asiáticos no Brasil foi um duro golpe na indústria têxtil, afetando diretamente a Cia. Têxtil Brasil Industrial até seu fechamento em 1996.

Capítulo 3

3.1. A História Local através das aulas-passeio

No primeiro capítulo deste trabalho, discutimos as possibilidades do aprendizado histórico a partir das potencialidades da história local através das aulas-passeio, da história oral e da educação patrimonial. Posteriormente, no segundo capítulo, abordamos a construção da história da cidade de Paracambi buscando destacar não apenas a rica história fabril no município, mas também nos empenhando em destacar a história da formação da antiga Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages.

Depois de analisadas os componentes teóricos e a história do município, apresentaremos nossa aula-passeio em forma de um guia que contemple diversos espaços de memória da cidade de Paracambi-RJ. Além de um breve histórico sobre os espaços de memória, o guia orientará a aulas-passeio e incluirá uma série de sugestões de atividades com os estudantes, unindo a educação patrimonial ao uso da história oral, possibilitando que outros educadores no futuro, insiram em seu dia a dia diversas práticas pedagógicas sobre a história local. Convém mencionar que a aula-passeio foi idealizada para ser utilizada com os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. No entanto, acreditamos que a aula também possa ser adaptada às séries iniciais, respeitando as condições específicas relacionadas ao ensino-aprendizagem desta faixa etária.

Neste momento, devemos destacar a importância das aulas-passeio no contexto escolar. É oportuno citar novamente que idealizamos as atividades a partir das ideias do pedagogo francês Célestin Freinet. Para entendermos a viabilidade da metodologia, é interessante compreender as razões pelas quais o educador construiu tal estratégia educacional.

Quando iniciou sua trajetória na educação como professor primário na aldeia de Barsur-Loup na França, de acordo com Sampaio (1989), Freinet valorizava as individualidades dos alunos, importando-se com sua personalidade, problemas e interesses. Entre suas observações, constatou que as práticas escolares não motivavam os estudantes. Ao mesmo tempo, percebia que os alunos importavam-se mais com a vida fora da escola:

Para ele ficou claro que o interesse das crianças estava lá fora, nos bichinhos que subiam pelo muro, nas pedrinhas redondas do rio, pois percebia que, nos momentos da leitura dos livros de classe, o desinteresse era total. Nessas ocasiões, os olhares dos meninos atravessavam as janelas e acompanhavam o vôo dos pássaros ou das abelhas zumbindo e batendo nos vidros das janelas empoeiradas. (SAMPAIO, 1989, p.15)

A partir deste olhar, Freinet idealizou a aula-passeio. Através dela, a aldeia de Bar-sur-Loup transformou-se numa extensão da escola. Freinet descobriu que a aula-passeio facilitaria o processo de ensino-aprendizagem na medida que ele conseguia introduzir elementos da vivência das crianças em suas aulas. Os alunos passaram a aprender a partir do que era comum em suas vidas, em seu dia a dia.

Na aula-passeio, alunos e professor caminhavam pela vila interagindo com a comunidade e com a natureza. Acompanhavam o “trabalho do marceneiro”, “do ferreiro”, “passeavam pelos campos”, observando os animais e a paisagem natural (SAMPAIO, 1989, p.15-16).

Sampaio (1989) explica que a atividade mudou a “atmosfera da classe”. No retorno à escola, os alunos estavam eufóricos, “cada um queria contar o que vira”, compartilhando suas experiências e seu aprendizado na sala de aula (1989, p.16). Com a atividade, houve a aproximação da escola à realidade das crianças na aldeia de Bar-sur-Loup. O contato com os saberes vinculados às vidas dos estudantes facilitava o desenvolvimento de habilidades como a escrita e a leitura, além de permitir o aprendizado da História, da Matemática, da Geografia e de Ciências (1989, p.21).

Freinet inspirava os estudantes a reproduzirem na escola suas impressões sobre o que viam nos passeios. De textos a ilustrações, os trabalhos produzidos por sua classe evoluíram para a criação de uma imprensa escolar onde as crianças editaram e publicaram seus próprios jornais com base em suas experiências (SAMPAIO, 1989, p.23). Portanto, a aula-passeio transformou-se num caminho para o aprendizado escolar, superando o ensino tradicional que desmotivava as crianças.

Motivar os estudantes é um desafio. O modelo de educação bancária ainda é comum nas escolas brasileiras. Nesta forma de ensino em que o aluno tende simplesmente a absorver os conhecimentos transmitidos pelos professores encontra-se esgotado. Tornar o aprendizado prazeroso e eficiente para os estudantes, torna-se ainda mais difícil quando o panorama geral das escolas públicas é de sucateamento de suas estruturas. Como motivar os estudantes em salas de aula quentes, pouco iluminadas, com mesas, cadeiras e paredes sujas, com pouco ou nenhum material didático e recursos tecnológicos? A escola que deveria acolher os estudantes, em muitos casos torna-se hostil, os afastando.

Além disso, o contexto socioeconômico no qual os jovens brasileiros estão inseridos produz obstáculos ao seu aprendizado e afetam o seu desempenho nas escolas. A realidade

diária de violência, pobreza, abandono, fome, desemprego que afeta os jovens periféricos e suas famílias, os obriga a colocar a escola em segundo plano.

Assim, compete ao educador encontrar maneiras de reverter ou minimizar este quadro. O ato de ensinar requer um olhar crítico do professor sobre seu próprio trabalho. A escola reflete a sociedade e precisa atender às demandas impostas por ela sob o risco de ser ineficaz. Nestes tempos, é preciso sair do lugar comum e propor novas formas de suprir as carências educacionais da realidade brasileira. Em vista disso, o resgate de Freinet é essencial. Elias (2002) afirma que Freinet desenvolveu uma metodologia da ação, isto é, uma Pedagogia Experimental em que ele dedicava-se a rever as atividades empregadas nas escolas, propondo novos métodos de ensino até atingir seus objetivos.

Não foi pesquisando e testando novas técnicas de ensino com seus alunos que descobriu a imprensa na escola? Ao invés de tirar patente ou guardar segredo dessa descoberta, material que estaria na base de um novo método — o método natural —, Freinet lançou-se deliberadamente ao crisol da cooperação. Seu problema não era se isolar mas, ao contrário, queria achar uma forma de trabalhar melhor com os demais professores. Dizia que, embora no processo de construção da cultura o homem tenha trilhado caminhos diferentes em virtude de circunstâncias históricas próprias de cada povo, sempre percorreria as mesmas etapas na elaboração e aquisição de conhecimentos. Por intermédio do fazer, do tateamento, da satisfação das necessidades e dos interesses, o homem construiu sua cultura. E Freinet comparava a construção de uma cultura à de um edifício, pois, sem alicerces, sem andaimes, sem quedas ou erros a humanidade não teria chegado ao avanço já atingido, nem continuaria a ampliá-la com novas conquistas. Para ele, o homem só ousa lançar-se à frente quando se sente apoiado em um patamar razoavelmente firme. Depois volta a pesquisar, experimentar, a reerguer um novo plano cultural, pois não pára nunca. (ELIAS, 2002 p.53)

Entendemos, portanto, que entre tantos contratempos impostos à educação, o professor deve constantemente rever suas estratégias de ensino. Freinet nos mostra que é preciso coragem para buscar outros caminhos e sair da rotina dos métodos tradicionais vigentes no dia a dia das escolas brasileiras. É fundamental a experimentação, testando novas práticas de ensino que contribuam para o sucesso do ensino-aprendizado. Neste sentido, Elias (2001) observa:

A escola e os professores não podem mais se contentar em comunicar conhecimentos exigindo somente compreensão e memorização; devem proporcionar a tentativa experimental das crianças em todos os domínios, o que supõe atitude totalmente diferente, verdadeira reeducação. Uma atitude decidida de estudo, de preparo para ultrapassar barreiras e construir os degraus garantirá que seu aluno chegue sem fracassos ao objetivo. Por envolver a experiência, a pesquisa, a reflexão e a própria investigação científica, o tratamento experimental respeita o ritmo de cada aluno, seus ensaios e erros. (ELIAS, 2001, *Apud* CUNHA e FORTUNATO, 2017, p. 559)

Desta maneira, as aulas-passeio estão inseridas neste processo de reeducação. Através de uma metodologia participativa, que valoriza a autonomia dos estudantes, acreditamos em

seu potencial como uma estratégia capaz de motivar os alunos no cotidiano escolar, construindo seu aprendizado a partir de suas próprias experiências, histórias vividas e de sua própria investigação sobre o passado. A aula-passeio é uma aula de descoberta da própria história.

Vale lembrar que o termo aula de descobertas é utilizado pela educadora Rosa Maria Whitaker Sampaio para se referir às aulas-passeio de Freinet. Sampaio é membro da Rede de Educadores e Pesquisadores na Educação Freinet (REPEF), esta, vinculada a uma associação internacional criada pelo professor francês em 1957, chamada de Federação Internacional dos Movimentos da Escola Moderna (FIMEM). Sampaio é uma grande referência nos estudos e na aplicação da pedagogia de Freinet no Brasil (CUNHA e FORTUNATO, 2017, p.555).

A aula de descobertas é um símbolo da educação livre de Freinet e um antídoto contra a educação tradicionalista. Na pedagogia de Freinet segundo Sampaio, aprende-se agindo e fazendo. Nela, o estudante é um ser ativo no processo de ensino-aprendizagem, “construindo seu próprio conhecimento” (CUNHA e FORTUNATO, 2017, p. 558-559).

Para Sampaio (2002), a aula de descobertas proporciona aos estudantes alcançar algumas metas importantes. Para ela, a aula valoriza a liberdade no aprendizado, envolvendo os alunos numa prática que escapa às atividades comuns da escola. Neste método, os discentes vivenciam “situações reais” deparando-se com “novas responsabilidades” e revelam novas habilidades. Ocorre também a ampliação do “campo de investigações”, permitindo aos alunos chegarem “a descobertas múltiplas, inesperadas e interessantes”. Ainda, os estudantes estabelecem novas relações afetivas com os professores e os demais alunos, quando é possível “privilegiar sobretudo o encontro com o outro de maneira diferente daquele do dia a dia da escola” (2002, p.179).

Significativo para Sampaio em sua defesa das aulas de descobertas é o aspecto das relações afetivas. A aula-passeio se consolida como uma atividade que pode trazer felicidade aos estudantes:

A motivação, o interesse, a curiosidade, o questionamento, a alegria criarão condições para que o meio físico e o meio humano constituam-se numa fonte de atividades e descobertas felizes. Eles também vão se integrar naturalmente na vida social, na vida afetiva e no conteúdo de todas as disciplinas do currículo escolar. (SAMPAIO, 2002, p.180)

Deste modo, acreditamos que a aula-passeio possui inúmeras valências que contribuem não apenas para o aprendizado escolar, mas também atendem às demandas afetivas dos estudantes e profissionais envolvidos. Logo, as aulas-passeio são ponto central desta estratégia baseada na História Local. Abaixo descreveremos o planejamento necessário para a atividade,

o roteiro pedagógico das aulas-passeio com os monumentos e recantos da cidade a serem visitados e possíveis sugestões de abordagens destes locais. Ao fim do roteiro, também apresentaremos sugestões de atividades a partir das visitas aos espaços presentes no guia.

3.2 O planejamento das atividades ao ar livre

É aconselhável que os educadores envolvidos neste projeto planejem devidamente a atividade da aula-passeio para o sucesso da prática. Consequentemente, conforme Sampaio (2002), sugerimos alguns cuidados aos educadores envolvidos com a aplicação da atividade.

É fundamental que o educador esteja atento às condições do tempo no dia planejado para a realização da aula-passeio. O frio ou o calor influenciará nas recomendações de roupas mais pesadas ou mais leves aos alunos. Além disso, independente do tempo, é recomendado que os alunos levem consigo alimentos e bastante água. Não podemos esquecer que a atividade será realizada a pé, e sob temperaturas muito elevadas a água será importante para evitar a desidratação. Ao longo do trajeto, o educador que conduzirá a atividade poderá interromper a aula-passeio para a hidratação e para o lanche dos alunos.

O planejamento econômico do passeio também deve estar entre as prioridades dos educadores à frente da aula-passeio. É essencial o auxílio da escola para assegurar o transporte dos estudantes, assim como, se possível, custear a alimentação dos alunos no decorrer da atividade. E caso não seja viável, os educadores podem sugerir que os estudantes levem os próprios alimentos ou recomendar um local com valores previamente informados como ponto de parada para lanche ou refeição.

Caso seja do interesse do professor a visita ao interior de alguns locais de memória, é fundamental contactar as instituições ou pessoas responsáveis pela recepção e visita técnica dos lugares de memória para que ocorra a autorização para a atividade. Também será importante orientar os estudantes para que respeitem as normas específicas de cada local.

Os estudantes devem estar a par de todo o caminho a ser percorrido, cientes dos cuidados com a segurança e precisarão respeitar as instruções dos educadores e equipe escolar envolvidas nas visitas guiadas. Recomendamos que os estudantes levem consigo cadernos de anotações, celulares ou máquinas fotográficas. Será importante registrar não só o que aprenderam com a aula-passeio, mas também os momentos afetuosos entre eles.

Recomendamos também o desenvolvimento de um planejamento pedagógico. Estruturar o projeto, detalhando os objetivos da atividade, o itinerário da aula-passeio, o tempo previsto para a sua realização, as atividades a serem desenvolvidas junto dos estudantes e a

avaliação destes, assegura a coerência do projeto, potencializa o seu desenvolvimento e, portanto, contribui para a sua eficácia.

3.3. O roteiro pedagógico das aulas-passeio

O roteiro das aulas-passeio foi pensado de forma que os estudantes pudessem percorrer todo o itinerário a pé. Poderíamos incluir no roteiro diferentes pontos da cidade, como bairros mais distantes, no entanto, entendemos que isso exigiria uma grande logística de transporte, tornando difícil a realização da aula-passeio pelos alunos da rede pública e mesmo da rede particular.

Calculamos que o trajeto total construído nas aulas-passeio com as visitas orientadas aos espaços de memória selecionados tem em torno de 2 km de distância. Estimamos que a visitação de todos os lugares escolhidos na aula, com as devidas pausas para as discussões sobre os espaços de memória, elevará a duração da atividade para cerca de 3 horas. Abaixo listamos todos os espaços a serem visitados.

3.3.1. A Paróquia de São Pedro e São Paulo

O ponto de partida seria a visita à Paróquia de São Pedro e São Paulo. A igreja tem sua história ligada à Freguesia de São Pedro e São Paulo, o primeiro povoado do atual território de Paracambi.

Por isso, é interessante mencionar aos alunos que a Igreja remete a história de fundação da cidade. O povoado de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages surgiu por volta de 1820 na atual região do Depósito Central de Munições do Exército (DCMUM). Mais precisamente no dia 29 de dezembro de 1836 foi elevada à condição de freguesia de Itaguaí, junto de São Francisco Xavier e Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Em nossas pesquisas, entendemos que o crescimento da região neste momento da história se deu sobretudo em função das rotas de transporte de mercadorias como o café. O grão produzido sobretudo no Vale do Paraíba era escoado até as planícies de Itaguaí por rotas que cortavam o atual território da cidade.

Tornar-se freguesia significava que uma localidade havia alcançado relativo desenvolvimento econômico. Nestes casos, o território ficava sob a jurisdição espiritual e administrativa de uma paróquia. Portanto, a paróquia exercia papel importante na administração local.

Também é fundamental, a partir da história da paróquia, inseri-la no contexto do Brasil Colonial. Como mencionamos, esta região estava integrada à Itaguaí durante a sua criação. Itaguaí por sua vez, teve seu desenvolvimento associado à Fazenda de Santa Cruz. Criada em 1596 pelos jesuítas, a fazenda devido a diversas doações de sesmarias, estendia-se do Rio de Janeiro (região de Santa Cruz) até o Vale do Paraíba, incorporando as planícies do Guandu e de Itaguaí.

A Fazenda dos Jesuítas era a maior fazenda nos arredores do Rio de Janeiro. Se destacava na produção de alimentos e na pecuária voltada ao mercado externo, além de contar com engenhos para a exportação do açúcar.

Neste sentido, se a história de Paracambi se aproxima do contexto da Fazenda de Santa Cruz, devemos mencionar que o passado da cidade está envolto no contexto da exploração da mão de obra indígena e africana durante a colonização do Brasil. Sob o controle inicial da ordem religiosa dos jesuítas, os missionários mantinham colégios e aldeias na fazenda⁵⁶. Posicionadas em locais estratégicos, os aldeamentos auxiliavam no trabalho e na defesa do território jesuíta⁵⁷. Através de Fania Fridman, Moraes aborda o trabalho indígena e africano:

Uma porção da Fazenda foi dividida em arrendamentos, em sua maioria para a criação de gados, tradição que vinha desde o início da colonização brasileira quando os Jesuítas, ao contrário do demais proprietários, escolheram este sistema para garantir o controle absoluto de suas propriedades. Nas demais áreas os Jesuítas utilizaram a mão de obra indígena e africana. Estes podiam casar entre eles livremente, possuíam moradia individual, roças para as quais dedicavam dois dias por semana, pois três dias eram destinados ao trabalho na Fazenda, um dia dedicado à igreja e um dia de descanso. Seus filhos eram alimentados, vestidos e educados pelos Jesuítas. Além disso, as crianças eram alfabetizadas, aprendiam música e um ofício. (MORAES, 2017 p. 5-6)

Sobre a população de escravizados, no século XVIII, havia uma numerosa população de escravizados dedicados à mão de obra na fazenda. As pesquisas sobre o contingente de escravizados diretamente ligados ao território de Paracambi precisam ser aprofundadas. No entanto, com a criação da Freguesia de São Pedro e São Paulo, a localidade destacava-se pela grande produção cafeeira dentro de Itaguaí. Ainda que a produção de café na localidade fosse tímida comparada ao Vale do Paraíba, é possível inferir que a mão de obra negra escrava era

⁵⁶ A aldeia de São Francisco Xavier de Itinga teria surgido com a transferência dos indígenas carijó provenientes da Ilha de Marambaia. Acredita-se que a catequese jesuítica na ilha era alvo de muitos ataques paulistas, por isso foram transferidos em 1627 para o território da fazenda de Santa Cruz, dando origem a aldeia de Itinga (<https://www.pensario.uff.br/node/243>).

⁵⁷ Moraes explica que os jesuítas temendo possíveis invasões em seu território, instalaram um aldeamento em Sepetiba e outro em Itaguaí. O primeiro com grande população indígena servia para defendê-los de ataques provenientes do litoral. O segundo, o aldeamento de Itinga em Itaguaí, defendia o território do interior, próximo aos “caminhos do sertão” (MORAES, 2017, p. 8).

utilizada em quantidade considerável, visto que o café tradicionalmente conciliava a mão de obra negra escravizada ao latifúndio no penoso método de produção.

Com o enfraquecimento da produção cafeeira no Vale do Paraíba nas décadas finais do século XIX, somado a chegada da Cia. Têxtil Brasil Industrial em Macacos em 1871, a população de São Pedro e São Paulo migrou para a atual região central de Paracambi.

Em 1911 às imagens religiosas presentes na antiga Igreja de São Pedro e São Paulo foram levadas para uma casa no centro de Paracambi, na atual rua Dominique Level, para que futuramente fossem dispostas em uma igreja a ser construída. Apenas em 1929, sob a liderança do pároco de Nova Iguaçu João Musch, iniciou-se a construção da Matriz de São Pedro e São Paulo (NATAL e NATAL, 1987, p.18-19).

Imagem 7 - Paróquia de São Pedro e São Paulo



Fonte: Paróquia de São Pedro e São Paulo/Acervo Pessoal.

Mesmo iniciada a construção, as terras ainda eram de propriedade da Brasil Industrial. Segundo Natal e Natal (1987), por intermédio do ex-acionista da fábrica em 1932, Dr. Luiz de Moraes Sarmiento, a fábrica concordou em doar os terrenos nº 9 e nº 10 localizados à época no 7º distrito de Vassouras para a construção da atual Paróquia de São Pedro e São Paulo⁵⁸ (1987, p.18).

⁵⁸ Apenas em 30 de maio de 1955 os acionistas permitiram a assinatura da escritura dos terrenos cedidos à Paróquia de São Pedro e São Paulo (NATAL e NATAL, 1987, p.18).

Com a chegada do Pe. Antonio Cugliana em 1940 como padre definitivo da paróquia, as obras continuaram até a inauguração em 1948. O Pe. Antonio participava de diversos eventos e comemorações religiosas na cidade, celebrando missas tanto na Paróquia de São Pedro e São Paulo quanto nas igrejas e capelas adjacentes, contribuindo inclusive para as celebrações operárias.

Próximo da Paróquia de São Pedro e São Paulo encontra-se outra comunidade religiosa que merece destaque. Seria importante que o grupo de alunos e professores pudessem deslocar-se até a Igreja Evangélica Congregacional de Paracambi. Localizada na rua Dr. Nilo Peçanha, a poucos minutos da paróquia visitada. Ela foi a primeira igreja evangélica da cidade.

Imagem 8 - Igreja Evangélica Congregacional de Paracambi



Fonte: Igreja Evangélica Congregacional de Paracambi/Acervo Pessoal

Sob a liderança de Stuart E. Mc Nair e Jorge Howes, reuniam-se na localidade da Cascata pelos anos 1900. No entanto, a comunidade evangélica da região sofria com o preconceito e perseguição religiosa. Chamados pejorativamente de “bíblias” pelos locais, eram discriminados e considerados subversivos, o que contribuiu para serem expulsos da casa onde pregavam o evangelho. Com a expulsão, em 1912 fundaram a igreja na atual localidade. Os evangélicos tiveram papel decisivo na greve de 1918, quando lutavam contra o trabalho aos domingos (KELLER, 2019, p.129-131).

3.3.2. A Estação Ferroviária de Paracambi

A estação ferroviária de Paracambi será a segunda parada de nossa aula-passeio. Caminhando cerca de 3 minutos pela Rua Dominique Level, poderemos chegar na estação de trens da cidade.

A estação é um dos principais meios de locomoção da população paracambiense. Paracambi, como outras cidades da Baixada Fluminense, é considerada como uma cidade-dormitório. Este termo caracteriza as cidades ou áreas residenciais em que um elevado número de habitantes, por diversas razões, como o estudo ou lazer, mas principalmente em virtude da necessidade de trabalho, deslocam-se para outros municípios (OJIMA, JR, PEREIRA & SILVA, p. 400-401).

Imagem 9- Estação de Paracambi



Fonte: Estação de Paracambi/Acervo Pessoal

A estação ferroviária pode ser considerada um ponto de convergência dada sua importância histórica e localização estratégica conectando as regiões da Baixada Fluminense e a região Centro Sul Fluminense. A percepção por parte dos moradores e visitantes de que a cidade tem ares de cidade interiorana deve-se ao seu passado vinculado ao Vale do Café. No entanto, a chegada da ferrovia permitiu uma maior integração da cidade com os outros municípios da Baixada Fluminense, tornando Paracambi ao longo do tempo uma cidade multifacetada, mantendo o intercâmbio cultural entre as regiões vizinhas.

Hoje a estação é administrada pela concessionária de transportes ferroviários Supervia, integrando uma rede de estações e ramais que interligam a região metropolitana do Rio de Janeiro. A estação de Paracambi faz parte do ramal de mesmo nome, junto das estações de Lages (também localizada na cidade) e de Japeri. Em uma viagem de aproximadamente 20 min os passageiros podem embarcar em Paracambi e chegar em Japeri. Desta estação embarcam em um novo ramal passando por diversas estações da baixada fluminense e do subúrbio carioca, até alcançar o destino final, a Central do Brasil. A viagem em média é de aproximadamente 1h e 30 min entre o município de Japeri e a estação Central do Brasil no Rio de Janeiro.

Além de exercer um papel fundamental para a logística de transportes da cidade, é preciso destacar a relevância histórica do espaço. Conhecer o passado da estação nos permite compreender como ocorreu o crescimento econômico e urbano do antigo povoado de Macacos, região central da atual cidade de Paracambi. Permite também conectar a história do município de Paracambi a um contexto regional e nacional, quando a ferrovia significava um projeto de desenvolvimento econômico do Brasil Imperial.

A década de 1850 foi o apogeu da economia cafeeira (BORGES, 2014, p.10). Neste período, o Vale do Paraíba figurava como umas das principais regiões produtoras de café no Brasil. Sua produção era destinada principalmente à exportação. Necessitando chegar à zona portuária do Rio de Janeiro, o transporte do café não era simples. Tropeiros utilizando-se dos muires percorriam as estradas sinuosas entre as montanhas da Serra do Mar (2014, p. 9). Descendo a serra, o café poderia seguir pelas rotas terrestres sentido Rio de Janeiro ou valer-se dos diversos portos localizados na baixada fluminense, também atingindo a zona portuária.

Uma estrada de rodagem importante para o transporte do café, conectando o Rio de Janeiro à província de Minas Gerais era a Estrada Presidente Pedreira. De acordo com Novaes (2008):

A estrada iniciava-se em Pavuna, passava por Belém (hoje, Japeri), Macacos (hoje, Paracambi) e subia a serra margeando o rio dos Macacos, até atingir Rodeio (hoje, Paulo de Frontin). Desse ponto a estrada tomava a direção de Santa Cruz dos Mendes (hoje, Mendes) e daí seguia até as margens do Rio Paraíba do Sul, em Ypiranga. Atravessando o rio, a estrada tomava a direção de Ipiabas, passando pelas terras do Barão do Rio Bonito, até atingir Santo Antônio do Rio Bonito (hoje, Conservatória). Em 1853, o presidente da província autorizou o fazendeiro Manoel da Silva Pereira Júnior a estender a estrada até a Santa Isabel do Rio Preto, na divisa com a Província da Minas Gerais, fazendo ligação com a *Estrada de Bom Jardim* na província de Minas Gerais. (NOVAES, 2008, p. 67)

No entanto, as despesas elevadas no transporte afetavam os lucros dos produtores do Vale do Paraíba⁵⁹. Logo, o investimento nas ferrovias significaria um ganho maior aos produtores, reduzindo o tempo de viagem, oferecendo mais segurança nos transportes e possibilitando a ampliação da lavoura. Portanto, sob iniciativa dos próprios fazendeiros, principalmente os cafeicultores de Vassouras como os Teixeira Leite, em 1855, a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II teve início (FINGER, 2013, p.57).

Concluída as obras da primeira seção da ferrovia em 1858, os trens chegavam em Belém (atual Japeri). Através desta estação, o café transportado pela Estrada Presidente Pedreira poderia ser levado rapidamente à capital do império. Porém, um trecho pantanoso da estrada de rodagem entre Belém e Macacos comprometia o traslado das mercadorias. Então, um novo ramal da linha de ferro foi construído em Macacos em 1861⁶⁰.

A construção da estação de Macacos permitiu que a região prosperasse. Macacos firmava-se como um importante entreposto no transporte de café. Ao mesmo tempo, a estação também poderia receber passageiros, facilitando a integração do povoado com outras localidades da baixada fluminense e com a capital. Assim, a chegada da estação favoreceu a urbanização da localidade, que passou a contar com correios e rede de telégrafos, serviços essenciais para a comunicação à época (AGUIAR, 2021, p.16-17).

3.3.3. O Brasil Industrial Esporte Clube

Saindo da Estação de Paracambi, a sugestão é avançar pela Praça Cara Nova e cruzar a rua Dominique Level⁶¹. Seguindo pela Avenida dos Operários, em aproximadamente 5 minutos é possível chegar até o primeiro clube de futebol da cidade.

Criado no dia primeiro de maio de 1912, o Brasil Industrial Esporte Clube (BIEC) é um clube de futebol de Paracambi. Entre diversos fundadores, destacam-se os operários Clarence Hibbs, Frederic Jacques, John Starck, Ernesto Bauer, Jersey Starck e Guilherme Gomes (NATAL e NATAL, 1987, p. 46).

O clube de tradição operária surgiu com o nome de Paracambi Futebol Clube, mas em 07 de setembro de 1937 passou a chamar-se Brasil Industrial Esporte Clube, o popular BIEC

⁵⁹ Finger afirma que o custo somado das perdas de mercadorias e animais no transporte do café correspondiam a cerca de um terço das receitas da produção cafeeira (FINGER, 2013, p.56).

⁶⁰ Ainda em 1858, no novo ramal, um terminal de nome Nicanor Pereira foi construído nas proximidades de Macacos (AGUIAR, 2021, p.16). Este terminal corresponde hoje à estação de Lages localizada em Paracambi.

⁶¹ De acordo com os relatos da população paracambiense os trilhos da linha férrea iam além do percurso atual, alcançando o fim da Praça Cara Nova.

na cidade. Inicialmente, o campo do BIEC ficava nas proximidades do prédio principal da fábrica, sendo transferido para a avenida dos operários em 1914, onde hoje encontra-se o Colégio Estadual Presidente Rodrigues Alves⁶² (CEPRA). Segundo Natal e Natal (1987), o território para a construção da escola e do campo foi doado durante o governo de Dr. Luiz de Moraes Sarmento, prefeito de Itaguaí e acionista da fábrica Brasil Industrial. Vale mencionar, no momento Paracambi era dividido em dois distritos, o 7º de Vassouras e o 3º de Itaguaí (Natal e Natal, 1987, p.47).

Uma justificativa importante para a transferência do campo para a atual localização era que os operários distraíam-se durante o trabalho, enquanto os jogos do clube aconteciam, prejudicando a produção na fábrica (KELLER, 2019, p. 136 e 137). Também em 1937 houve a mudança do campo de futebol para o lado oposto da Avenida dos Operários, onde hoje encontram-se as estruturas do BIEC.

Imagem 10 - Sede do BIEC



Fonte: Sede do BIEC/Acervo Pessoal

Curiosamente, a parte da estrutura que cerca o BIEC é remanescente de outra instalação importante da fábrica. As folhas de flandres que separam o clube da avenida dos operários são provenientes do antigo Morro do Parque. Antigamente havia um parque de diversões localizado

⁶² O Colégio Estadual Presidente Rodrigues Alves foi construído em 1954. Seu nome inicial era Grupo Escolar Presidente Rodrigues Alves, permanecendo até 1975, quando o nome “Grupo Escolar” foi alterado para “Escola Estadual” e depois em 1982, “Colégio Estadual” (NATAL E NATAL, 1987, p. 98). A observação é importante pois a escola ainda é chamada pela população de “grupo” em referência ao seu primeiro nome.

em um morro próximo a Vila Operária. Era um espaço de entretenimento tanto para as crianças quanto para os adultos. Natal e Natal (1987) mencionam que em razão de um surto de febre amarela, o parque foi convertido a um hospital e depois fechado.

Imagem 11 - Cerca do BIEC



Fonte: Antigas folhas de flandres que hoje cercam o BIEC/acervo pessoal

A visita ao espaço do BIEC pode despertar inúmeras discussões junto aos estudantes sobre a história da cidade. Os professores podem informar que o local era um espaço de lazer dos operários, mas também envolvia tentativas de controle do patronato da fábrica sobre o operariado. Ainda que o BIEC tenha sido criado por operários, inicialmente, tinha como Diretor Presidente o Dr. Dominique Level, também diretor da fábrica.

Um episódio simbólico do controle fabril sobre o clube de futebol permitiu o surgimento do principal rival esportivo do clube da fábrica, o Tupi Esporte Clube. A direção da fábrica puniu com suspensão de 30 dias um grupo de fundadores do clube em virtude do descumprimento de regras por ela impostas⁶³. Em razão desta decisão, integrantes da diretoria e jogadores deixaram o clube e fundaram em 1º de janeiro de 1922 o clube Tupi (KELLER, 2019 p.137). Portanto, os estudantes podem através da história do BIEC perceber que mesmo

⁶³ Paulo Keller (2019) a partir de um resumo histórico criado pelo clube BIEC, afirma que existem diversas versões para punição e a consequente saída de integrantes do clube. Uma justificativa seria um conflito entre os fundadores sobre uma imposição da fábrica em que a diretoria deveria apenas ser composta por integrantes vinculados à empresa. Outra justificativa seria o sumiço de um *corbeille* da sede do clube sem autorização dos fundadores. E o motivo final para desencadear a saída de pessoas do clube foi a invasão da sede para obter uma bola para realizar uma partida de futebol (KELLER, 2019, p. 136-137).

o lazer dos operários estava sujeito a regulação e autoridade dos patrões.

3.3.4. A Vila Operária

Depois da visita ao clube BIEC, podemos avançar pela Ponte da Mariola em direção à antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial. Antes, convém percorrer junto com os alunos a localidade da antiga Vila Operária da fábrica⁶⁴. Passando pelo arborizado trecho da Avenida dos Operários, árvores estas contemporâneas da vila, é possível notar as transformações ao longo do tempo que afetaram as construções. Hoje, poucas casas mantêm sua estrutura original preservada. Ainda assim, é possível encontrar estas residências ao longo da via ou percorrendo as vias paralelas a esta avenida, como a Rua Dr. Barcelos.

Imagem 12 - Avenida dos Operários



Fonte: Avenida dos Operários/acervo pessoal

Uma sugestão interessante para conhecer a estrutura das casas antigas da Vila Operária é seguir a Avenida dos Operários, dobrar à esquerda na Rua João Fischer, passar pela Ponte dos Tecelões e virar à direita na Rua Dr. Barcelos. Por ela encontramos mais algumas casas remanescentes. Este percurso demanda em média 5 minutos de caminhada.

⁶⁴ Convém lembrar que nesta aula-passeio incluímos apenas a visita à vila operária criada pela Cia. Têxtil Brasil Industrial. A cidade abrigava também outra indústria de tecidos, a Fábrica Maria Cândida que também dispunha de uma vila operária no bairro da Cascata.

Imagem 13 - Ponte dos Tecelões



Fonte: Ponte dos Tecelões/acervo pessoal

A escassez de mão de obra era um dos obstáculos enfrentados pelas indústrias brasileiras entre os séculos XIX e XX. Além dos baixos salários (STEIN, 1979, p.61), as péssimas condições de moradias oferecidas pelas fábricas brasileiras tornavam o trabalho na indústria desinteressante, contribuindo para afastamento dos trabalhadores. A construção das casas da Vila Operária seriam então uma solução para esta dificuldade. Seguindo planejamento moderno, a partir de 1925 as casas começaram a serem construídas, chegando ao número de cerca de 300 casas aos arredores da Avenida dos Operários (KELLER, 2019, p.72).

Integradas a uma rede de assistência disponibilizada aos funcionários, a Vila Operária abrigava famílias inteiras que trabalhavam na fábrica de tecidos. Paulo Keller (2019) descreve que o acesso as casas da Vila Operária e aos serviços oferecidos pela fábrica, como o posto de saúde, escola, clube social, armazém e a capela, transformavam a relação entre patrões e trabalhadores “num relacionamento complexo”, o trabalhador “além de ser empregado é simultaneamente inquilino do imóvel” (2019, p.25).

Ainda que esta relação complexa seja configurada com uma forma paternalista de controle sobre os trabalhadores pelos patrões (KELLER, 2019, p.26), a Vila Operária junta de outros espaços sob domínio fábrica, são incorporados ao cotidiano operário, construindo-se então um significado particular entre as vivências operárias.

Imagem 14 - Casa da antiga Vila Operária



Fonte: Antiga casa operária/acervo pessoal

Durante o final da década de 1970 as casas da Vila Operária foram vendidas. Os operários tiveram prioridade na compra dos imóveis (KELLER, 2019, p.84). Um fator importante para explicar a venda das moradias operárias foi a construção do Conjunto Habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH). Com as novas opções de moradia, a Vila Operária perdeu gradualmente sua importância⁶⁵.

3.3.5. A Praça Castelo Branco

Após a visita ao espaço da Vila Operária, a ideia é continuar o caminho em direção à fábrica. Caminhando pela rua Dr. Barcelos, passaremos em frente ao antigo prédio do Sindicato dos Têxteis de Paracambi⁶⁶.

⁶⁵ Keller aponta também como uma causa importante para venda das casas, uma mudança na forma de gestão da indústria a partir da aquisição da companhia pelo grupo Othon Bezerra de Mello (KELLER, 2019, p.185).

⁶⁶ O Sindicato dos Têxteis de Paracambi foi fundado em 1966 por Domingos Tresse, um contramestre da Cia. Têxtil Brasil Industrial (PEREIRA, 2018, p. 100).

Imagem 15 - Antigo Sindicato dos Têxteis



Fonte: Antigo Sindicato dos Têxteis/acervo pessoal

Dobraremos à direita na Rua Américo Rodrigues Ferreira, seguiremos à esquerda, voltando à Avenida dos Operários. Em poucos minutos chegaremos na Praça Castelo Branco. Embora carregue o nome de um ditador de um dos períodos mais nefastos da história brasileira, esta praça tradicionalmente é um local de alegria para a população paracambiense. Hoje, eventos culturais como a Feira Literária de Paracambi (FLIPA) são realizados no espaço. Antigamente, as comemorações de homenagem a padroeira da fábrica, Nossa Senhora da Conceição, aconteciam na praça.

A localidade também é importante porque a sua volta encontram-se lugares de memória fundamentais para o cotidiano das famílias operárias. Ao lado da praça, um antigo edifício mantinha um armazinho, um açougue, uma leiteria e a escola operária (KELLER, 2019, p.72).

Também próxima a Praça Castelo Branco, encontra-se o Centro Cultural Cassino. Fundado em 1894, o Cassino hoje é administrado pelo poder municipal de Paracambi. Historicamente, o Cassino ocupa um lugar especial nas festividades operárias. Bailes, casamentos, comemorações religiosas (como de Nossa Senhora da Conceição), o carnaval e outras tantas festas dos operários eram realizadas neste lugar. Hoje, o local ainda é um espaço fundamental de comemorações e de realizações de eventos culturais públicos⁶⁷ e privados.

⁶⁷ No espaço são realizados diversos eventos culturais. Sob a influência da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo é oferecido no local o curso de Dança de Salão. Sob comando da Secretaria Municipal de Educação, ocorrem no lugar parte das exposições da FLIPA e o evento Educação de Toda Cor. Além disso, a Secretaria de

Imagem 16 - Centro Cultural Cassino



Fonte: Clube Municipal Cassino/acervo pessoal

3.3.6. O prédio fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial

E por fim, igualmente importante neste itinerário será a visita ao antigo prédio fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial. A visita ao prédio possibilitará que os estudantes conheçam os impactos da fábrica para o desenvolvimento da cidade e sobretudo a relação dela com a memória das coletividades paracambienses, muito vinculadas à cultura operária.

A antiga fábrica têxtil foi transformada num polo educacional. Hoje denominada “Fábrica do Conhecimento”, sedia o Campus Paracambi do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), a Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ) e o polo Paracambi do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ).

Imagem 17 - A Fábrica do Conhecimento – Vista Aérea



Fonte: Vista aérea da Antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial/Revista + Plugue

Sob a administração da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, também localizada no espaço da antiga fábrica, funciona o curso de teatro oferecido pela Companhia Municipal de Teatro, o Ballet Municipal Canto do Curió, a Escola de Música Villa-Lobos, vinculada a Fundação de Arte do Município, além de Curso de Pintura em Tela e o Espaço Cultura, Cinema e Arte. Também na localidade encontram-se o Espaço da Ciência, a Brinquedoteca e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Para conhecer a estrutura interna da Fábrica do Conhecimento é necessário programar a visita junto aos professores do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil. Os integrantes do centro de memória promovem palestras sobre a história da fábrica contribuindo para a preservação do patrimônio histórico e da memória do trabalho têxtil.

Seguindo nossa aula-passeio, saindo da Praça Castelo Branco, professores e alunos caminharão cerca de 400 m até a antiga Companhia Têxtil. O grupo pode optar por seguir sentido a bela Alameda Prof. Ida Goulart Ferreira Romeiro⁶⁸ onde poderão avistar nos morros à direita duas construções vinculadas à história da fábrica: a Capela de Nossa Senhora da Conceição⁶⁹ e a Casa Gerencial. Hoje os imóveis não são públicos, por isso acabamos não inserindo em nosso itinerário de visitas da aula-passeio. Mesmo assim, o professor como guia pode levantar discussões importantes sobre os espaços, como o controle e cultura operária. A

⁶⁸ Ida Romeiro foi uma ilustre professora de Paracambi. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi professora da FAETEC e lecionou por anos a disciplina de língua estrangeira em escolas particulares e públicas da cidade.

⁶⁹ A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi construída em 6 de maio de 1880 (KELLER, 2019, p. 108). Em 1985, houve o tombamento pelo INEPAC do edifício central da fábrica, a usina de força, a Casa Gerencial e a capela (2019, p.13). Tanto a capela quanto a Casa Gerencial são símbolos do poder patronal e da religiosidade local.

Casa Gerencial abrigava presidentes e diretores da fábrica, e por estar numa posição elevada da via de acesso à fábrica, era possível ter uma visão privilegiada de todo o complexo fabril (PEREIRA, 2018, p. 110). A capela, localizada logo ao lado, sob os olhares dos patrões, inseria-se num contexto de controle sobre o operariado, mas também representa uma das formas de expressão da cultura trabalhadora. As missas, as procissões, as festas religiosas, mobilizavam todos os operários e nos permitem mais uma vez pensar sobre como trabalhadores e suas famílias dão significados próprios à localidade, construindo uma história singular.

A principal comemoração realizada pelos operários da Cia. Têxtil Brasil Industrial durante o apogeu do sistema Fábrica com Vila Operária era a festa de Nossa Senhora da Conceição. A festa da padroeira da fábrica era comemorada no dia 8 de dezembro. Na capela construída em 1880, uma missa era realizada às 10h. Depois, pela tarde, organizava-se uma grande procissão. Iniciada com três moças vestidas de virgem, eram seguidas por cerca de 200 crianças, filhas de operários, vestidas de branco. Também de branco, outro segmento de mulheres transportavam a imagem de Nossa Senhora e de outros santos católicos. A procissão percorria grande parte do complexo fabril. Depois da procissão aconteciam as festas. Várias barraquinhas eram montadas e, juntamente com os dois coretos localizados em frente à fábrica - um destinado às bandas de música e outro aos leilões realizados - garantiam a animação dos participantes. Uma grande tela era montada em frente ao outeiro da capela, onde geralmente era exibido o filme de Charles Chaplin. Ao fim da festa, uma imagem da Imaculada Conceição era exibida, acompanhada de fogos de artifício (KELLER, 2019, p. 111-114).

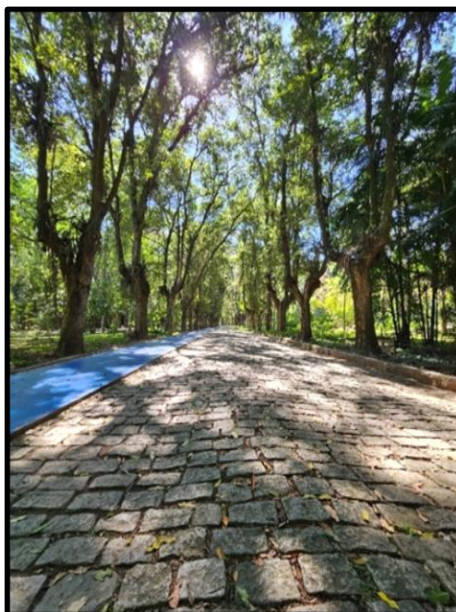
A festa era financiada pela fábrica. Até o início dos anos 1950, contava com a presença dos patrões, exemplificando o paternalismo fabril ao reproduzir um sentimento de “grande família” entre o poder patronal e a classe operária (2019, p.149). O sentimento de grande família entre os operários e patrões contribuía, de maneira sutil, para legitimar a dominação do operariado.

Imagem 18 - Procissão em comemoração ao dia de Nossa Senhora da Conceição em 1956.



Fonte: Grupo Paracambi de Antigamente/Facebook/ Marcos Alonso

Imagem 19- Alameda Ida Romeiro

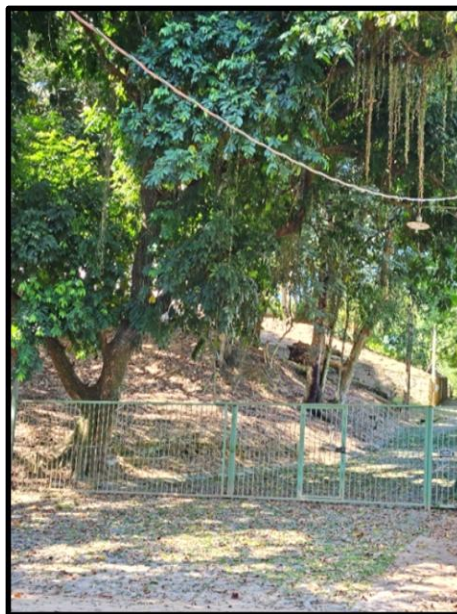


Fonte: Alameda Ida Romeiro/acervo pessoal

Também é possível percorrer o caminho à direita da alameda. Através da Rua Sebastião Lacerda, poderemos passar por algumas edificações sob controle do poder municipal, como o Espaço da Ciência e as secretarias citadas anteriormente. É oportuno mencionar que havia uma segunda linha férrea que ligava a estação de Paracambi à fábrica através desta via. O pequeno trecho ferroviário era importante para fazer o transporte de matérias primas até a indústria, além de despachar de volta a produção. Inicialmente, havia uma locomotiva que seguia pela Avenida dos Operários, atravessava o portão da Brasil até chegar na companhia. Posteriormente, o trem

foi substituído por um bonde puxado por burros, que além de levar pequenas encomendas, também transportava os gerentes da fábrica (NATAL e NATAL, 1987, p. 9). Ao lado da Rua Sebastião Lacerda é possível acessar a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a antiga Casa Gerencial, mas como afirmamos, são espaços privados e encontram-se fechados.

Imagem 20 - Portão de acesso à Capela de Nossa Senhora da Conceição e à Casa Gerencial



Fonte: Portão de acesso a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a antiga Casa Gerencial/acervo pessoal

Chegando ao prédio, podem ser apresentados aos estudantes diversos acontecimentos relacionados a construção da fábrica. Podem ser mencionadas as mudanças na economia do Brasil no século XIX que levaram o desenvolvimento das indústrias e a construção da Cia. Têxtil Brasil Industrial em 1871. O professor também pode enfatizar a importância da indústria na economia nacional, pois era a maior fábrica têxtil do Brasil quando construída.

Imagem 21 - Chegada à Fábrica do Conhecimento



Fonte: Chegada à Fábrica do Conhecimento através da Rua Sebastião de Lacerda/acervo pessoal

Os educadores podem relacionar a instalação da fábrica às condições geográficas e ao meio ambiente da localidade. Explicando que os rios e até mesmo a lenha extraída da mata eram fundamentais para a geração de energia do maquinário. Também podem explorar questões como a participação da mão de obra especializada imigrante nos primórdios da indústria, bem como as condições de trabalho e vida das famílias operárias.

Sobre a mão de obra operária, podemos enfatizar a grande presença de crianças trabalhando na fábrica. Segundo dados de Keller (2019), em 1918, crianças com o mínimo de 10 anos poderiam ser empregadas na fábrica (2019, p.101). A fábrica que já teve milhares de operários, em 1878 empregava em suas linhas de produção “343 operários, sendo 146 homens, 31 mulheres, 132 meninos e 34 meninas. Dos 132 meninos-operários, 72 eram aprendizes que frequentavam a aula noturna (instrução primária)” (2019, p.97).

Dada a carência de profissionais qualificados para trabalhar com as máquinas nas primeiras décadas de instalação da fábrica, os patrões instalaram escolas como o Corpo de Aprendizes com objetivo formar futuros operários e técnicos para atender as demandas da produção (KELLER, 2019, p.96). Ainda é muito comum nos depararmos com relatos de filhos e netos de ex-operários que ingressaram nos trabalhos das fábricas quando crianças.

A exploração do trabalho infantil, as penosas jornadas de trabalho, mutilações e mortes, comuns no contexto da Revolução Industrial na Inglaterra e debatidas entre educadores e alunos

no cotidiano escolar, costumam alertar os adolescentes. Geralmente, estes temas sensíveis são impactantes, mas parecem distantes de sua realidade, muitas vezes limitando-se aos exemplos presentes nos livros didáticos. O contato com a história local nestes casos permite que uma janela seja aberta aos estudantes, possibilitando-os uma nova perspectiva da história. Através dela, os alunos podem literalmente enxergar a si mesmo na história e perceber que a história é viva.

As memórias familiares, de gerações e gerações de operários se cruzam com as próprias histórias dos estudantes. Portanto, as histórias do operariado e do povo paracambiense não estão isoladas num tempo distante, estas histórias são as histórias dos próprios estudantes.

Assim, diante de um passado em que o espaço fabril era controlado e influenciado pelo paternalismo industrial, os operários e suas famílias apropriam-se das diversas estruturas disponíveis no seu cotidiano, e deram vida, sentido, a estes espaços. Com o fim da indústria na cidade, o patrimônio histórico fabril resiste vivo, ganhando novos contornos e, portanto, um novo sentido na cidade.

A fábrica têxtil que antes atraía trabalhadores das mais variadas regiões, agora dá lugar a um polo educacional que recebe estudantes das cidades vizinhas de Paracambi. A ferrovia que antes transportava a produção e materiais essenciais para o funcionamento da fábrica, hoje é o meio principal de locomoção de estudantes e trabalhadores que chegam e saem da cidade.

A Praça Castelo Branco e o Clube Cassino também sofreram transformações em seu espaço físico, mas ainda mantém-se como local sede de diversos eventos culturais paracambienses. O clube de futebol, o BIEC, mesmo com o fim da indústria ainda persiste como um dos espaços de sociabilidade e de prática de esportes em Paracambi.

A Paróquia de São Pedro e São Paulo consolidou-se como núcleo da comunidade católica de Paracambi. São Pedro e São Paulo são os padroeiros da cidade e anualmente no dia 29 de junho a paróquia realiza uma série de eventos, como missa, procissão e shows na rua Dominique Level. Paralelamente, os bíblias, protestantes perseguidos durante o início do século XX na cidade, expulsos do bairro da Cascata, e fundadores da Igreja Congregacional na região central de Paracambi, foram os pioneiros da religiosidade evangélica da cidade. De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010⁷⁰, entre a população residente no município, 16.903 pessoas identificaram-se como evangélicas, ultrapassando, portanto, os 16.000 que autodenominam-se católicos apostólicos romanos (IBGE, 2010).

⁷⁰ Ainda não foram publicadas amostras sobre a religião do último Censo, de 2022.

Portanto, acreditamos que este roteiro de aulas-passeio contribua para que os educadores da cidade não só tornem os alunos capazes de conhecer o passado por si só, mas que permitam seu autoconhecimento como sujeitos históricos, conscientes, críticos de seu tempo e sua realidade.

3.4 Material de apoio e atividades relacionadas à História local

Juntamente às aulas-passeio, sugerimos a utilização de um material de apoio destinado aos alunos para que sejam instruídos nas pesquisas sobre a educação patrimonial. Através deste material de apoio composto de diversas atividades, pretendemos criar meios para que os estudantes investiguem a história de diversos locais de memória, coletando dados a partir de fontes escritas, materiais, orais ou iconográficas.

As atividades servem de complemento ao roteiro de aulas passeio que elaboramos. Imaginamos que após o contato inicial dos estudantes com os espaços de memória escolhidos no roteiro, as atividades podem estimular a interação com a memória coletiva paracambiense.

Nesse sentido, o trabalho planeja construir maneiras de evidenciar o patrimônio cultural local no ambiente educacional, em favor de um processo de ensino-aprendizagem que contemple a identificação dos alunos com sua própria localidade, com sua comunidade. Queremos, a partir da metodologia desenvolvida, permitir que os educadores criem condições para que os estudantes possam acessar o passado de suas localidades, aproximando o patrimônio histórico ao ambiente escolar.

No entanto, é crucial não apenas promover a conscientização sobre a relevância do patrimônio para as coletividades, comunidades, famílias e vidas individuais, mas também desenvolver estratégias que permitam aos estudantes compreenderem a historicidade dos bens culturais e a necessidade de preservá-los para as próximas gerações.

3.4.1. Sugestão de abordagem particular ao contexto da História local de Paracambi

A preservação do patrimônio cultural brasileiro significa proteger o direito à cidadania dos diversos grupos sociais do país (IPHAN, 2000, p.15). Os bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, não apenas conservam um passado a ser valorizado, mas também é portador de significativos valores culturais e simbólicos para as comunidades, estabelecendo conexões com as vivências populares. Preservar o patrimônio cultural significa reconhecer a diversidade brasileira e garantir a continuidade de suas manifestações para as gerações futuras.

Portanto, acreditamos que as atividades sobre educação patrimonial possibilitam, no espaço escolar, manter vivas as tradições populares, bem como aproximar os lugares de memória históricos das comunidades, de maneira que os estudantes conheçam e compreendam o significado daquele bem para suas vidas.

As atividades configuram-se como uma metodologia ativa a ser utilizada pelos educadores junto aos estudantes aqui recomendados aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Imaginamos que a atividade pode ser dividida em duas etapas. Os estudantes investigarão os locais de memória presentes no roteiro de visitas das aulas-passeio e posteriormente realizarão uma exposição na escola.

Acreditamos que conciliar as aulas-passeio a este trabalho investigativo, envolveria os estudantes em uma prática educacional ativa, motivadora, interativa, esteticamente atraente e importante para seu aprendizado.

3.4.2. Início das atividades

Para realizarmos a atividade, a sugestão inicial é separar os alunos em grupos. Os grupos terão a tarefa de pesquisar a história de um lugar de memória e elaborar uma exposição. As investigações podem ser feitas com base nos espaços visitados na aula-passeio, como a Paróquia de São Pedro e São Paulo, a Estação de Paracambi, a Vila Operária, a Praça Castelo Branco e a antiga Fábrica Brasil Industrial.

O conhecimento histórico dos estudantes a partir das visitas aos locais citados os ajudarão na atividade a ser realizada. No entanto, é possível promover alterações na proposta. O professor pode adaptar a pesquisa ao seu contexto local. Muitos bens culturais com grande valor histórico não puderam ser incluídos no roteiro de visitas da aula-passeio. Assim, os educadores poderiam contemplar outros bens culturais com valor cultural.

Para a preparação deste guia de atividades nos baseamos no Manual de Aplicação de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação recomendado pelo Ministério da Educação (2013a). As informações do manual, com o auxílio das fichas de inventário (2013b), ajudarão os estudantes organizando os dados colhidos no decorrer da investigação. Consideramos que o manual⁷¹ pode ser valioso, servindo de arcabouço para a dissertação e como uma ferramenta prática na condução da proposta pedagógica que envolve a educação patrimonial. Todavia, o

⁷¹ O manual de aplicação sugere uma divisão e diferentes abordagens em cinco tipos de bens culturais: celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos. Adaptaremos em nossa pesquisa apenas a seção denominada lugares da ficha de inventário.

manual de aplicação será adequado ao contexto local estudado. Faremos algumas propostas específicas buscando enriquecer a pesquisa conduzida pelos alunos junto aos moradores da cidade de Paracambi e de seu vínculo com os lugares de memória estudados. Novamente recomendamos que o educador, a partir das circunstâncias e bens culturais locais, possa elaborar as próprias fichas de inventário, com os próprios questionamentos que atendam às suas demandas a serem discutidas no ambiente escolar.

3.4.3. Planejando a pesquisa com o manual de aplicação

O manual é iniciado com o capítulo chamado o inventário do patrimônio cultural. Ele auxilia o leitor a identificar e registrar os bens culturais em sua localidade que compõem o patrimônio cultural. Ele é acessível, permitindo que de forma clara compreenda-se os procedimentos e objetivos da educação patrimonial. Por exemplo, instrui o leitor a reconhecer o patrimônio cultural:

- O patrimônio cultural é um conjunto de bens culturais que estão muito presentes na história do grupo, que foram transmitidos entre várias gerações. Ou seja, são os bens culturais que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São os bens que se quer transmitir às próximas gerações.
- O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, o patrimônio cultural liga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício ou lugar que todos acham importante, uma festa que todos participam, ou qualquer outra coisa em torno da qual muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam.
- O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda, que algumas vezes elas não conseguem nem mesmo dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como, por exemplo, a paisagem do lugar da infância; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira. (IPHAN, 2013a, p. 5)

O manual também destaca alguns objetivos:

O inventário é uma atividade de educação patrimonial, portanto, seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas. [...] Um dos objetivos do inventário é fazer com que diferentes grupos e gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e a importância da pluralidade. (IPHAN, 2013a, p.6)

É recomendado que todos os estudantes tenham acesso a estas informações sobre a relevância do patrimônio cultural e os objetivos da pesquisa. Depois, sugerimos que os educadores envolvidos com o projeto organizem os estudantes em grupos, para que cada um deles tenha a missão de proceder na investigação sobre um bem cultural.

Definidos os grupos, é importante que os pesquisadores planejem a pesquisa sobre o patrimônio local. O manual apresenta inúmeras sugestões como: lista com as instituições e pessoas que farão parte da pesquisa; lista de locais e tarefas a serem desenvolvidas pelas pessoas na pesquisa; a análise da viabilidade e possível permissão para a realização de pesquisas; o planejamento da viagem até o local de pesquisa e as possíveis medidas de segurança para a atividade; a organização de equipamentos para registrar a atividade; planejamento do tempo para que os participantes do projeto realizem todas as etapas do trabalho; utilização do kit disponibilizado pelo manual diferenciando os diversos bens culturais, como celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos (IPHAN, 2013a, p. 7).

Com o planejamento do estudo, os estudantes devem prosseguir para a coleta de dados. Para isso, primeiro, os grupos de alunos receberão as fichas do inventário. O objetivo das fichas é realizar o levantamento de informações essenciais sobre o patrimônio em questão.

Através das fichas para o inventário disponibilizadas pelo IPHAN, e com o uso de equipamentos como máquinas fotográficas, celulares e cadernos, as informações sobre os bens culturais selecionados poderão ser documentadas em atividades de campo com os estudantes. Vale mencionar que para o manual é fundamental a entrevista de pessoas envolvidas com a história do patrimônio cultural e por isso ele instrui o pesquisador a ter um cuidado minucioso com a investigação, aconselhando que busquemos através de outras fontes históricas diferentes narrativas sobre o bem cultural em foco, e sobretudo, que respeitemos os entrevistados, questionando se concordam ou não em participar da atividade, se permitem serem fotografados ou terem seus depoimentos documentados (IPHAN, 2013a, p.8).

Vejamos as dicas para a pesquisa propostas pelo manual de aplicação:

- Organize a equipe e distribua as tarefas.
- Leve um caderno para anotar as informações, especialmente as não previstas nas fichas. Organize o material de campo para não perder os desenhos e anotações.
- Consulte antes as pessoas que vai entrevistar para saber se elas estarão disponíveis.
- Sempre que for entrevistar alguém, explique antes os objetivos do trabalho e procure criar uma relação de confiança com o entrevistado.
- Se não conseguir do seu entrevistado as informações que procura, paciência. Não se esqueça que as pessoas estão dando seu tempo e sem elas é impossível realizar o trabalho.
- Procure entrevistar várias pessoas sobre o mesmo bem cultural para obter várias opiniões, histórias e significados. A pesquisa será até mais rica e intrigante quando as respostas forem diferentes ou contraditórias.
- Entreviste pessoas de diferentes idades. Jovens e idosos podem revelar informações sobre as transformações do bem cultural.
- Procure entrevistar pessoas que tenham relações diferentes com o mesmo bem cultural: o mestre e o brincante, um proprietário de imóvel e um mestre de obras, o grafiteiro e o morador da rua, etc.

- Documente sua pesquisa com os equipamentos do *kit*. Grave as entrevistas, faça anotações, desenhos, fotografias e filmagens.
- Procure descobrir se há alguma pessoa na escola ou na comunidade que trabalhe com audiovisual e que esteja disposta a participar. Ela pode dar uma ajuda valiosa! (IPHAN, 2013a, p.9)

Abaixo listamos as fichas de inventário sobre educação patrimonial citadas no material para a investigação. Eles constituem o kit mencionado pelo manual de aplicação:

- Ficha do Projeto.
 - Ficha de Território.
 - Fichas das diversas categorias do patrimônio cultural, como lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes.
 - Ficha de fontes pesquisadas.
 - Ficha de relatório de imagens.
 - Ficha de roteiro de entrevista.
- (IPHAN, 2013a, p. 12)

A ficha do projeto tem a função de estruturar a coleta de informações pelos estudantes. A ideia é que os participantes procedem com as investigações e mencionem nesta ficha exatamente as informações sobre os integrantes da atividade, o que pesquisaram, a duração da pesquisa e a quantidade de dados produzidos. A seguir, listamos os itens específicos presentes na ficha do projeto:

- Título do Projeto.
 - Nome da Escola/Bairro/Município/Estado.
 - Foto da equipe.
 - Nome e idade dos integrantes da equipe.
 - Nome do monitor.
 - Nome dos professores participantes.
 - Instituições participantes.
 - Período de realização.
 - Bens culturais pesquisados.
 - Fichas das categorias do patrimônio cultural utilizadas no Projeto: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes.
 - Documentação Produzida: nº de fotografias, horas de gravação de vídeo, horas de gravação de som, nº de desenhos, nº de transcrições de entrevistas, nº de cadernos de campo.
 - Observações.
- (IPHAN, 2013b, p. 1-3)

Nesta etapa de nosso material de apoio ao estudo da história local, produziremos uma ficha baseada na construção disponibilizada pelo IPHAN, porém com algumas alterações. Descreveremos a seguir nossa ficha de projeto:

- 1- Nome da Escola.
- 2- Nome dos professores participantes.
- 3- Nome dos integrantes da equipe.

- 4- Título do Projeto.
- 5- Período de realização da atividade.
- 6- Lugar de memória pesquisado.
- 7- Documentação produzida

A ficha de território serve para que os pesquisadores explorem o lugar do bem cultural escolhido. O IPHAN nas fichas de inventário sugere que alguns dados sejam levantados:

- Imagem do território
 - Mapa do Território
 - Denominação do Território
 - Outras referências de Localização
 - Descrição
 - História
 - Dados socioeconômicos.
- (IPHAN, 2013b, p. 1-2)

Em nossa seção relacionada ao território estudado, também será necessário identificar a localidade pesquisada. Por exemplo: os alunos mencionarão se a atividade será produzida sobre uma cidade, bairro ou comunidade. Além disso, será feita a descrição do local, pesquisarão sua história e seus dados socioeconômicos, instigados a conhecer mais sobre a vida no território. Recomendamos que os estudantes façam um levantamento bibliográfico sobre o tema pesquisado. Os pesquisadores podem utilizar a internet ou a biblioteca municipal para ter acesso a produção historiográfica local. Sugerimos aos pesquisadores que utilizem os serviços de mapeamento e visualização geográfica gratuita como o Google Earth e Google Maps.

Instruiremos os estudantes a pesquisar os seguintes dados:

- 1- Nome do território (bairro, comunidade, rua).
- 2- Imagem do território (fotos da localidade).
- 3- Mapa do território (utilizar o Google Maps e Google Earth)
- 4- Descrição do território (descrever a paisagem, a natureza, a infraestrutura e a população)
- 5- História do território
- 6- Dados socioeconômicos.

Depois dos estudantes pesquisarem a história do território o bem cultural está situado, recomendamos que a atividade seja direcionada aos lugares visitados em nosso roteiro de aula-passeio. Desta maneira, integraremos as duas atividades nesta estratégia pedagógica. Por isso, neste trabalho, apresentaremos apenas as atividades relacionadas à categoria de lugares presentes

nas fichas do patrimônio cultural. A seguir estão os itens referentes aos lugares de memória que constam no manual de aplicação:

- Nome (Escreva o nome mais comum e outros nomes pelos quais o lugar é conhecido).
 - Imagem (No quadro de imagem, insira fotos ou faça um desenho do lugar).
 - O que é (Conte de forma resumida o que é o lugar).
 - Onde está (Procure descrever o lugar a partir das referências mais fáceis e conhecidas).
 - Períodos importantes (Descubra os momentos ou datas importantes associadas ao lugar).
 - História (Conte sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo).
 - Significados (Descubra que significados e funções tem o lugar para a comunidade)
 - Pessoas envolvidas (Informe as principais pessoas envolvidas com o lugar).
 - Elementos naturais (Informe quais são os elementos presentes no ambiente natural)
 - Elementos construídos (Informe se há elementos construídos no lugar e quais são as suas características).
 - Vestígios (Pesquise se o local possui vestígios de ocupações anteriores).
 - Materiais (Informe os principais materiais que constituem os elementos do lugar).
 - Técnicas ou modos de fazer (Pesquise sobre as técnicas utilizadas para a construção do lugar).
 - Medidas (Informe quais as medidas aproximadas: altura, largura, perímetro da área).
 - Atividades que acontecem no lugar (Informe as principais atividades realizadas no lugar por pessoas ou grupos).
 - Manutenção (Identifique os responsáveis e os cuidados necessários para manutenção do lugar).
 - Conservação (Informe se o lugar está bem ou mal cuidado).
 - Avaliação (Indique os principais pontos positivos e negativos para que o lugar continue sendo uma referência cultural).
 - Recomendações (Dê sugestões para a preservação do lugar, após fazer sua avaliação).
- (IPHAN, 2013b, p. 1-6)

Com o auxílio das fichas de lugares, os alunos devem, portanto, seguir as orientações mencionadas anteriormente para a produção da pesquisa. É importante que os estudantes explorem a história do lugar de memória através de diversas fontes. As fichas recomendam que os estudantes registrem imagens do tema de estudo. A coleta de imagens sobre o bem cultural pesquisado pode suscitar muitas discussões e contribuir para o aprendizado histórico dos estudantes. O contraste entre as imagens do passado e do presente permite a compreensão das mudanças e permanências na história. Com as imagens os alunos podem notar as alterações nas tecnologias, nos hábitos, na arquitetura, na estrutura da cidade, entre outras tantas transformações ao longo do tempo.

Tão importante quanto às imagens, os relatos orais são fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Por isso, recomendamos que os estudantes com a ajuda dos educadores encontrem pessoas que tenham a contribuir com suas vivências sobre a tarefa designada e registrem seus depoimentos. Hoje, mesmo os celulares mais simples são capazes de capturar imagens e gravar vídeos de excelente qualidade. Portanto, pode ser muito proveitoso para a atividade que os pesquisadores utilizem as câmeras dos celulares para filmar as entrevistas.

E caso não seja possível, mesmo o registro escrito das entrevistas nos próprios cadernos dos estudantes permitirá que a pesquisa desenvolva-se.

Sobre a importância o uso do vídeo, Freitas (2006) destaca que a “utilização do vídeo na gravação dos depoimentos nos permite captar muito além das palavras: captamos os gestos das mãos, a expressão física e facial, os risos, as lágrimas, o tom da voz, enfim, histórias de vida comoventes” (2006, p.110-111).

É fundamental que o professor instrua corretamente os estudantes sobre como proceder nas entrevistas. O manual de aplicação (2013a) sugere que os pesquisadores agendem com antecedência o encontro com os entrevistados. As pessoas que participaram fornecendo depoimentos à pesquisa devem autorizar previamente a cessão de sua imagem⁷². Ainda, recomenda-se que tenham paciência com os depoentes, estabelecendo sempre que possível uma relação de confiança com eles.

Para Freitas (2006), a entrevista é uma troca de experiência entre duas pessoas. É necessário neste ambiente de colaboração que o entrevistador tenha sempre sensibilidade e valorize a capacidade de escuta. É necessário “saber ouvir” os entrevistados, respeitando suas falas, sem interrompê-los e sem julgamentos, respeitando também suas memórias, suas emoções, e até mesmo os seus silêncios (2006, p. 92-94).

Assim, a ficha de lugares deve ser preenchida com as informações coletadas através de fontes variadas de pesquisa. Todas estas fontes devem ser listadas na ficha própria, denominada “ficha de fontes pesquisadas” (IPHAN, 2013a). Portanto, nesta ficha devem estar presentes os livros, sites, as identificações das pessoas consultadas nas entrevistas e qualquer outra fonte que os estudantes tiveram acesso.

De maneira similar, a “ficha de relatório de imagens” também tem a utilidade de catalogar dados da pesquisa. Neste caso, ela permite anexar imagens diversas como fotografias, desenhos, pinturas e gravuras examinadas pelos estudantes (IPHAN, 2013a).

O último instrumento para a realização da pesquisa é a “ficha de roteiro de entrevista”. Ela é tão importante quanto a ficha de categorias do patrimônio cultural. Esta ficha detalha as informações dos entrevistados e procura enfatizar a relação deles com os bens culturais listados. Com os dados colhidos no roteiro, os estudantes podem preencher as fichas do patrimônio cultural (IPHAN, 2013a, p.41-42), e como citado anteriormente, neste material estamos dando preferência

⁷² O manual sugere também que seja produzido um termo de autorização de uso de imagem (IPHAN, 2013^a, p.41).

à ficha de lugares. Logo abaixo destacamos algumas perguntas específicas e fundamentais para o êxito do estudo:

- Qual a atividade desempenha em relação bem cultural?
 - Com que idade e com quem a aprendeu?
 - Da sua atividade resultam que tipos de serviços ou produtos? Para quem e para que servem?
 - Como realiza a sua atividade? Quais as etapas necessárias?
 - A sua atividade foi sempre realizada da mesma maneira?
 - Houve mudanças ao longo do tempo? Se houve, quais foram?
 - Quando e porque ocorreram?
 - Em sua opinião, essas alterações foram positivas ou negativas? Por quê?
 - Realiza a sua atividade individualmente ou em conjunto com outras pessoas?
 - Que tarefas são específicas de uns e de outros?
 - Qual a importância que esta atividade tem na sua vida, na da sua família e na da sua comunidade?
 - Além de você, outras pessoas da sua comunidade detêm os mesmos conhecimentos e/ou desempenham a mesma atividade? Quem?
 - Na sua opinião, a continuidade da sua atividade e dos saberes tradicionais com que ela é realizada dependem do que?
 - Que outras informações deseja acrescentar sobre a sua atividade?
- (IPHAN, 2013b, p. 3)

Com o objetivo de aperfeiçoar o aprendizado histórico dos estudantes, decidimos neste estágio do trabalho acrescentar outros questionamentos aos entrevistados. Consideramos incluir perguntas que melhor relacionam esta etapa da pesquisa às discussões sobre as vivências e a história dos espaços de memória realizadas durante as aulas-passeio. Abaixo propomos algumas sugestões de perguntas de acordo com os lugares visitados.

Sobre a Paróquia de São Pedro e São Paulo:

- 1- De que maneira você iniciou sua trajetória na Igreja?
- 2- Quais são suas principais atividades e responsabilidades no local?
- 3- O que o levou a dedicar sua vida à Igreja?
- 4- Qual a importância da Igreja para você?
- 5- Existe alguma tradição da Igreja ou evento religioso que tenha um especial para você?
- 6- Você conseguiria explicar o funcionamento da Igreja? Como é a rotina da Igreja semanalmente?
- 7- A Igreja faz algum tipo de trabalho comunitário?
- 8- Se sim, poderia mencionar algum evento especial que tenha tido um significado especial para você?
- 9- Como é o envolvimento com os demais membros da Igreja?

- 10- Sobre a formação religiosa de seus membros, como a Igreja contribuiu para educação de seus integrantes jovens e adultos?
- 11- Como as decisões importantes da Igreja são tomadas? Os membros da Igreja podem participar?
- 12- O que você poderia nos contar sobre a história da Igreja?
- 13- Você sabe quando e como ela foi construída?
- 14- Qual a importância da Igreja para a história da cidade de Paracambi?
- 15- Você poderia citar algum evento histórico significativo ou algum personagem histórico importante relacionado a Igreja?
- 16- Sobre os eventos tradicionais da Igreja, como eles são celebrados?
- 17- Você consegue explicar como a Igreja se transformou ao longo do tempo?
- 18- Existe alguma política de preservação da história e das tradições da Igreja?
- 19- Como você imagina o futuro da Igreja?

Sobre a Estação Ferroviária de Paracambi:

- 1- De que maneira você iniciou sua trajetória na rede ferroviária?
- 2- O que te levou a trabalhar na Estação Ferroviária?
- 3- Qual a importância da Estação de Paracambi para você?
- 4- Quais são suas principais atividades e responsabilidades no local?
- 5- Houve algum evento ou experiência importante para você na estação ferroviária de Paracambi?
- 6- Você conseguiria explicar o funcionamento da Estação Ferroviária? Como é a rotina semanal da estação?
- 7- Existe algum cálculo que compute o número de passageiros que utilizam a ferrovia em Paracambi?
- 8- Existem obstáculos, problemas ou desafios para o seu dia a dia de trabalho na ferrovia?
- 9- Já enfrentou algum tipo de problema emergencial em seu cotidiano?
- 10- O que você poderia nos contar sobre a história da Estação Ferroviária de Paracambi?
- 11- Você sabe quando e como ela foi construída?
- 12- Qual a importância da Estação para a história da cidade de Paracambi e para seu desenvolvimento econômico?
- 13- Qual a importância da Estação para a Baixada Fluminense?

- 14- Você poderia citar algum evento histórico significativo relacionado a Estação?
- 15- Existe algum personagem histórico importante relacionado à Estação?
- 16- Você consegue explicar como a Estação e a ferrovia se transformaram ao longo do tempo?
- 17- É possível considerar algum tipo de avanço ou declínio na ferrovia nos últimos anos?
- 18- Existe alguma política de preservação da história da Estação?
- 19- Existem políticas de integração e desenvolvimento das comunidades locais que utilizam ou que vivem ao redor das estações de Paracambi e Lages?
- 20- A Ferrovia promove algum programa educativo ao público que revele a importância da mesma para cidade e região?
- 21- Como você imagina o futuro da Estação de Paracambi?

Sobre o Complexo Fábrica e Vila Operária:

- 1- Conte um pouco sobre sua experiência de vida na vila operária.
- 2- Qual era a importância da vila operária para você?
- 3- Quantas pessoas de sua família trabalhavam na fábrica?
- 4- Quais eram os maiores desafios de se viver na vila operária?
- 5- Sabemos que os operários realizavam festas e eventos religiosos, pode nos contar um pouco sobre essas memórias?
- 6- Existe alguma tradição ou costume dos operários que tenha um significado especial para você?
- 7- Como era a rotina dos moradores da vila operária?
- 8- Como eram as relações entre os moradores da vila?
- 9- Como se conseguia acesso às casas da vila operária?
- 10- Pagava-se aluguel para morar nas casas?
- 11- Era possível reformar as casas?
- 12- Como era a segurança na vila operária?
- 13- Caso ainda viva em uma residência originada da antiga vila operária, como você avalia as transformações no espaço e da vizinhança ao longo do tempo? Foi positivo ou negativo?
- 14- Sabemos que além da moradia, a fábrica disponibilizava escolas, lazer e serviços de saúde aos operários. Conte-nos um pouco sobre sua experiência com esse suporte oferecido pela fábrica.

- 15- Quais eram os principais trabalhos exercidos pelos operários na fábrica?
- 16- Como era a alimentação na fábrica?
- 17- E a remuneração pelos trabalhos? Os salários recebidos eram justos?
- 18- Foi operário da fábrica por quanto tempo?
- 19- Como era o dia a dia do operário da fábrica?
- 20- Como era o regime de trabalho?
- 21- Trabalhava-se mais ou menos que hoje em dia?
- 22- Como era a relação com os patrões?
- 23- O que sentiu quando a fábrica foi fechada em 1996?
- 24- Como você avalia a transformação da fábrica no polo educacional chamado de fábrica do conhecimento?

Desta maneira, com o auxílio do manual de aplicação para a educação patrimonial e de suas fichas de inventário, os estudantes serão capazes de organizar a pesquisa sobre os lugares de memória da cidade. Adiante detalharemos algumas sugestões de apresentação destes dados.

3.5. As exposições das pesquisas sobre a educação patrimonial

Depois da coleta de dados sobre os locais de memória estudados, sugerimos que os alunos produzam apresentações de suas pesquisas. Não nos limitaremos a escolher exatamente um modo específico de exposição.

Um modo possível de expor a pesquisa dos estudantes seria através de projeções de slides. Os alunos com o uso de computadores, tablets ou smartphones poderiam criar apresentações informatizadas. Existem muitos softwares e aplicativos que podem ser recomendados para esta atividade: o *Microsoft PowerPoint*, o *LibreOffice Impress*, o *Google Apresentações* e a plataforma de design gráfico *Canva*. Estas ferramentas poderiam ser acessadas nos laboratórios de informática das escolas ou mesmo em dispositivos móveis. Através delas, os estudantes poderiam construir apresentações ricas em imagens e expor em suas respectivas classes ou auditórios com o uso de projetores de imagens.

Também poderíamos criar apresentações em vídeo. Hoje nos smartphones existem muitos aplicativos de edição de imagens e vídeos que poderiam ser utilizados para esta finalidade. As fotografias adquiridas pelos estudantes somadas aos depoimentos de pessoas associadas aos lugares de memória investigados permitiram que os estudantes criassem diversas formas de exposição. Os alunos poderiam criar documentários, produzir apresentações de slides

narrados com recortes dos depoimentos colhidos, poderiam criar vídeos animados ou até mesmo simular um programa jornalístico, gravando entrevistas com os depoentes sobre o bem cultural escolhido. Entre tantas alternativas, os vídeos poderiam ser expostos na escola ou mesmo em suas redes sociais, compartilhando livremente na internet a visualização do conteúdo produzido pelos alunos.

No entanto, entendemos que estes recursos embora popularizados não estão acessíveis a todas as realidades de educandos do país. Portanto, imaginamos que a apresentação dos dados inventariados poderia ocorrer também através de estratégias tradicionalmente efetivas no contexto de ensino-aprendizagem. Os educadores criariam exposições de fotografias e maquetes que reproduzissem os espaços de memória estudados. Ou ainda seria possível criar seminários e rodas de conversa para que os alunos pudessem compartilhar junto à comunidade escolar seu aprendizado.

Assim, a estratégia educacional construída neste trabalho apresenta um roteiro pedagógico que envolve a visita aos lugares de memória da cidade utilizando as aulas-passeio. Também sugerimos atividades sobre a educação patrimonial a serem utilizadas na discussão da história local no contexto escolar.

Conclusão

Neste trabalho buscamos explorar as valências das aulas-passeio de maneira a valorizar a história local de Paracambi-RJ. Entendemos que a motivação dos estudantes é um fator preponderante para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Dado o contexto de carência socioeconômica, afetiva e educacional que envolve as crianças e adolescentes brasileiros, tornar a escola minimamente simpática, de maneira a estimular os estudantes a construir conhecimento torna-se tarefa cada vez mais árdua para o educador.

Assim, nosso objetivo foi desenvolver uma estratégia pedagógica capaz de incluir as aulas-passeio no dia a dia escolar. Acompanhada da aula-passeio, formulamos atividades que estimulam os estudantes a refletir sobre os lugares de memória da cidade através da história oral. Além de motivar os educandos, as atividades contribuem para promover seu aprendizado histórico.

Acreditamos que as aulas-passeio e as entrevistas planejadas em nosso roteiro de atividades a partir do patrimônio cultural material e imaterial paracambiense, permitem que os estudantes sejam desafiados a questionar o passado da cidade. As atividades proporcionam aos estudantes maior identificação com a história e maior integração com a comunidade. A percepção de pertencimento à localidade pode desenvolver-se na medida que ocorre ressignificação dos lugares visitados e a compreensão de que as memórias dos espaços integram-se às próprias histórias.

Com essa finalidade, procuramos inicialmente discutir neste trabalho as dimensões teórico-conceituais por trás do recorte geográfico que definimos. O território tem definição ampla e aqui foi concebido a partir de aspectos variados de transformação, porém, o descrevemos como um espaço resultante de disputas dos diversos agentes históricos que exercem dominação sobre ele. Posteriormente, analisamos o cenário do Ensino de História no país para que pudéssemos propor maneiras de apresentar a história local como estratégia de ensino, e assim valorizar o aprendizado a partir da história.

Quando nos aprofundamos no debate sobre o aprendizado dos estudantes, nos valem das reflexões de Jörn Rüsen (2010) sobre a consciência histórica. Entendemos a consciência histórica como a atividade em que ocorre a identificação dos indivíduos com as experiências históricas vivenciadas por ele e por outros ao longo do tempo, e por conseguinte, possibilitam que esse conhecimento atenda às suas demandas no presente e no futuro, expandindo seu horizonte de expectativas. Portanto, o roteiro de aula-passeio elaborado neste trabalho tem a

ambição de que através de uma atividade que envolve a história local, o aprendizado ocorra de forma que produza significado para as vidas dos estudantes.

Para construirmos o roteiro com os lugares de memória sobre a história local, foi necessário discutir a história da cidade de Paracambi. Um objetivo era que os educadores e alunos tivessem acesso à estratégia educacional construída neste trabalho a partir de publicações atualizadas sobre a região estudada e os espaços de memória escolhidos, possibilitando um olhar crítico sobre a história oficial do município. Logo, exploramos a história da ocupação inicial do território da cidade, integrando o passado da Freguesia de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages à Itaguaí, região satélite da imponente Fazenda de Santa Cruz. Consideramos que a proximidade dos povoados que originaram Paracambi com as grandes rotas de transporte da economia cafeeira, permitiu sua evolução. Com isso, em 1861 a ferrovia chegou ao Povoado de Macacos, e com ela, mais tarde, em 1871, houve a instalação da Companhia Têxtil Brasil Industrial.

Dedicamos grande parte do trabalho na discussão sobre a construção da fábrica Brasil Industrial e sua relação com o operariado. As atividades da indústria foram marcantes para o desenvolvimento da cidade e sua emancipação em 1960. Tão importante quanto, foi a relação constituída entre o operariado com os espaços e as redes de serviços oferecidos pela fábrica. Embora compreendido aqui como aparelhos de dominação sobre os trabalhadores, houve a ressignificação destes lugares pela cultura operária. E mesmo com o encerramento das operações da fábrica em 1996, a memória operária mantém-se viva entre os moradores da cidade.

O roteiro pedagógico produzido, unindo as aulas-passeio e as atividades de história oral, procurou iluminar estas memórias coletivas. Assim, acreditamos que mesmo numa prática escolar, poderemos nos deparar com as memórias silenciadas da população local, as chamadas memórias subterrâneas (POLLACK, 1990). As tarefas neste trabalho serão fundamentais para a aprendizagem dos estudantes, que no resgate das vivências paracambienses estarão diante do próprio passado. A aproximação da história à sua realidade através destes meios poderá proporcionar aos educandos uma educação crítica sobre a história, sobre seu tempo e abrirá possibilidades de construir novos caminhos em suas vidas.

Referências

ABUD, Kátia Maria. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*. v. 13, n. 25/26, p.163-174. São Paulo, 1993.

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AGUIAR, Fernando Cesar Ramalho. *O Ramal de Macacos da Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II*. Monografia. UNIRIO. Rio de Janeiro. 2021.

ALBERTI, Verena. O lugar da História Oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa. In: *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In.: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice;

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. (2008). O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, 10(17), 55–67. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. e VIEIRA, Andréia Maria de Souza. *A aula-passeio como experiência vivida: Freinet no ensino superior*. 2019.

Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/view/1498>.

BASTOS, Tavares. *Cartas do Solitário*, 3ª edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1938.

BRASIL. Decreto Nº 3.965, de 18 de setembro de 1867. Concede favores às fabricas de tecidos de algodão que forem estabelecidas pelos cidadãos Norte-Americanos Geo N. Davis e M. Pattison. Rio de Janeiro. 1867. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1867/Leis1867-62.pdf>

BEM, Sueli Ferreira de. Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas. Dissertação. FAUUSP. 1998.

BIBLIOTECA VIRTUAL DO MEIO AMBIENTE DA BAIXADA FLUMINENSE. Parque Nacional Municipal do Curió. UERJ. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Disponível em: <https://www.bvambienteuerjfebf.com/copia-parque-municipal-da-taquara>. Acesso em: 28/03/2004.

BORGES, Magno Fonseca. A Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: O desafio da serra do mar (1850-1865). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16., 2014, Rio de Janeiro, RJ. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2014.

CAIMI, Flávia. A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? Revista do Lhiste, Porto Alegre, n. 4, v. 3, jan./jun. 2016.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, 177-229. 1990.

CIAVATTA, Maria. (Coord.). Memória e temporalidades do trabalho e da educação. Rio de Janeiro. Lamparina / Faperj. 2007.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama. Da universidade surge a cidade, da cidade as escolas: a UFRRJ e a educação pública municipal de Seropédica. Tese, Rio de Janeiro, 2014.

COUTINHO, E. R.; SILVA, R. M.; HUBER, F.; DELGADO, A. R. S.; CORREA, B. Desenvolvimento de uma ferramenta de apoio a processamento e monitoramento de dados meteorológicos. Edu.tec - Revista Científica Digital da FAETEC , v. 2, p. 100, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/327057355_DESENVOLVIMENTO_DE_UMA_FERRAMENTA_DE_APOIO_A_PROCESSAMENTO_E_MONITORAMENTO_DE_DADOS_METEOROLOGICOS>. Acesso em: 07/072024.

CUNHA, Carolina Rodrigues.; FORTUNATO, Ivan. 50 Anos dedicados à pedagogia Freinet: um encontro com Rosa Maria Whitaker Sampaio. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 12, n. esp. 1, p.554-563,2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.esp.1.2017.9661>>. E-ISSN: 1982-5587.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. The industry of Brazil. Advantages of Establishing Cotton Factories at the Fazenda of Macacos. 1870.

DEAN, Warren. A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DELPHIM, Hugo. Qual a relação de Paracambi com Dia do Fico e a Independência do Brasil?. Rio de Janeiro. 13 de agosto de 2023. Facebook: O Belo e Histórico Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/obeloehistoricoriodejaneiro>. Acesso em: 22/03/2024.

DELPHIM, Hugo. A Fazenda do Marquês de Quixeramobim. Rio de Janeiro . 24 de junho de 2021. Facebook: O Belo e Histórico Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/obeloehistoricoriodejaneiro>. Acesso em: 22/03/2024.

ELIAS, Marisa Del Cioppo. A Atualidade da Proposta Freinet: Interdisciplinaridade e Alfabetização. In: ELIAS, M. D. C. Organizadora. Pedagogia Freinet: Teoria e prática. Campinas, SP: Papirus, 2002.

FERREIRA, Ricardo B. da Silva. Um outsider no império: o pensamento político de Tavares Bastos. Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 7 | N. 1, pp. 63 – 83, dezembro 2016. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

FILLET, Juliana de Paula; BOLDRIN, Rafaela. A indústria têxtil no Brasil: um modelo econométrico analisando a hipótese de desindustrialização setorial. Economia e Sociedade, Campinas, SP, v. 29, n. 3, p. 861–890, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8663637>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FINGER, Anna Eliza. Um Século de Estradas de Ferro Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. Tese de doutorado. UNB. 2013.

FREITAS, Sônia Maria de. História Oral: possibilidades e procedimentos. 2ª edição. São Paulo: Humanitas, 2006.

FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm. 49, marzo-septiembre, 2009, pp. 91-106. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.1, p. 19-29.

GUIMARÃES, G. F. . O conceito de lugar no processo-projeto patrimonial negro-brasileiro. In: COSTA, Carmem Lúcia. (Org.). Espaço e Diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. 1ed.Goiania: Gráfica UFG, 2018, v. 1, p. 99-113.

IDENTIDADES DO RIO. São Francisco Xavier de Itinga (Itaguaí). Disponível em: <https://www.pensario.uff.br/node/243>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Rio de Janeiro. IBGE. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População no último censo. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paracambi/panorama>. Acesso em: 27/03/2024.

IPHAN. Educação Patrimonial. Histórico, conceitos e processos. 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

IPHAN. Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Manual de Aplicação. Brasília, 2013, 85 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

IPHAN. Educação Patrimonial no Programa Mais Educação – Fichas do Inventário. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Fichas%20do%20Inventario%20-%20Educacao%20Patrimonial.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais. 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 09 de novembro de 2023.

JUZWIAK, Victor Ridel. Entre disputas e debates: a construção da BNCC de História. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

KELLER, Paulo Fernandes. Fábrica & Vila Operária: A vida Cotidiana dos Operários Têxteis em Paracambi/RJ. Brasil. Solon. 1997.

KELLER, Paulo Fernandes. Cultura do Trabalho Fabril. São Luís. EDUFMA. 2019.

KELLER, Paulo Fernandes. Lugares de Memória dos Trabalhadores #93: Companhia Têxtil Brasil Industrial, Paracambi (RJ). In: FONTES, Paulo (Org.) Lugares de Memória dos Trabalhadores. São Paulo: Alameda/Fundação Perseu Abramo, 2024.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro. Edição fac-similar / IBGE. 2007.

LEGRAND, Louis. (org). Célestin Freinet. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 150 p. (Coleção Educadores).

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE LOPES, José Sergio. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim!” leitores, autores, aulas como texto e ensino-aprendizagem em História. Tempo, v. 11, n. 21, 2007.

MATTOS, Maria Alice Garcia de. Vila Cruzeiro, escolas e movimentos sociais: múltiplas narrativas sobre o território, a vizinhança e a história local. Dissertação PPG de Ensino em Educação Básica/CAP-UERJ, 2022.

MORAES, Edite. Os donos da Fazenda de Santa Cruz: uma breve história fundiária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, DF. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: história e democracia. Brasília: UNB, 2017.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25/26, p. 143-162. São Paulo, 1993.

NATAL, C. R. N., NATAL, G. História de Paracambi – 1800 a 1987”. Guavira editores. Rio de Janeiro, 1987.

NOVAES, Adriano. *Os caminhos antigos no Território Fluminense*. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva, 2008. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf>. Acesso em 28/03/2024.

OJIMA, R., Jr., E. M., PEREIRA, R. H. M., & SILVA, R. B. da. (2011). O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. *Cadernos Metrópole*, 12(24). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5896>.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. Do café à policultura: Fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí. (1850-1900). Dissertação, UFRRJ, Seropédica, 2015.

PEREIRA, Ronaldo Vicente. Paracambi Industrial. Uma proposta de roteiro cultural. Dissertação. FGV, Rio de Janeiro, 2018.

PIRES, Nikyta Chrysan da Silva. A Fábrica Brasil Industrial como símbolo histórico e atrativo turístico: adotando a interpretação patrimonial para a valorização da memória e da identidade de Paracambi-RJ. Monografia, UFF, Niterói, 2013.

PIZARRO e ARAUJO, José de Sousa Azevedo: Memórias Históricas do Rio de Janeiro, Rio, 1820.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 02, nº 3, 1989.

PORTIER, Henri. Freinet et le Parti communiste. “École émancipée”. Nº6. 1997. Disponível em: <<https://www.icem-pedagogie-freinet.org/node/29023>> <<https://www.icem-pedagogie-freinet.org/node/29024>>. Acesso em: 10/10/2023.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História – debates e tendências: Passo Fundo*, v. 1, n.1, 1999. pp. 15-22.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, Maria A. et. all (orgs.). Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. Freinet: Evolução Histórica e Atualidades. São Paulo. Scipione. 1989.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. A Aula-Passeio Transformando-se em Aula de Descobertas. In: ELIAS, M. D. C. Organizadora. Pedagogia Freinet: Teoria e prática. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. Tradução do general Bertoldo Klinger. São Paulo, 1941.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias. Tese, UFF, Niterói, 2002.

STEIN, Stanley. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950. Rio de Janeiro, Campus. 1979.

THE BRAZILS. The Don Pedro II. Railway-Portion Built by American Contractors- An Imperial Visit-Miscellaneous News. New York Times. Rio de Janeiro, Friday, June 8, 1860.

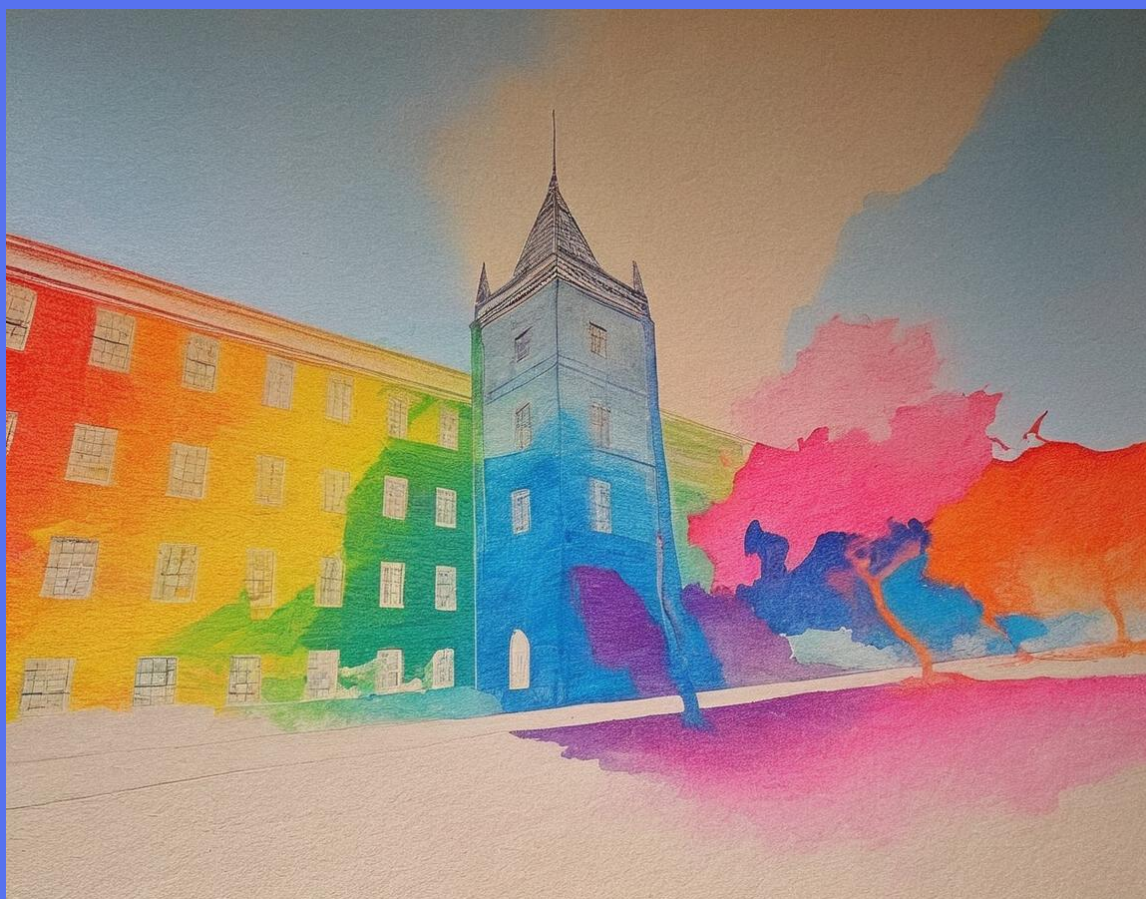
THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. 2003. Disponível em: < <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em 17/05/2024.

VILLELA, André. 2005. “Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889.” Nova Economia 15 (1). Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/444>>. Acesso em 09/07/2024.

O ENSINO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DAS AULAS-PASSEIO

GUILHERME JOSÉ PEREIRA ALVES

Guia de atividades sobre a História Local de Paracambi-RJ



SUMÁRIO

1 Introdução

PÁGINA 133

2 O Planejamento das atividades ao ar livre

PÁGINA 137

3 O roteiro pedagógico das aulas-passeio

PÁGINA 138

4 Guia de atividades

PÁGINA 151

5 As exposições das pesquisas sobre a educação patrimonial

PÁGINA 156

INTRODUÇÃO

IMAGEM 1 – AULA PASSEIO



ESTUDANTES À CAMINHO DA FÁBRICA DO
CONHECIMENTO/ACERVO PESSOAL.

Neste manual apresentaremos nossa aula-passeio em forma de um guia que contemple diversos espaços de memória da cidade de Paracambi-RJ. Além de um breve histórico sobre os espaços de memória, o guia orientará a aulas-passeio e incluirá uma série de sugestões de atividades com os estudantes, unindo a educação patrimonial ao uso da história oral, possibilitando que outros educadores no futuro, insiram em seu dia a dia de trabalho diversas práticas pedagógicas sobre a história local.

Convém mencionar que este guia foi concebido para ser utilizado com os estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio .

No entanto, acreditamos que a aula também possa ser adaptada às séries iniciais, respeitando as condições específicas relacionadas ao ensino-aprendizagem desta faixa etária.

É oportuno mencionar que idealizamos as atividades a partir das ideias do pedagogo francês Célestin Freinet. Para entendermos a viabilidade da metodologia das aulas-passeio, é interessante compreender as razões pelas quais o educador construiu tal estratégia educacional.

Quando iniciou sua trajetória na educação como professor primário na aldeia de Bar-sur-Loup na França, de acordo com Sampaio (1989), Freinet valorizava as individualidades dos alunos, importando-se com sua personalidade, problemas e interesses. Entre suas observações, constatou que as práticas escolares não motivavam os estudantes. Ao mesmo tempo, percebia que os alunos importavam-se mais com a vida fora da escola:

Para ele ficou claro que o interesse das crianças estava lá fora, nos bichinhos que subiam pelo muro, nas pedrinhas redondas do rio, pois percebia que, nos momentos da leitura dos livros de classe, o desinteresse era total. Nessas ocasiões, os olhares dos meninos atravessavam as janelas e acompanhavam o voo dos pássaros ou das abelhas zumbindo e batendo nos vidros das janelas empoeiradas. (SAMPAIO, 1989, p.15)

A partir deste olhar, Freinet elaborou a aula-passeio. Através dela, a aldeia de Bar-sur-Loup transformou-se numa extensão da escola. Freinet descobriu que a atividade facilitaria o processo de ensino-aprendizagem na medida que ele conseguia introduzir elementos da vivência das crianças em suas aulas. Os alunos passaram a aprender a partir do que era comum em suas vidas, em seu dia a dia.

Na aula-passeio, alunos e professor caminhavam pela vila interagindo com a comunidade e com a natureza. Acompanhavam o “trabalho do marceneiro”, “do ferreiro”, “passeavam pelos campos”, observando os animais e a paisagem natural (SAMPAIO, 1989, p.15-16).

Sampaio (1989) explica que a atividade mudou a “atmosfera da classe”. No retorno à escola, os alunos estavam eufóricos, “cada um queria contar o que vira”, compartilhando suas experiências e seu aprendizado na sala de aula (SAMPAIO, 1989, p.16).

Com a atividade, houve a aproximação da escola à realidade das crianças na aldeia. O contato com os saberes vinculados às vidas dos estudantes facilitava o desenvolvimento de habilidades como a escrita e a leitura, além de permitir o aprendizado da História, da

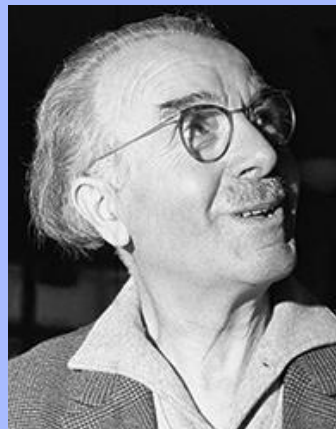
Matemática, da Geografia e de Ciências (SAMPAIO, 1989, p.21).

Freinet inspirava os estudantes a reproduzirem na escola suas impressões sobre o que viam nos passeios. De textos a ilustrações, os trabalhos produzidos por sua classe evoluíram para a criação de uma imprensa escolar onde as crianças editaram e publicaram seus próprios jornais com base em suas experiências (SAMPAIO, 1989, p.23). Portanto, a aula-passeio transformou-se num caminho para o aprendizado escolar, superando o ensino tradicional que desmotivava as crianças.

Motivar os estudantes é um desafio. O modelo de educação bancária ainda é comum nas escolas brasileiras. Nesta forma de ensino em que o aluno tende simplesmente a absorver os conhecimentos transmitidos pelos professores encontra-se esgotado. Tornar o aprendizado prazeroso e eficiente para os estudantes, torna-se ainda mais difícil quando o panorama geral das escolas públicas é de sucateamento de suas estruturas. Como motivar os estudantes em salas de aula quentes, pouco iluminadas, com mesas, cadeiras e paredes sujas, com pouco ou nenhum material didático e recursos tecnológicos? A escola que deveria acolher os estudantes, em muitos casos torna-se hostil, os afastando.

Além disso, o contexto socioeconômico no qual os jovens brasileiros estão inseridos produz obstáculos ao seu aprendizado e afeta o seu desempenho nas escolas. A realidade diária de violência, pobreza, abandono, fome, desemprego que afeta os jovens periféricos e suas famílias, os obriga a colocar a escola em segundo plano.

IMAGEM 2 – CÉLESTIN FREINET



Assim, compete ao educador encontrar maneiras de reverter ou minimizar este quadro. O ato de ensinar requer um olhar crítico do professor sobre seu próprio trabalho. A escola reflete a sociedade e precisa atender às demandas impostas por ela sob o risco de ser ineficaz. Nestes tempos, é preciso sair do lugar comum e propor novas formas de suprir as carências educacionais da realidade brasileira. Em vista disso, o resgate de Freinet é essencial. Elias (2002) afirma que Freinet desenvolveu uma metodologia da ação, isto é, uma Pedagogia Experimental em que ele dedicava-se a rever as atividades empregadas nas escolas, propondo novos métodos de ensino até atingir seus objetivos.

Não foi pesquisando e testando novas técnicas de ensino com seus alunos que descobriu a imprensa na escola? Ao invés de tirar patente ou guardar segredo dessa descoberta, material que estaria na base de um novo método — o método natural —, Freinet lançou-se deliberadamente ao crisol da cooperação. [...] Por intermédio do fazer, do tateamento, da satisfação das necessidades e dos interesses, o homem construiu sua cultura. E Freinet comparava a construção de uma cultura à de um edifício, pois, sem alicerces, sem andaimes, sem quedas ou erros a humanidade não teria chegado ao avanço já atingido, nem continuaria a ampliá-la com novas conquistas. Para ele, o homem só ousa lançar-se à frente quando se sente apoiado em um patamar razoavelmente firme. Depois volta a pesquisar, experimentar, a reerguer um novo plano cultural, pois não pára nunca. (ELIAS, 2002 p.53)

Entendemos, portanto, que entre tantos contratempos impostos à educação, o professor deve constantemente rever suas estratégias de ensino. Freinet nos mostra que é preciso coragem para buscar outros caminhos e sair da rotina dos métodos tradicionais vigentes no dia a dia das escolas brasileiras.

IMAGEM 3 – AULA PASSEIO



ESTUDANTES PASSEANDO PELO LOCAL DA ANTIGA VILA OPERÁRIA/ACERVO PESSOAL.

É fundamental a experimentação, testando novas práticas de ensino que contribuam para o sucesso do ensino-aprendizado. Neste sentido, Elias (2001) observa:

A escola e os professores não podem mais se contentar em comunicar conhecimentos exigindo somente compreensão e memorização; devem proporcionar a tentativa experimental das crianças em todos os domínios, o que supõe atitude totalmente diferente, verdadeira reeducação. Uma atitude decidida de estudo, de preparo para ultrapassar barreiras e construir os degraus garantirá que seu aluno chegue sem fracassos ao objetivo. Por envolver a experiência, a pesquisa, a reflexão e a própria investigação científica, o tratamento experimental respeita o ritmo de cada aluno, seus ensaios e erros. (ELIAS, 2001, *Apud* CUNHA e FORTUNATO, 2017, p. 559)

Desta maneira, as aulas-passeio estão inseridas neste processo de reeducação. Através de uma metodologia participativa, que valoriza a autonomia dos estudantes, acreditamos em seu potencial como uma ferramenta capaz de motivar os alunos no cotidiano escolar, construindo seu aprendizado a partir de suas próprias experiências, histórias vividas e de sua própria investigação sobre o passado. A aula-passeio é uma aula de descoberta da própria história.

Vale lembrar que o termo aula de descobertas é utilizado pela educadora Rosa Maria Whitaker Sampaio para se referir às aulas-passeio de Freinet. Sampaio é membro da Rede de Educadores e Pesquisadores na Educação Freinet (REPEF), esta, vinculada a uma associação internacional criada pelo professor francês em 1957, chamada de Federação Internacional dos Movimentos da Escola Moderna (FIMEM). Sampaio é uma grande referência nos estudos e na aplicação da pedagogia de Freinet no Brasil (CUNHA e FORTUNATO, 2017, p.555).

A aula de descobertas é um símbolo da educação livre de Freinet e um antídoto contra a educação tradicionalista. Na pedagogia de Freinet segundo Sampaio, aprende-se agindo e fazendo. Nela, o estudante é um ser ativo no processo de ensino-aprendizagem, “construindo seu próprio conhecimento” (CUNHA e FORTUNATO, 2017, p. 558-559).

Para Sampaio (2002), a aula de descobertas proporciona aos estudantes alcançar algumas metas importantes. Para ela, a aula valoriza a liberdade no aprendizado, envolvendo os alunos numa prática que escapa às atividades comuns da escola. Neste método, os discentes vivenciam “situações reais” deparando-se com “novas responsabilidades” e revelam novas habilidades. Ocorre também a ampliação do “campo de investigações”, permitindo aos alunos chegarem “a descobertas múltiplas, inesperadas e interessantes”. Ainda, os estudantes estabelecem novas relações afetivas com os professores e os demais alunos, quando é possível “privilegiar sobretudo o encontro com o outro de maneira diferente daquele do dia a dia da escola” (SAMPAIO, 2002, p.179).

Significativo para Sampaio em sua defesa das aulas de descobertas é o aspecto das relações afetivas. A aula-passeio se consolida como uma atividade que pode trazer felicidade aos estudantes:

A motivação, o interesse, a curiosidade, o questionamento, a alegria criarão condições para que o meio físico e o meio humano constituam-se numa fonte de atividades e descobertas felizes. Eles também vão se integrar naturalmente na vida social, na vida afetiva e no conteúdo de todas as disciplinas do currículo escolar. (SAMPAIO, 2002, p.180)

Deste modo, acreditamos que a aula-passeio possui inúmeras valências que contribuem não apenas para o aprendizado escolar, mas também atendem às demandas afetivas dos estudantes e profissionais envolvidos. Logo, as aulas-passeio são ponto central desta estratégia baseada na História Local.

A seguir descreveremos o planejamento necessário para a atividade das aulas-passeio.

IMAGEM 4 – Fábrica Brasil Industrial



VISTA DE UMA DAS TORRES DA BRASIL INDUSTRIAL/ACERVO PESSOAL.

O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES AO AR LIVRE



PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento pedagógico significativo para o desenvolvimento das aulas-passeio. Estruturar o projeto, detalhando os objetivos da atividade, o itinerário da aula-passeio, o tempo previsto para a sua realização, as atividades a serem desenvolvidas junto dos estudantes e a avaliação dos mesmos, asseguram a coerência do projeto, potencializam o seu desenvolvimento e, portanto, contribuem para a sua eficácia.



GESTÃO DO TEMPO E ALIMENTAÇÃO

É fundamental que o educador esteja atento às condições do tempo no dia planejado para a realização da aula-passeio. O frio ou o calor influenciará nas recomendações de roupas mais pesadas ou mais leves aos alunos. Além disso, independente do tempo, é recomendado que os alunos levem consigo alimentos e bastante água. Não podemos esquecer que a atividade será realizada a pé, e sob temperaturas muito elevadas a água será importante para evitar a desidratação.



PLANEJAMENTO ECONÔMICO

O planejamento econômico do passeio também deve estar entre as prioridades dos educadores à frente da aula-passeio. É essencial o auxílio da escola para planejar e organizar o transporte dos estudantes para os locais de visita, assim como, se possível, garantir a alimentação dos alunos no decorrer da atividade. Caso contrário, é possível sugerir que os estudantes levem os próprios alimentos ou recomendar um local com valores previamente informados como ponto de parada para lanche ou refeição.



AGENDAMENTO PRÉVIO DAS ATIVIDADES

Caso seja do interesse do professor a incursão ao interior de alguns locais de memória, é fundamental contactar as instituições ou pessoas responsáveis pela recepção e visita técnica dos lugares de memória para que ocorra a autorização para a atividade. Também será importante orientar os estudantes para que respeitem as normas específicas de cada local.



CUIDADOS E ITENS DE APOIO

Os estudantes devem estar a par de todo o caminho a ser percorrido, cientes dos cuidados com a segurança e precisarão respeitar as instruções dos educadores e equipe escolar envolvidas nas visitas guiadas. Recomendamos que os estudantes levem consigo cadernos de anotações, celulares ou máquinas fotográficas. Será importante registrar não só o que aprenderam com a aula-passeio, mas também os momentos afetuosos entre eles.

O roteiro pedagógico das aulas-passeio

IMAGEM 5 – CASA OPERÁRIA



ANTIGA CASA OPERÁRIA/ACERVO PESSOAL.

Agora chegou o momento de apresentarmos o roteiro de visitas aos monumentos e recantos da cidade de Paracambi. Neste roteiro discutiremos brevemente a história dos lugares de memória selecionados em nossa aula-passeio. É fundamental lembrar que este é um itinerário entre tantos outros possíveis.

O roteiro de aulas-passeio foi pensado de forma que os estudantes pudessem percorrer todo o itinerário a pé. Poderíamos incluir no roteiro diferentes pontos da cidade, como bairros mais distantes, no entanto, entendemos que isso exigiria uma grande logística de transporte, tornando difícil a realização da aula-passeio pelos alunos da rede pública e mesmo da rede particular.

Calculamos que o trajeto total percorrido nas aulas-passeio com as visitas orientadas aos espaços de memória selecionados tem em torno de

2 km de distância. Estimamos que a visitação de todos os lugares escolhidos na aula, com as devidas pausas para as discussões sobre os espaços de memória, elevará a duração da atividade para cerca de 3 horas.

Abaixo listamos todos os espaços a serem visitados e em seguida apresentaremos um panorama histórico dos lugares.

PASSEANDO PELA HISTÓRIA DE PARACAMBI-RJ



A PARÓQUIA DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO

A Paróquia de São Pedro e São Paulo têm uma importante conexão com a história do primeiro povoado que originou o município de Paracambi.

1

A ESTAÇÃO DE PARACAMBI

Construída em 1861, durante a expansão da Estrada de Ferro D. Pedro II, a estação unia o antigo Povoado de Macacos ao Rio de Janeiro e ao Vale do Paraíba.

2

O BRASIL INDUSTRIAL ESPORTE CLUBE

O popular clube de futebol da cidade, BIEC, foi criado por ex-operários da Cia. Têxtil Brasil Industrial.

3

A VILA OPERÁRIA

Nos arredores da Avenida dos Operários, localizam-se algumas casas remanescentes da imponente vila operária da Cia. Têxtil Brasil Industrial.

4

A PRAÇA CASTELO BRANCO

Antigo local de manifestações culturais operárias, o espaço ainda ocupa lugar central nos eventos culturais da cidade de Paracambi.

5

A FÁBRICA DO CONHECIMENTO

O importante polo educacional da cidade de Paracambi preserva as estruturas da icônica Companhia Têxtil Brasil Industrial, a primeira grande indústria têxtil brasileira do século XIX.

6

A Paróquia de São Pedro e São Paulo

IMAGEM 6 – PARÓQUIA DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO



PARÓQUIA DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO/ACERVO PESSOAL.

O ponto de partida seria a visita à Paróquia de São Pedro e São Paulo. A igreja tem sua história ligada à Freguesia de São Pedro e São Paulo, o primeiro povoado do atual território de Paracambi.

Por isso, é interessante mencionar aos alunos que a Igreja remete a história de fundação da cidade. O povoado de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages surgiu por volta de 1820 na atual região do Depósito Central de Munições do Exército (DCMUM). Mais precisamente no dia 29 de dezembro de 1836 foi elevada à condição de freguesia de Itaguaí, junto de São Francisco Xavier e Nossa Senhora da Conceição do Bananal. Em nossas pesquisas, entendemos que o crescimento da região neste momento da história se deu sobretudo em função das rotas de transporte de mercadorias como o café. O grão produzido sobretudo no Vale do Paraíba era escoado até as planícies de Itaguaí por rotas que cortavam o atual território da cidade.

Tornar-se freguesia significava que uma localidade havia alcançado relativo desenvolvimento econômico. Nestes casos, o território ficava sob a jurisdição espiritual e administrativa de uma paróquia. Portanto, a paróquia exercia papel importante na administração local.

Também é fundamental, a partir da história da paróquia, inseri-la no contexto do Brasil Colonial. Como mencionamos, esta região estava integrada à Itaguaí durante a sua criação. Itaguaí por sua vez, teve seu desenvolvimento associado à Fazenda de Santa Cruz. Criada em 1596 pelos jesuítas, a fazenda, devido a diversas doações de sesmarias, estendia-se do Rio de Janeiro (região de Santa Cruz) até o Vale do Paraíba, incorporando as planícies do Guandu e de Itaguaí.

A Fazenda dos Jesuítas era a maior fazenda nos arredores do Rio de Janeiro. Se destacava na produção de alimentos e na pecuária voltada ao mercado externo, além de contar com engenhos para a exportação do açúcar.

Neste sentido, se a história de Paracambi se aproxima do contexto da Fazenda de Santa Cruz, devemos mencionar que o passado da cidade está envolto no contexto da exploração da mão de obra indígena e africana durante a colonização do Brasil. Sob o controle inicial da ordem religiosa dos jesuítas, os missionários mantinham colégios e aldeias na fazenda¹. Posicionadas em locais estratégicos, os aldeamentos auxiliavam no trabalho e na defesa do território jesuíta². Através de Fania Fridman, Moraes aborda o trabalho indígena e africano:

Uma porção da Fazenda foi dividida em arrendamentos, em sua maioria para a criação de gados, tradição que vinha desde o início da colonização brasileira quando os Jesuítas, ao contrário do demais proprietários, escolheram este sistema para garantir o controle absoluto de suas propriedades. Nas demais áreas os Jesuítas utilizaram a mão de obra indígena e africana. Estes podiam casar entre eles livremente, possuíam moradia individual, roças para as quais dedicavam dois dias por semana, pois três dias eram destinados ao trabalho na Fazenda, um dia dedicado à igreja e um dia de descanso. Seus filhos eram alimentados, vestidos e educados pelos Jesuítas. Além disso, as crianças eram alfabetizadas, aprendiam música e um ofício. (MORAES, 2017 p. 5-6)

Sobre a população de escravizados, no século XVIII, havia uma numerosa população de escravizados dedicados à mão de obra na fazenda. As pesquisas sobre o contingente de escravizados diretamente ligados ao território de Paracambi precisam ser aprofundadas. No entanto, com a criação da Freguesia de São Pedro e São Paulo, a localidade destacava-se pela grande produção cafeeira dentro de Itaguai. Ainda que a produção de café na localidade fosse tímida comparada ao Vale do Paraíba, é possível inferir que a mão de obra negra escrava era utilizada em quantidade considerável, visto que o café tradicionalmente conciliava a mão de obra negra escravizada ao latifúndio no penoso método de produção.

Com o enfraquecimento da produção cafeeira no Vale do Paraíba nas décadas finais do século XIX, somado a chegada da Cia. Têxtil Brasil Industrial em Macacos em 1871, a população de São Pedro e São Paulo migrou para a atual região central de Paracambi.

Em 1911 às imagens religiosas presentes na antiga Igreja de São Pedro e São Paulo foram levadas para uma casa no centro de Paracambi, na atual rua Dominique Level, para que futuramente fossem dispostas em uma igreja a ser construída. Apenas em 1929, sob a liderança do pároco de Nova Iguaçu João Musch, iniciou-se a construção da Matriz de São Pedro e São Paulo (NATAL e NATAL, 1987, p.18-19).

Mesmo iniciada a construção, as terras ainda eram de propriedade da Brasil Industrial. Segundo Natal e Natal (1987), por intermédio do ex-acionista da fábrica em 1932, Dr. Luiz de Moraes Sarmento, a fábrica concordou em doar os terrenos nº 9 e nº 10 localizados à época no 7º distrito de Vassouras para a construção da atual Paróquia de São Pedro e São Paulo³ (NATAL e NATAL, 1987, p.18).

Com a chegada do Pe. Antonio Cugliana em 1940 como padre definitivo da paróquia, as obras continuaram até a inauguração em 1948. O Pe. Antonio participava de diversos eventos e comemorações religiosas na cidade, celebrando missas tanto na Paróquia de São Pedro e São Paulo quanto nas igrejas e capelas adjacentes, contribuindo inclusive para as celebrações operárias.

Próximo da Paróquia de São Pedro e São Paulo encontra-se outra comunidade religiosa que merece destaque. Seria importante que o grupo de alunos e professores pudessem deslocar-se até a Igreja Evangélica Congregacional de Paracambi. Localizada na rua Dr. Nilo Peçanha, a poucos minutos da paróquia visitada. Ela foi a primeira igreja evangélica da cidade.

Sob a liderança de Stuart E. Mc Nair e Jorge Howes, reuniam-se na localidade da Cascata pelos anos 1900. No entanto, a comunidade evangélica da região sofria com o preconceito e perseguição religiosa. Chamados pejorativamente de “bíblias” pelos locais, eram discriminados e considerados subversivos, o que contribuiu para serem expulsos da casa onde pregavam o evangelho. Com a expulsão, em 1912 fundaram a igreja na atual localidade. Os evangélicos tiveram papel decisivo na greve de 1918, quando lutavam contra o trabalho aos domingos (KELLER, 2019, p.129-131).

IMAGEM 7 – IGREJA CONGREGACIONAL



IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE PARACAMBI/ACERVO PESSOAL

A Estação Ferroviária de Paracambi

A estação ferroviária de Paracambi será a segunda parada de nossa aula-passeio. Caminhando cerca de 3 minutos pela Rua Dominique Level, poderemos chegar na estação de trens da cidade.

A estação é um dos principais meios de locomoção da população paracambiense. Paracambi, como outras cidades da Baixada Fluminense, é considerada como uma cidade-dormitório. Este termo caracteriza as cidades ou áreas residenciais em que um elevado número de habitantes, por diversas razões, como o estudo ou lazer, mas principalmente em virtude da necessidade de trabalho, deslocam-se para outros municípios (OJIMA, JR, PEREIRA & SILVA, p. 400-401).

IMAGEM 8 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA



ESTAÇÃO DE PARACAMBI/ACERVO PESSOAL

A estação ferroviária pode ser considerada um marco geográfico dada sua importância histórica e localização estratégica conectando as regiões da Baixada Fluminense e a região Centro Sul Fluminense. A percepção por parte dos moradores e visitantes de que a cidade tem ares de cidade interiorana deve-se ao seu passado vinculado ao Vale do Café. No entanto, a chegada da ferrovia permitiu uma maior integração da cidade com os outros municípios da Baixada Fluminense, tornando Paracambi ao longo do tempo uma cidade multifacetada, mantendo o intercâmbio cultural entre as regiões vizinhas.

Hoje a estação é administrada pela concessionária de transportes ferroviários Supervia, integrando uma rede de estações e ramais que interligam a região metropolitana do Rio de Janeiro. A estação de Paracambi faz parte do ramal de mesmo nome, junto das estações de Lages (também localizada na cidade) e de Japeri. Em uma viagem de aproximadamente 20 min os passageiros podem embarcar em Paracambi e chegar em Japeri. Desta estação embarcam em um novo ramal passando por diversas estações da baixada fluminense e do subúrbio carioca, até alcançar o destino final, a Central do Brasil. A viagem em média é de aproximadamente 1h e 30 min entre o município de Japeri e a estação Central do Brasil no Rio de Janeiro.

Além de exercer um papel fundamental para a logística de transportes da cidade, é preciso destacar a relevância histórica do espaço. Conhecer o passado da estação nos permite compreender como ocorreu o crescimento econômico e urbano do antigo povoado de Macacos, região central da atual cidade de Paracambi. Permite também conectar a história do município de Paracambi a um contexto regional e nacional, quando a ferrovia significava um projeto de desenvolvimento econômico do Brasil Imperial.

A década de 1850 foi o apogeu da economia cafeeira (BORGES, 2014, p.10). Neste período, o Vale do Paraíba figurava como umas das principais regiões produtoras de café no Brasil. Sua produção era destinada principalmente à exportação. Necessitando chegar à zona portuária do Rio de Janeiro, o transporte do café não era simples. Tropeiros utilizando-se dos muarees percorriam as estradas sinuosas entre as montanhas da Serra do Mar (BORGES, 2014, p. 9). Descendo a serra, o café poderia seguir pelas rotas terrestres sentido Rio de Janeiro ou valer-se dos diversos portos localizados na baixada fluminense, também atingindo a zona portuária.

Uma estrada de rodagem importante para o transporte do café, conectando o Rio de Janeiro à província de Minas Gerais era a Estrada Presidente Pedreira. De acordo com Novaes (2008):

A estrada iniciava-se em Pavuna, passava por Belém (hoje, Japeri), Macacos (hoje, Paracambi) e subia a serra margeando o rio dos Macacos, até atingir Rodeio (hoje, Paulo de Frontin). Desse ponto a estrada tomava a direção de Santa Cruz dos Mendes (hoje, Mendes) e daí seguia até as margens do Rio Paraíba do Sul, em Ypiranga. Atravessando o rio, a estrada tomava a direção de Ipiabas, passando pelas terras do Barão do Rio Bonito, até atingir Santo Antônio do Rio Bonito (hoje, Conservatória). Em 1853, o presidente da província autorizou o fazendeiro Manoel da Silva Pereira Júnior a estender a estrada até a Santa Isabel do Rio Preto, na divisa com a Província da Minas Gerais, fazendo ligação com a Estrada de Bom Jardim na província de Minas Gerais. (NOVAES, 2008, p. 67)

No entanto, as despesas elevadas no transporte afetavam os lucros dos produtores do Vale do Paraíba⁴. Logo, o investimento nas ferrovias significaria um ganho maior aos produtores, reduzindo o tempo de viagem, oferecendo mais segurança nos transportes e possibilitando a ampliação da lavoura. Portanto, sob iniciativa dos próprios fazendeiros, principalmente os cafeicultores de Vassouras como os Teixeira Leite, em 1855, a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II teve início (FINGER, 2013, p.57).

Concluída as obras da primeira seção da ferrovia em 1858, os trens chegavam em Belém (atual Japeri). Através desta estação, o café transportado pela Estrada Presidente Pedreira poderia ser levado rapidamente à capital do império. Porém, um trecho pantanoso da estrada de rodagem entre Belém e Macacos comprometia o traslado das mercadorias. Assim, um novo ramal da linha férrea foi construído, levando à inauguração da Estação de Macacos em 1861⁵.

A construção da estação de Macacos permitiu que a região prosperasse. Macacos firmava-se como um importante entreposto no transporte de café. o mesmo tempo, a estação também poderia

receber passageiros, facilitando a integração do povoado com outras localidades da baixada fluminense e com a capital. Assim, a chegada da estação favoreceu a urbanização da localidade, que passou a contar com correios e rede de telégrafos, serviços essenciais para a comunicação à época (AGUIAR, 2021, p.16-17).

IMAGEM 9 – ESBOÇO DA ESTAÇÃO NO SÉCULO XIX



ESBOÇO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MACACOS EM 1863/
L'ILLUSTRATION : JOURNAL UNIVERSEL V.41. 1863.

O Brasil Industrial Esporte Clube

Saindo da Estação de Paracambi, a sugestão é avançar pela Praça Cara Nova e cruzar a rua Dominique Level⁶. Seguindo pela Avenida dos Operários, em aproximadamente 5 minutos é possível chegar até o primeiro clube de futebol da cidade.

Criado no dia primeiro de maio de 1912, o Brasil Industrial Esporte Clube (BIEC) é um clube de futebol de Paracambi. Entre diversos fundadores, destacam-se os operários Clarence Hibbs, Frederic Jacques, John Starck, Ernesto Bauer, Jersey Starck e Guilherme Gomes (NATAL e NATAL, 1987, p. 46).

O clube de tradição operária surgiu com o nome de Paracambi Futebol Clube, mas em 07 de setembro de 1937 passou a chamar-se Brasil Industrial Esporte Clube, o popular BIEC na cidade. Inicialmente, o campo do BIEC ficava nas proximidades do prédio principal da fábrica, sendo transferido para a avenida dos operários em 1914, onde hoje encontra-se o Colégio Estadual Presidente Rodrigues Alves⁷ (CEPRA). Segundo Natal e Natal (1987), o

território para a construção da escola e do campo foi doado durante o governo de Dr. Luiz de Moraes Sarmiento, prefeito de Itaguaí e acionista da fábrica Brasil Industrial. Vale mencionar, no momento Paracambi era dividido em dois distritos, o 7º de Vassouras e o 3º de Itaguaí (Natal e Natal, 1987, p.47).

Uma justificativa importante para a transferência do campo para a atual localização era que os operários distraíam-se durante o trabalho, enquanto os jogos do clube aconteciam, prejudicando a produção na fábrica (KELLER, 2019, p. 136 e 137). Também em 1937 houve a mudança do campo de futebol para o lado oposto da Avenida dos Operários, onde hoje encontram-se as estruturas do BIEC.

IMAGEM 10 - BRASIL INDUSTRIAL ESPORTE CLUBE



SEDE DO BIEC/ACERVO PESSOAL

Curiosamente, a parte da estrutura que cerca o BIEC é remanescente de outra instalação importante da fábrica. As folhas de flandres que separam o clube da avenida dos operários são provenientes do antigo Morro do Parque. Antigamente havia um parque de diversões localizado em um morro próximo a vila operária. Era um espaço de entretenimento tanto para as crianças quanto para os adultos. Natal e Natal (1987) mencionam que em razão de um surto de febre amarela, o parque foi convertido a um hospital e depois fechado.

IMAGEM 11 - CERCAS DO BIEC



ANTIGAS FOLHAS DE FLANDRES QUE HOJE CERCAM O BIEC/ACERVO PESSOAL

A visita ao espaço do BIEC pode despertar inúmeras discussões junto aos estudantes sobre a história da cidade. Os professores podem informar que o local era um espaço de lazer dos operários, mas também envolvia tentativas de controle do patronato da fábrica sobre o operariado. Ainda que o BIEC tenha sido criado por operários, inicialmente, tinha como Diretor Presidente o Dr. Dominique Level, também diretor da fábrica.

Um episódio simbólico do controle fabril sobre o clube de futebol permitiu o surgimento do principal rival esportivo do clube da fábrica, o Tupi Esporte Clube. A direção da fábrica puniu com suspensão de 30 dias um grupo de fundadores do clube em virtude do descumprimento de regras por ela impostas⁸. Em razão desta decisão, integrantes da diretoria e jogadores deixaram o clube e fundaram em 1º de janeiro de 1922 o clube Tupi (KELLER, 2019 p.137). Portanto, os estudantes podem através da história do BIEC perceber que mesmo o lazer dos operários estava sujeito a regulação e autoridade dos patrões.

A Vila Operária

Depois da visita ao clube BIEC, podemos avançar pela Ponte da Mariola em direção à antiga Cia. Têxtil Brasil Industrial. Antes, convém percorrer junto com os alunos a localidade da antiga vila operária da fábrica⁹. Passando pelo arborizado trecho da Avenida dos Operários, árvores estas contemporâneas da vila, é possível notar as transformações ao longo do tempo que afetaram as construções. Hoje, poucas casas mantêm sua estrutura original preservada. Ainda assim é possível encontrar estas residências ao longo da via ou percorrendo as vias paralelas a esta avenida, como a Rua Dr. Barcelos.

IMAGEM 12 – AVENIDA DOS OPERÁRIOS



AVENIDA DOS OPERÁRIOS/ACERVO PESSOAL

Uma sugestão interessante para conhecer a estrutura das casas antigas da vila operária é seguir a Avenida dos Operários, dobrar à esquerda na Rua João Fischer, passar pela Ponte dos Tecelões e virar à direita na Rua Dr. Barcelos. Por ela encontramos mais algumas casas remanescentes. Este percurso demanda em média 5 minutos de caminhada.

IMAGEM 13 – PONTE DOS TECELÕES



PONTE DOS TECELÕES/ACERVO PESSOAL

A escassez de mão de obra era um dos obstáculos enfrentados pelas indústrias brasileiras entre os séculos XIX e XX. Além dos baixos salários (STEIN, 1979, p.61), as péssimas condições de moradias oferecidas pelas fábricas brasileiras tornavam o trabalho na indústria desinteressante, contribuindo para afastamento dos trabalhadores. A construção das casas da Vila Operária seriam então uma solução para esta dificuldade. Seguindo planejamento moderno, a partir de 1925 as casas começaram a serem construídas, chegando ao número de cerca de 300 casas aos arredores da Avenida dos Operários (KELLER, 2019, p.72).

Integradas a uma rede de assistência disponibilizada aos funcionários, a vila operária abrigava famílias inteiras que trabalhavam na fábrica de tecidos. Paulo Keller (2019) descreve que o acesso as casas da Vila Operária e aos serviços oferecidos pela fábrica, como o posto de saúde, escola, clube social, armazém e a capela, transformavam a relação entre patrões e trabalhadores “num relacionamento complexo”, o trabalhador “além de ser empregado é simultaneamente inquilino do imóvel” (KELLER, 2019, p.25).

Ainda que esta relação complexa seja configurada com uma forma paternalista de controle sobre os trabalhadores pelos patrões (KELLER, 2019, p.26), a vila operária junta de outros espaços sob domínio fábrica, são incorporados ao cotidiano operário, construindo-se então um significado particular entre as vivências operárias.

um dos períodos mais nefastos da história brasileira, esta praça tradicionalmente é um local de alegria para a população paracambiense. Hoje, eventos culturais como a Feira Literária de Paracambi (FLIPA) são realizados no espaço. Antigamente, as comemorações de homenagem a padroeira da fábrica, Nossa Senhora da Conceição, aconteciam na praça.

IMAGEM 14 – CASA OPERÁRIA



ANTIGA CASA OPERÁRIA/ACERVO PESSOAL

IMAGEM 15– SINDICATO DOS TÊXTEIS



ANTIGO SINDICATO DOS TÊXTEIS/ACERVO PESSOAL

Durante o final da década de 1970 as casas da vila operária foram vendidas. Os operários tiveram prioridade na compra dos imóveis (KELLER, 2019, p.84). Um fator importante para explicar a venda das moradias operárias foi a construção do Conjunto Habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH). Com as novas opções de moradia, a vila operária perdeu gradualmente sua importância¹⁰.

A localidade também é importante porque a sua volta encontram-se lugares de memória fundamentais para o cotidiano das famílias operárias. Ao lado da praça, um antigo edifício mantinha um armazinho, um açougue, uma leiteria e a escola operária (KELLER, 2019, p.72).

Também próxima a Praça Castelo Branco, encontra-se o Centro Cultural Cassino. Fundado em 1894, o Cassino hoje é administrado pelo poder municipal de Paracambi. Historicamente, o Cassino ocupa um lugar especial nas festividades operárias. Bailes, casamentos, comemorações religiosas (como de Nossa Senhora da Conceição), o carnaval e outras tantas festas dos operários eram realizadas neste lugar. Hoje, o local ainda é um espaço fundamental de comemorações e de realizações de eventos culturais públicos¹² e privados.

A Praça Castelo Branco

Após a visita ao espaço da vila operária, a ideia é continuar o caminho em direção à fábrica. Caminhando pela rua Dr. Barcelos, passaremos em frente ao antigo prédio do Sindicato dos Têxteis de Paracambi¹¹. Dobraremos à direita na Rua Américo Rodrigues Ferreira, seguiremos à esquerda, voltando à Avenida dos Operários. Em poucos minutos chegaremos na Praça Castelo Branco. Embora carregue o nome de um ditador de



CLUBE MUNICIPAL CASSINO/ACERVO PESSOAL

O prédio fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial

E por fim, igualmente importante neste itinerário será a visita ao antigo prédio fabril da Cia. Têxtil Brasil Industrial. A visita ao prédio possibilitará que os estudantes conheçam os impactos da fábrica para o desenvolvimento da cidade e sobretudo a relação dela com a memória das coletividades paracambienses, muito vinculadas à cultura operária.

A antiga fábrica têxtil foi transformada num polo educacional. Hoje denominada “Fábrica do Conhecimento”, sedia o Campus Paracambi do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), a Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (FAETERJ) e o polo Paracambi do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ).

IMAGEM 17 – A FÁBRICA DO CONHECIMENTO



VISTA AÉREA DA ANTIGA CIA. TÊXTEL BRASIL INDUSTRIAL/REVISTA + PLUGUE

Sob a administração da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, também localizada no espaço da antiga fábrica, funciona o curso de teatro oferecido pela Companhia Municipal de Teatro, o Ballet Municipal Canto do Curió, a Escola de Música Villa-Lobos, vinculada a Fundação de Arte do Município, além de Curso de Pintura em Tela e o Espaço Cultura, Cinema e Arte. Também na localidade encontram-se o Espaço da Ciência, a Brinquedoteca e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Para conhecer a estrutura interna da Fábrica do Conhecimento é necessário programar a visita junto aos professores do Núcleo de Estudos do Centro de Memória da Indústria Têxtil. Os integrantes do centro de memória promovem palestras sobre a história da fábrica contribuindo para a preservação do patrimônio histórico e da memória do trabalho têxtil.

Seguindo nossa aula-passeio, saindo da Praça Castelo Branco, professores e alunos caminharão cerca de 400 m até a antiga Companhia Têxtil. O grupo pode optar por seguir sentido a bela Alameda Prof. Ida Goulart Ferreira Romeiro¹³ onde poderão avistar nos morros à direita duas construções vinculadas à história da fábrica: a Capela de Nossa Senhora da Conceição¹⁴ e a Casa Gerencial. Hoje os imóveis não são públicos, por isso acabamos não inserindo em nosso itinerário de visitas da aula-passeio. Mesmo assim, o professor como guia pode levantar discussões importantes sobre os espaços, como o controle e cultura operária. A Casa Gerencial abrigava presidentes e diretores da fábrica, e por estar numa posição elevada da via de acesso à fábrica, era possível ter uma visão privilegiada de todo o complexo fabril (PEREIRA, 2018, p. 110). A capela, localizada logo ao lado, sob os olhares dos patrões, inseria-se num contexto de controle sobre o operariado, mas também representa uma das formas de expressão da cultura trabalhadora. As missas, as procissões, as festas religiosas, mobilizavam todos os operários e nos permitem mais uma vez pensar sobre como trabalhadores e suas famílias dão significados próprios à localidade, construindo uma história singular.

A principal comemoração realizada pelos operários da Cia. Têxtil Brasil Industrial durante o apogeu do sistema Fábrica com Vila Operária era a festa de Nossa Senhora da Conceição. A festa da padroeira da fábrica era comemorada no dia 8 de dezembro. Na capela construída em 1880, uma missa era realizada às 10h. Depois, pela tarde, organizava-se uma grande procissão. Iniciada com três moças vestidas de virgem, eram seguidas por cerca de 200 crianças, filhas de operários, vestidas de branco. Também de branco, outro segmento de mulheres transportavam a imagem de Nossa Senhora e de outros santos católicos. A procissão percorria grande parte do complexo fabril. Depois da procissão aconteciam as festas. Várias barraquinhas eram montadas e, juntamente com os dois coretos localizados em frente à fábrica - um destinado às bandas de música e outro aos leilões realizados - garantiam a animação dos participantes. Uma grande tela era montada em frente ao outeiro da capela, onde geralmente era exibido o filme de Charles Chaplin. Ao fim da festa, uma imagem da Imaculada Conceição era exibida, acompanhada de fogos de artifício (KELLER, 2019, p. 111-114).

A festa era financiada pela fábrica. Até o início dos anos 1950, contava com a presença dos patrões, exemplificando o paternalismo fabril ao reproduzir um sentimento de “grande família” entre o poder patronal e a classe operária (2019, p.149). O sentimento de “grande família” entre os operários e patrões contribuía, de maneira sutil, para legitimar a dominação do operariado.

IMAGEM 17 – PROCISSÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM 1956



GRUPO PARACAMBI DE ANTIGAMENTE/FACEBOOK/MARCOS ALONSO

IMAGEM 18 – CAMINHO PARA A FÁBRICA



ALAMEDA IDA ROMEIRO/ACERVO PESSOAL

Também é possível percorrer o caminho à direita da alameda. Através da Rua Sebastião Lacerda, poderemos passar por algumas edificações sob controle do poder municipal, como o Espaço da Ciência e as secretarias citadas anteriormente. É oportuno mencionar que havia uma segunda linha férrea que ligava a estação de Paracambi à fábrica através desta via. O pequeno trecho ferroviário era importante para fazer o transporte de matérias primas até a indústria, além de despachar de volta a produção. Inicialmente, havia uma locomotiva que seguia pela Avenida dos Operários, atravessava o portão da Brasil até chegar na companhia. Posteriormente, o trem foi substituído por um bonde puxado por burros, que além de levar pequenas encomendas, também transportava os gerentes da fábrica (NATAL e NATAL, 1987, p. 9). Ao lado da Rua Sebastião Lacerda é possível acessar a Capela de Nossa Senhora da Conceição e a antiga Casa Gerencial, mas como afirmamos, são espaços privados e encontram-se fechados.

Chegando ao prédio, podem ser apresentados aos estudantes diversos acontecimentos relacionados a construção da fábrica. Podem ser mencionadas as mudanças na economia do Brasil no século XIX que levaram o desenvolvimento das indústrias e a construção da Cia. Têxtil Brasil Industrial em 1871. O professor também pode enfatizar a importância da indústria na economia nacional, pois era a maior fábrica têxtil do Brasil quando construída.



CHEGADA À FÁBRICA DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA RUA SEBASTIÃO DE LACERDA/ACERVO PESSOAL

Os educadores podem relacionar a instalação da fábrica às condições geográficas e ao meio ambiente da localidade. Explicando que os rios e até mesmo a lenha extraída da mata eram fundamentais para a geração de energia do maquinário. Também podem explorar questões como a participação da mão de obra especializada imigrante nos primórdios da indústria, bem como as condições de trabalho e vida das famílias operárias.

Sobre a mão de obra operária, podemos enfatizar a grande presença de crianças trabalhando na fábrica. Segundo dados de Keller (2019), em 1918, crianças com o mínimo de 10 anos poderiam ser empregadas na fábrica (KELLER, 2019, p.101). A fábrica que já teve milhares de operários, em 1878 empregava em suas linhas de produção “343 operários, sendo 146 homens, 31 mulheres, 132 meninos e 34 meninas. Dos 132 meninos-operários, 72 eram aprendizes que frequentavam a aula noturna (instrução primária)” (KELLER, 2019, p.97).

Dada a carência de profissionais qualificados para trabalhar com as máquinas nas primeiras décadas de instalação da fábrica, os patrões instalaram escolas como o Corpo de Aprendizes com objetivo formar futuros operários e técnicos para atender as demandas da produção (KELLER, 2019, p.96). Ainda é muito comum nos depararmos com relatos de filhos e netos de ex-operários que ingressaram nos trabalhos das fábricas quando crianças.

A exploração do trabalho infantil, as penosas jornadas de trabalho, mutilações e mortes, comuns no contexto da Revolução Industrial na Inglaterra e debatidas entre educadores e alunos no cotidiano escolar, costumam alertar os adolescentes. Geralmente, estes temas sensíveis são impactantes, mas parecem distantes de sua realidade, muitas vezes limitando-se aos exemplos presentes nos livros didáticos. O contato com a história local nestes casos permite que uma janela seja aberta aos estudantes, possibilitando-os uma nova perspectiva da história. Através dela, os alunos podem literalmente enxergar a si mesmo na história e perceber que a história é viva.

As memórias familiares, de gerações e gerações de operários se cruzam com as próprias histórias dos estudantes. Portanto, as histórias do operariado e do povo paracambiense não estão isoladas num tempo distante, estas histórias são as histórias dos próprios estudantes.

Assim, diante de um passado em que o espaço fabril era controlado e influenciado pelo paternalismo industrial, os operários e suas famílias apropriam-se das diversas estruturas disponíveis no seu cotidiano, e deram vida, sentido, a estes espaços. Com o fim da indústria na cidade, o patrimônio histórico fabril resiste vivo, ganhando novos contornos e, portanto, um novo sentido na cidade.

A fábrica têxtil que antes atraía trabalhadores das mais variadas regiões, agora dá lugar a um polo educacional que recebe estudantes das cidades vizinhas de Paracambi. A ferrovia que antes transportava a produção e materiais essenciais para o funcionamento da fábrica, hoje é o meio principal de locomoção de estudantes e trabalhadores que chegam e saem da cidade.

A Praça Castelo Branco e o Clube Cassino também sofreram transformações em seu espaço físico, mas ainda mantém-se como local sede de diversos eventos culturais paracambienses. O clube de futebol, o BIEC, mesmo com o fim da indústria ainda persiste como um dos espaços de sociabilidade e de prática de esportes em Paracambi.

A Paróquia de São Pedro e São Paulo consolidou-se como núcleo da comunidade católica de Paracambi. São Pedro e São Paulo são os padroeiros da cidade e anualmente no dia 29 de junho a paróquia realiza uma série de eventos, como missa, procissão e shows na rua Dominique Level. Paralelamente, os bíblias, protestantes perseguidos durante o início do século XX na cidade, expulsos do bairro da Cascata, e fundadores da Igreja Congregacional na região central de Paracambi, foram os pioneiros da religiosidade evangélica da cidade. De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010¹⁵, entre a população residente no município, 16.903 pessoas identificaram-se como evangélicas, ultrapassando, portanto, os 16.000 que autodenominam-se católicos apostólicos romanos (IBGE, 2010).

Portanto, acreditamos que este roteiro de aulas passeio contribua para que os educadores da cidade não só tornem os alunos capazes de conhecer o passado por si só, mas que permitam seu autoconhecimento como sujeitos históricos, conscientes, críticos de seu tempo e sua realidade.

GUIA DE ATIVIDADES

Material de apoio

EM CONJUNTO COM AS AULAS PASSEIO, SUGERIMOS A UTILIZAÇÃO DE UM MATERIAL QUE POSSIBILITE AOS ALUNOS SEREM INSTRUÍDOS NAS PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Através deste material de apoio composto de diversas atividades, pretendemos criar meios para que os estudantes investiguem a história de diversos locais de memória, coletando dados a partir de fontes escritas, materiais, orais ou iconográficas. As atividades servem de complemento ao roteiro de aulas passeio que elaboramos. Imaginamos que após o contato inicial dos estudantes com os espaços de memória escolhidos no roteiro, as atividades podem estimular a interação com a memória coletiva paracambiense.

Nesse sentido, o trabalho planeja construir maneiras de evidenciar o patrimônio cultural local no ambiente educacional, em favor de um processo de ensino-aprendizagem que contemple a identificação dos alunos com sua própria localidade, com sua comunidade. Queremos, a partir da metodologia desenvolvida, permitir que os educadores criem condições para que os estudantes possam acessar o passado de suas localidades, aproximando o patrimônio histórico ao ambiente escolar.

No entanto, é crucial não apenas promover a conscientização sobre a relevância do patrimônio para as coletividades, comunidades, famílias e vidas individuais, mas também desenvolver estratégias que permitam aos estudantes compreenderem a historicidade dos bens culturais e a necessidade de preservá-los para as próximas gerações.

IMAGEM 20 – ANTIGA CASA GERENCIAL



ANTIGA CASA GERENCIAL VISTA DA RUA DE ACESSO À FÁBRICA/ACERVO PESSOAL

Sugestão de abordagem particular ao contexto da História local de Paracambi:

A preservação do patrimônio cultural brasileiro significa proteger o direito à cidadania dos diversos grupos sociais do país (IPHAN, 2000, p.15). Os bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, não apenas conservam um passado a ser valorizado, mas também é portador de significativos valores culturais e simbólicos para as comunidades, estabelecendo conexões com as vivências populares. Preservar o patrimônio cultural significa reconhecer a diversidade brasileira e garantir a continuidade de suas manifestações para as gerações futuras. Portanto, acreditamos que as atividades sobre educação patrimonial possibilitam, no espaço escolar, manter vivas as tradições populares, bem como aproximar os lugares de memória históricos das comunidades, de maneira que os estudantes conheçam e compreendam o significado daquele bem para suas vidas.

As atividades configuram-se como uma metodologia ativa a ser utilizada pelos educadores com os estudantes aqui recomendados aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. Imaginamos que a atividade pode ser dividida em duas etapas. Os estudantes investigarão os locais de memória presentes no roteiro de visitas das aulas passeio e posteriormente realizarão uma exposição na escola.

Acreditamos que conciliar as aulas passeio a este trabalho investigativo, envolveria os estudantes em uma prática educacional ativa, motivadora, interativa, esteticamente sofisticada e importante para seu aprendizado.

O conhecimento histórico dos estudantes a partir das visitas aos locais citados os ajudarão na atividade a ser realizada. No entanto, é possível promover alterações na proposta. O professor pode adaptar a pesquisa ao seu contexto local. Muitos bens culturais com grande valor histórico não puderam ser incluídos no roteiro de visitas da aula passeio. Assim, os educadores poderiam contemplar outros bens culturais com valor cultural.

Para a preparação deste guia de atividades nos baseamos no Manual de Aplicação de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação recomendado pelo Ministério da Educação (2013a). As informações do manual, com o auxílio das fichas de inventário (2013b), ajudarão os estudantes organizando os dados colhidos no decorrer da investigação. Consideramos que o manual¹⁶ pode ser valioso, servindo de arcabouço para a atividade e como uma ferramenta prática na condução da proposta pedagógica que envolve a educação patrimonial. Todavia, o manual de aplicação foi adequado ao contexto local estudado. Faremos algumas propostas específicas buscando enriquecer a pesquisa conduzida pelos alunos junto aos moradores da cidade de Paracambi e de seu vínculo com os lugares de memória estudados. Novamente recomendamos que o educador, a partir das circunstâncias e bens culturais locais, possa elaborar as próprias fichas de inventário, com os próprios questionamentos que atendam às suas demandas a serem discutidas no ambiente escolar.

Início das atividades:

Para realizarmos a atividade, a sugestão inicial é separar os alunos em grupos. Os grupos terão a tarefa de pesquisar a história de um lugar de memória e elaborar uma exposição. As investigações podem ser feitas com base nos espaços visitados na aula-passeio, como a Paróquia de São Pedro e São Paulo, a Estação de Paracambi, a Vila Operária, a Praça Castelo Branco e a antiga Fábrica Brasil Industrial.

Planejando a pesquisa com o manual de aplicação:

Como afirmamos, este guia de atividades baseia-se nas ideias apresentadas Manual de Aplicação de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação (2013a). Inicialmente precisamos compreender o que é o Patrimônio Cultural. De acordo com o manual:

- O patrimônio cultural é um conjunto de bens culturais que estão muito presentes na história do grupo, que foram transmitidos entre várias gerações. Ou seja, são os bens culturais que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São os bens que se quer transmitir às próximas gerações.
- O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, o patrimônio cultural liga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício ou lugar que todos acham importante, uma festa que todos participam, ou qualquer outra coisa em torno da qual muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam.
- O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda, que algumas vezes elas não conseguem nem mesmo dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como, por exemplo, a paisagem do lugar da infância; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira (IPHAN, 2013a, p. 5).

O manual também destaca alguns objetivos:

O inventário é uma atividade de educação patrimonial, portanto, seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas. [...] Um dos objetivos do inventário é fazer com que diferentes grupos e gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e a importância da pluralidade. (IPHAN, 2013a, p.6)

É recomendado que todos os estudantes tenham acesso a estas informações sobre a relevância do patrimônio cultural e os objetivos da pesquisa.

Depois, sugerimos que os educadores envolvidos com o projeto organizem os estudantes em grupos, para que cada um deles tenha a missão de proceder na investigação sobre um bem cultural.

Definidos os grupos, é importante que os educadores planejem a pesquisa sobre o patrimônio local com os estudantes. O manual apresenta inúmeras sugestões como: lista com as instituições e pessoas que farão parte da pesquisa; lista de locais e tarefas a serem desenvolvidas pelas pessoas na pesquisa; a análise da viabilidade e possível permissão para a realização de pesquisas; o planejamento da viagem até o local de pesquisa e as possíveis medidas de segurança para a atividade; a organização de equipamentos para registrar a atividade; planejamento do tempo para que os participantes do projeto realizem todas as etapas do trabalho (IPHAN, 2013a, p. 7).

Com o planejamento do estudo, os estudantes devem prosseguir para a coleta de dados. Para isso, primeiro, os grupos de alunos receberão as fichas do inventário. O objetivo das fichas é realizar o levantamento de informações essenciais sobre o patrimônio em questão.

Através das fichas para o inventário disponibilizadas neste guia, e com o uso de equipamentos como máquinas fotográficas, celulares e cadernos, as informações sobre os bens culturais selecionados poderão ser documentadas em atividades de campo com os estudantes. Vale mencionar que é fundamental a entrevista de pessoas envolvidas com a história do patrimônio cultural e por isso o pesquisador deve ter um cuidado minucioso com a investigação, explorando através de outras fontes históricas diferentes narrativas sobre o bem cultural em foco, e sobretudo, que respeitemos os entrevistados, questionando se concordam ou não em participar da atividade, se permitem serem fotografados ou terem seus depoimentos documentados (IPHAN, 2013a, p.8).

Vejam as dicas para a pesquisa propostas pelo manual de aplicação:

- Organize a equipe e distribua as tarefas.
- Leve um caderno para anotar as informações, especialmente as não previstas nas fichas. Organize o material de campo para não perder os desenhos e anotações.
- Consulte antes as pessoas que vai entrevistar para saber se elas estarão disponíveis.
- Sempre que for entrevistar alguém, explique antes os objetivos do trabalho e procure criar uma relação de confiança com o entrevistado.
- Se não conseguir do seu entrevistado as informações que procura, paciência. Não se esqueça que as pessoas estão dando seu tempo e sem elas é impossível realizar o trabalho.
- Procure entrevistar várias pessoas sobre o mesmo bem cultural para obter várias opiniões, histórias e significados. A pesquisa será até mais rica e intrigante quando as respostas forem diferentes ou contraditórias.
- Entreviste pessoas de diferentes idades. Jovens e idosos podem revelar informações sobre as transformações do bem cultural.
- Procure entrevistar pessoas que tenham relações diferentes com o mesmo bem cultural: o mestre e o brincante, um proprietário de imóvel e um mestre de obras, o grafiteiro e o morador da rua, etc.
- Documente sua pesquisa com os equipamentos do kit. Grave as entrevistas, faça anotações, desenhos, fotografias e filmagens.
- Procure descobrir se há alguma pessoa na escola ou na comunidade que trabalhe com audiovisual e que esteja disposta a participar. Ela pode dar uma ajuda valiosa! (IPHAN, 2013a, p.9)

Abaixo listamos as fichas de inventário sobre educação patrimonial que serão disponibilizadas aos estudantes para a investigação:

- Ficha do Projeto.
- Ficha de Território.
- Fichas de Lugares de Memória de Paracambi,
- Ficha de fontes pesquisadas.
- Ficha de imagens.
- Ficha de roteiro de entrevista.

A ficha do projeto tem a função de estruturar a coleta de informações pelos estudantes. A ideia é que os participantes procedem com as investigações e mencionem nesta ficha exatamente as informações sobre os integrantes da atividade, o que pesquisaram, a duração da pesquisa e a quantidade de dados produzidos.

A ficha de território serve para que os pesquisadores explorem o lugar do bem cultural escolhido. Nesta ficha será necessário identificar a localidade pesquisada. Por exemplo: os estudantes mencionarão se a atividade será produzida sobre uma cidade, bairro ou comunidade. Será feita também a descrição do local, pesquisarão sua história e seus dados socioeconômicos, instigados a conhecer mais sobre a vida no território. Recomendamos que os estudantes façam um levantamento bibliográfico sobre o tema pesquisado. Os pesquisadores podem utilizar a internet ou a biblioteca municipal para ter acesso a produção historiográfica local. Sugerimos aos pesquisadores que utilizem os serviços de mapeamento e visualização geográfica gratuita como o Google Earth e Google Maps.

Depois dos estudantes pesquisarem a história do território onde o bem cultural está situado, recomendamos que a atividade seja direcionada aos lugares visitados em nosso roteiro de aula passeio. Desta maneira, integraremos as duas atividades nesta estratégia pedagógica. Em nosso material de apoio, denominaremos nossa ficha de lugares como ficha de lugares de memória de Paracambi. Neste momento o estudante deverá identificar o local de memória explorado, destacando sua importância para a história da cidade e como o espaço conecta-se à vida cotidiana dos moradores da cidade.

Com o auxílio das fichas de lugares de memória de Paracambi, os alunos devem, portanto, seguir as orientações mencionadas anteriormente para a produção da pesquisa. É importante que os estudantes explorem a história do lugar de memória através de diversas fontes. As fichas recomendam que os estudantes registrem imagens do tema de estudo. A coleta de imagens sobre o bem cultural pesquisado pode suscitar muitas discussões e contribuir para o aprendizado histórico dos estudantes. O contraste entre as imagens do passado e do presente permite a compreensão das mudanças e permanências na história. Com as imagens os alunos podem notar as alterações nas tecnologias, nos hábitos, na arquitetura, na estrutura da cidade, entre outras tantas transformações ao longo do tempo.

Tão importante quanto às imagens, os relatos orais são fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Por isso, recomendamos que os estudantes com a ajuda dos educadores encontrem pessoas que tenham a contribuir com suas vivências sobre a tarefa designada e registrem seus depoimentos. Hoje, mesmo os celulares mais simples são capazes de capturar imagens e gravar vídeos de excelente qualidade. Portanto, pode ser muito proveitoso para a atividade que os pesquisadores utilizem as câmeras dos celulares para filmar as entrevistas. E caso não seja possível, mesmo o registro escrito das entrevistas nos próprios cadernos dos estudantes permitirá que a pesquisa desenvolva-se.

Sobre a importância o uso do vídeo, Freitas (2006) destaca que a “utilização do vídeo na gravação dos depoimentos nos permite captar muito além das palavras: captamos os gestos das mãos, a expressão física e facial, os risos, as lágrimas, o tom da voz, enfim, estórias de vida comoventes” (FREITAS, 2006, p.110-111).

É fundamental que o professor instrua corretamente os estudantes sobre como proceder nas entrevistas. O manual de aplicação (2013a) sugere que os pesquisadores agendem com antecedência o encontro com os entrevistados. As pessoas que participam

fornecendo depoimentos à pesquisa devem autorizar previamente a cessão de sua imagem¹⁷. Ainda, recomenda-se que tenham paciência com os depoentes, estabelecendo sempre que possível uma relação de confiança com eles.

Para Freitas (2006), a entrevista é uma troca de experiência entre duas pessoas. É necessário neste ambiente de colaboração que o entrevistador tenha sempre sensibilidade e valorize a capacidade de escuta. É necessário “saber ouvir” os entrevistados, respeitando suas falas, sem interrompê-los e sem julgamentos, respeitando também suas memórias, suas emoções, e até mesmo os seus silêncios (FREITAS, 2006, p. 92-94).

Assim, a ficha de lugares de memória deve ser preenchida com as informações coletadas através de fontes variadas de pesquisa. Todas estas fontes devem ser listadas na ficha própria, denominada “ficha de fontes pesquisadas” (IPHAN, 2013a). Portanto, nesta ficha devem estar presentes os livros, sites, as identificações das pessoas consultadas nas entrevistas e qualquer outra fonte que os estudantes tiveram acesso. Dois campos estão presentes em nossa ficha de fontes pesquisadas. No campo “fonte” o investigador deverá mencionar qual fonte foi utilizada. Ao lado deste campo haverá outro campo chamado “localização”. Nele, deverá constar a informação sobre onde encontra-se a fonte pesquisada.

De maneira similar, a ficha de imagens também tem a utilidade de catalogar dados da pesquisa. Neste caso, ela permite anexar imagens diversas como fotografias, desenhos, pinturas e gravuras examinadas pelos estudantes (IPHAN, 2013a). Cada imagem deverá conter dados como título, autor, data e local.

O último instrumento para a realização da pesquisa é a ficha de roteiro de entrevista. Esta ficha detalha as informações dos entrevistados e procura enfatizar a relação deles com os bens culturais listados. Com os dados colhidos no roteiro, os estudantes podem

preencher as fichas dos lugares de memória de Paracambi e sem seguida produzir uma exposição.

Com o objetivo de aperfeiçoar a investigação dos estudantes, neste guia decidimos construir a ficha de roteiro de entrevista com questionamentos específicos ao contexto local. Consideramos incluir perguntas que melhor relacionam esta etapa da pesquisa às discussões sobre as vivências e a história dos espaços de memória realizadas durante as aulas-passeio. Logo, para o êxito do estudo, a seguir destacaremos como estruturaremos nosso roteiro de entrevistas.

1-Dados do entrevistado;

2-Sugestões de questionamentos aos entrevistados.

Sobre os dados da entrevista, ele contará com campos como: nome, idade, contato e profissão. Posteriormente na ficha, listamos diversas sugestões de perguntas aos entrevistados que remetem às suas vivências e memórias associadas aos espaços estudados.

Desta maneira, com o auxílio deste guia para a educação patrimonial e de suas fichas de inventário, os estudantes serão capazes de organizar a pesquisa sobre os lugares de memória da cidade. Adiante detalharemos algumas sugestões de apresentação destes dados.

Caso o acesso à tecnologia não seja um obstáculo, um modo possível de expor a pesquisa dos estudantes seria através de projeções de slides. Os alunos com o uso de computadores, tablets ou smartphones poderiam criar apresentações informatizadas. Existem muitos softwares e aplicativos que podem ser recomendados para esta atividade: o Microsoft PowerPoint, o LibreOffice Impress, o Google Apresentações e a plataforma de design gráfico Canva. Estas ferramentas poderiam ser acessadas nos laboratórios de informática das escolas ou mesmo em dispositivos móveis. Através delas, os estudantes poderiam construir apresentações ricas em imagens e expor em suas respectivas classes ou auditórios com o uso de projetores de imagens.

Também poderíamos criar apresentações em vídeo. Hoje nos smartphones existem diversos aplicativos de edição de imagens e vídeos que poderiam ser utilizados para esta finalidade.

As fotografias adquiridas pelos estudantes somadas aos depoimentos de pessoas associadas aos lugares de memória investigados permitiram que os estudantes criassem diversas formas de exposição. Os alunos poderiam criar documentários, produzir **apresentações** de slides narrados com recortes dos depoimentos colhidos, poderiam criar vídeos animados ou até mesmo simular um programa jornalístico, gravando entrevistas com os depoentes sobre o bem cultural escolhido. Entre tantas alternativas, os vídeos poderiam ser expostos na escola ou mesmo em suas redes sociais, compartilhando livremente na internet a visualização do conteúdo produzido pelos alunos.

No entanto, entendemos que estes recursos embora popularizados não estão acessíveis a todas as realidades de educandos do país. Portanto, imaginamos que a apresentação dos dados inventariados poderia ocorrer também através de estratégias tradicionalmente efetivos no contexto de ensino aprendizagem. Os educadores criariam exposições de fotografias e maquetes que reproduzissem os espaços de memória estudados. Ou ainda seria possível criar seminários e rodas de con-

As exposições das pesquisas sobre a educação patrimonial

Depois da coleta de dados sobre os I sugerimos que os alunos produzam apresentações de suas pesquisas. Com as fichas de lugares de memória preenchidas, muitas informações podem ser compartilhadas. Sugerimos que trechos dos depoimentos dos entrevistados e as imagens documentadas sejam anexadas às apresentações. No entanto, não nos limitaremos a escolher exatamente um modo específico de exposição. A exposição depende das condições de infraestrutura características da escola onde é realizada a atividade, e sobretudo, da condição de acesso ou não dos estudantes à tecnologia de informação.

-versa para que os alunos pudessem compartilhar junto à comunidade escolar seu aprendizado.

Assim, a estratégia educacional construída neste trabalho apresenta um roteiro pedagógico que envolve a visita aos lugares de memória da cidade utilizando as aulas passeio. Também sugerimos atividades sobre a educação patrimonial a serem aplicadas na discussão da história local no contexto escolar.

Notas

[1] A aldeia de São Francisco Xavier de Itinga teria surgido com a transferência dos indígenas carijó provenientes da Ilha de Marambaia. Acredita-se que a catequese jesuítica na ilha era alvo de muitos ataques paulistas, por isso foram transferidos em 1627 para o território da fazenda de Santa Cruz, dando origem a aldeia de Itinga (<https://www.pensario.uff.br/node/243>).

[2] Moraes explica que os jesuítas temendo possíveis invasões em seu território, instalaram um aldeamento em Sepetiba e outro em Itaguaí. O primeiro com grande população indígena servia para defendê-los de ataques provenientes do litoral. O segundo, o aldeamento de Itinga em Itaguaí, defendia o território do interior, próximo aos “caminhos do sertão”. (MORAES, 2017, p. 8).

[3] Apenas em 30 de maio de 1955 os acionistas permitiram a assinatura da escritura dos terrenos cedidos à Paróquia de São Pedro e São Paulo (NATAL e NATAL, 1987, p.18).

[4] Finger afirma que o custo do transporte somado das perdas de mercadorias e animais no transporte do café correspondiam a cerca de um terço das receitas da produção cafeeira (FINGER, 2013. p.56).

[5] Ainda em 1858, no novo ramal, um terminal de nome Nicanor Pereira foi construído nas proximidades de Macacos (AGUIAR, 2021, p.16). Este terminal corresponde hoje à estação de Lages localizada em Paracambi.

[6] De acordo com os relatos da população paracambiense os trilhos da linha férrea iam além do percurso atual, alcançando o fim da Praça Cara Nova.

[7] O Colégio Estadual Presidente Rodrigues Alves foi construído em 1954. Seu nome inicial era Grupo Escolar Presidente Rodrigues Alves, permanecendo até 1975, quando o nome “Grupo Escolar” foi alterado para “Escola Estadual” e depois em 1982, “Colégio Estadual” (NATAL E NATAL, 1987, p. 98). A observação é importante pois a escola ainda é chamada pela população de “grupo” em referência ao seu primeiro nome.

[8] Paulo Keller (2019) a partir de um resumo histórico criado pelo clube BIEC, afirma que existem diversas versões para punição e a consequente saída de integrantes do clube. Uma justificativa seria um conflito entre os fundadores sobre uma imposição da fábrica em que a diretoria deveria apenas ser composta por integrantes vinculados à empresa. Outra justificativa seria o sumiço de um *corbeille* da sede do clube sem autorização dos fundadores. E o motivo final para desencadear a saída de pessoas do clube foi invasão a da sede para obter uma bola para realizar uma partida de futebol (KELLER, 2019, p. 136-137).

[9]Convém lembrar que nesta aula-passeio incluímos apenas a visita à vila operária criada pela Cia. Têxtil Brasil Industrial. A cidade abrigava também outra indústria de tecidos, a Fábrica Maria Cândida que também dispunha de uma vila operária no bairro da Cascata.

[10] Keller aponta também como uma causa importante para venda das casas, uma mudança na forma de gestão da indústria a partir da aquisição da companhia pelo grupo Othon Bezerra de Mello (KELLER, 2019, p.185).

[11] O Sindicato dos Têxteis de Paracambi foi fundado em 1966 por Domingos Tresse, um contramestre da Cia. Têxtil Brasil Industrial (PEREIRA, 2018, p. 100).

[12] No espaço são realizados diversos eventos culturais. Sob a influência da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo é oferecido no espaço o curso de Dança de Salão. Sob comando da Secretaria Municipal de Educação, ocorrem no lugar parte das exposições da FLIPA e o evento Educação de Toda Cor. Além disso, a Secretaria de Esporte e Lazer e Terceira Idade organiza no espaço as cerimônias dos Jogos Estudantis de Paracambi e fornece aulas de ginástica para os idosos, massoterapia e uma gama de outras atividades.

[13] Ida Romeiro foi uma ilustre professora de Paracambi. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi professora da FAETEC e também lecionou por anos a disciplina de língua estrangeira em escolas particulares e públicas da cidade.

[14] A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi construída em 06 de maio de 1880 (KELLER, 2019, p. 108). A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi construída em 6 de maio de 1880 (KELLER, 2019, p. 108). Em 1985, houve o tombamento pelo INEPAC do edifício central da fábrica, a usina de força, a Casa Gerencial e a capela (2019, p.13). Tanto a capela quanto a Casa Gerencial são símbolos do poder patronal e da religiosidade local.

[15] Ainda não foram publicadas amostras sobre a religião do último Censo, de 2022.

[16] O manual de aplicação sugere uma divisão e diferentes abordagens em cinco tipos de bens culturais: celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos. Adaptaremos em nossa pesquisa apenas a seção denominada lugares da ficha de inventário.

[17] O manual sugere também que seja produzido um termo de autorização de uso de imagem (IPHAN, 2013^a, p.41).

Referências

AGUIAR, Fernando Cesar Ramalho. O Ramal de Macacos da Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Monografia. UNIRIO. Rio de Janeiro. 2021.

BORGES, Magno Fonseca. A Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: O desafio da serra do mar (1850-1865). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16., 2014, Rio de Janeiro, RJ. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 2014.

CUNHA, Carolina Rodrigues.; FORTUNATO, Ivan. 50Anos dedicados à pedagogia Freinet: um encontro com Rosa Maria Whitaker Sampaio. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v.12, n. esp. 1,p.554-563,2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.esp.1.2017.9661>>. E-ISSN: 1982-5587.

ELIAS, Marisa Del Cioppo. A Atualidade da Proposta Freinet: Interdisciplinaridade e Alfabetização. In: ELIAS, M. D. C. Organizadora. Pedagogia Freinet: Teoria e prática. Campinas, SP: Papirus, 2002.

FOURNIER, Martine. Célestin Freinet, le pédagogue militant. Sciences Humaines, 12 jun. 2018. Disponível em: https://www.scienceshumaines.com/celestin-freinet-le-pedagogue-militant_fr_39488.html. Acesso em: 17 jul. 2024.

FINGER, Anna Eliza. Um Século de Estradas de Ferro Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. Tese de doutorado. UNB. 2013.

FREITAS, Sônia Maria de. História Oral: possibilidades e procedimentos. 2ª edição. São Paulo: Humanitas, 2006.

IPHAN. Educação Patrimonial no Programa Mais Educação - Manual de Aplicação. Brasília, 2013, 85 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

IPHAN. Educação Patrimonial no Programa Mais Educação – Fichas do Inventário. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Fichas%20do%20Inventario%20-%20Educacao%20Patrimonial.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2023.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais. 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 09 de novembro de 2023.

KELLER, Paulo Fernandes. Cultura do Trabalho Fabril. São Luís. EDUFMA. 2019.

MORAES, Edite. Os donos da Fazenda de Santa Cruz: uma breve história fundiária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília, DF. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: história e democracia. Brasília: UNB, 2017.

NATAL, C. R. N., NATAL, G. História de Paracambi – 1800 a 1987”. Guavira editores. Rio de Janeiro, 1987.

OJIMA, R., Jr., E. M., PEREIRA, R. H. M., & SILVA, R. B. da. (2011). O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. Cadernos Metrópole, 12(24). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5896>.

PEREIRA, Ronaldo Vicente. Paracambi Industrial. Uma proposta de roteiro cultural. Dissertação. FGV, Rio de Janeiro, 2018.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. Freinet: Evolução Histórica e Atualidades. São Paulo. Scipione. 1989.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. A Aula-Passeio Transformando-se em Aula de Descobertas. In: ELIAS, M. D. C. Organizadora. Pedagogia Freinet: Teoria e prática. Campinas, SP: Papirus, 2002.

STEIN, Stanley. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850/1950. Rio de Janeiro, Campus. 1979.



GUILHERME JOSÉ P. ALVES

Sou o professor Guilherme José Pereira Alves, mestrando em Ensino de História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Elaboramos este guia chamado “O ensino de História através das aulas-passeio” com o objetivo de fornecer ferramentas aos educadores de história para as suas práticas escolares diárias. Idealizamos o manual com diversas atividades sobre a memória local imaginando que ele possa ser transformado de acordo com a realidade individual do professor e contribuir para o aprendizado dos estudantes.

O roteiro pedagógico produzido unindo as aulas-passeio e as atividades de educação patrimonial, procurou iluminar as memórias coletivas em um projeto com grande envolvimento dos estudantes. Os educandos engajados na investigação sobre a história local estarão diante das próprias histórias.

Entendemos que a aproximação da história à realidade dos alunos através destes meios, poderá proporcioná-los uma educação crítica sobre o passado, sobre seu tempo e abrirá possibilidades para que construam novos caminhos em suas vidas.

FICHA DO PROJETO

1 *Nome da Escola*

2 *Nomes dos educadores participantes*

3 *Nomes dos integrantes da pesquisa*

4 *Título do Projeto*

5 *Período de realização da atividade*

6 *Lugar de memória pesquisado*

7 *Documentação produzida (Ex.: n° de fotografias, n° de transcrições de entrevistas)*

FICHA DE TERRITÓRIO

1

Nome do território (bairro, comunidade ou rua)

2

Imagens do território onde lugar de memória se encontra (fotos da localidade).

FICHA DE TERRITÓRIO

3 *Mapa do território (utilizar o Google Maps e Google Earth)*

4 *Descrição do território (descrever a paisagem, a natureza, a infraestrutura e a população)*

FICHA DE TERRITÓRIO

5 *História do território.*

6 *Dados socioeconômicos.*

FICHA DE LUGARES DE MEMÓRIA DE PARACAMBI

1

Nome do lugar.

2

Imagem do lugar

FICHA DE LUGARES DE MEMÓRIA DE PARACAMBI

3 *O que é este lugar?*

4 *Localize este lugar em Paracambi.*

Qual é a história deste lugar?

[illegible]

FICHA DE LUGARES DE MEMÓRIA DE PARACAMBI

6

De acordo com suas pesquisas, quais momentos são mais importantes da história deste lugar?

7

Que informações interessantes podem ser compartilhadas sobre este lugar? Explore as curiosidades do lugar que o tornam únicos.

FICHA DE LUGARES DE MEMÓRIA DE PARACAMBI

8 *Qual é a importância do local para a cidade?*

9 *Descreva como é o local no dia a dia. Algum evento especial ocorre no lugar?*

FICHA DE LUGARES DE MEMÓRIA DE PARACAMBI

10 *Este lugar histórico encontra-se preservado? Explique.*

11 *De que maneira podemos garantir a preservação deste espaço?*

FICHA DE FONTES PESQUISADAS

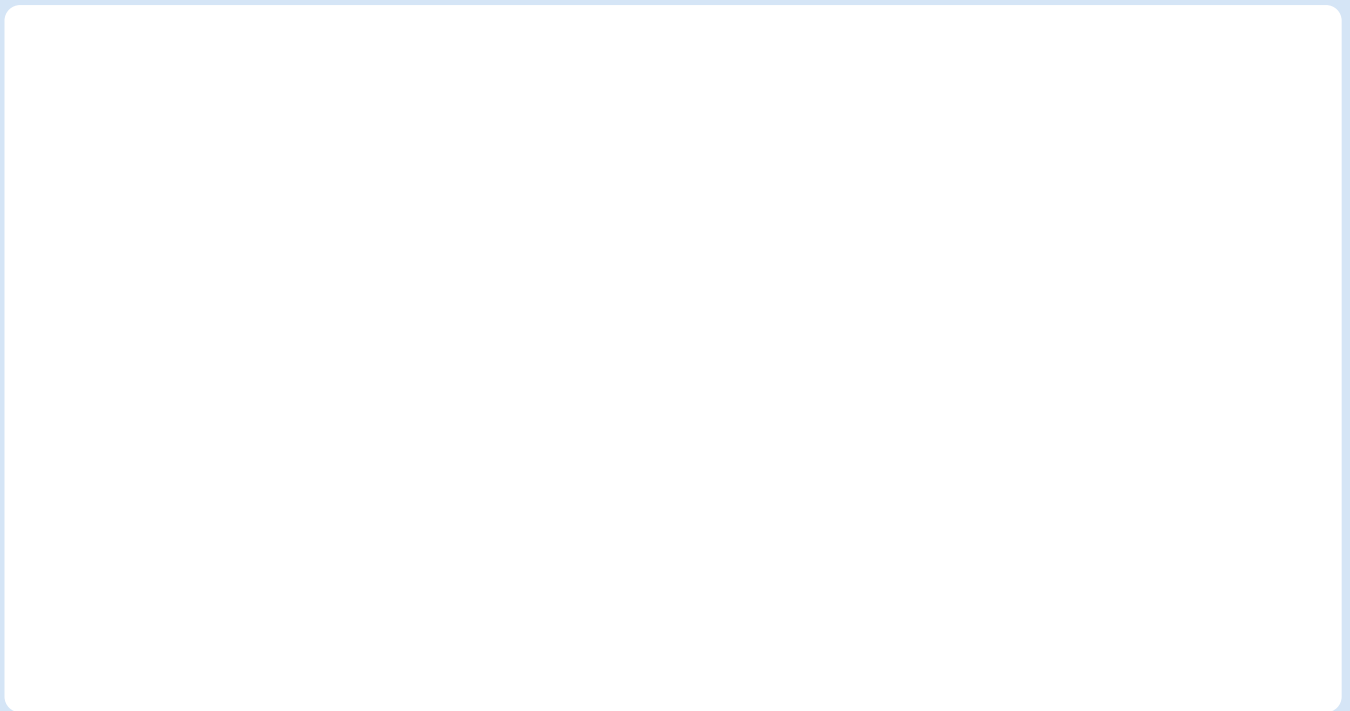
<i>Nº</i>	<i>Fonte</i>	<i>Localização</i>

FICHA DE IMAGENS

Cada imagem deve conter dados como título, autor, data e local.

FICHA DE IMAGENS

Cada imagem deve conter dados como título, autor, data e local.



FICHA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 *Nome do entrevistado*

2 *Idade do entrevistado*

3 *Profissão*

4 *Contato*

FICHA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

Paróquia de São Pedro e São Paulo

- 1 *De que maneira você iniciou sua trajetória na Igreja?*
- 2 *Quais são suas principais atividades e responsabilidades no local?*
- 3 *O que o levou a dedicar sua vida à Igreja?*
- 4 *Qual a importância da Igreja para você?*
- 5 *Existe alguma tradição da Igreja ou evento religioso que tenha um significado especial para você?*
- 6 *Você conseguiria explicar o funcionamento da Igreja? Como é a rotina da Igreja semanalmente?*
- 7 *A Igreja faz algum tipo de trabalho comunitário?*
- 8 *Se sim, poderia mencionar algum evento especial que tenha tido um significado especial para você?*
- 9 *Como é o envolvimento com os demais membros da Igreja?*
- 10 *Sobre a formação religiosa de seus membros, como a Igreja contribuiu para educação de seus integrantes jovens e adultos?*
- 11 *Como as decisões importantes da Igreja são tomadas? Os membros da Igreja podem participar?*
- 12 *O que você poderia nos contar sobre a história da Igreja?*
- 13 *Você sabe quando e como ela foi construída?*
- 14 *Qual a importância da Igreja para a história da cidade de Paracambi?*
- 15 *Você poderia citar algum evento histórico significativo ou algum personagem histórico importante relacionado a Igreja?*
- 16 *Sobre os eventos tradicionais da Igreja, como eles são celebrados?*
- 17 *Você consegue explicar como a Igreja se transformou ao longo do tempo?*
- 18 *Existe alguma política de preservação da história e das tradições da Igreja?*
- 19 *Como você imagina o futuro da Igreja?*

FICHA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

Estação Ferroviária de Paracambi

- 1 *De que maneira você iniciou sua trajetória na rede ferroviária?*
- 2 *O que te levou a trabalhar na Estação Ferroviária?*
- 3 *Qual a importância da Estação de Paracambi para você?*
- 4 *Quais são suas principais atividades e responsabilidades no local?*
- 5 *Houve algum evento ou experiência importante para você na estação ferroviária de Paracambi?*
- 6 *Você conseguiria explicar o funcionamento da Estação Ferroviária? Como é a rotina semanal da estação?*
- 7 *Existe algum cálculo que compute o número de passageiros que utilizam a ferrovia em Paracambi?*
- 8 *Existem obstáculos, problemas ou desafios para o seu dia a dia de trabalho na ferrovia?*
- 9 *Já enfrentou algum tipo de problema emergencial em seu cotidiano?*
- 10 *O que você poderia nos contar sobre a história da Estação Ferroviária de Paracambi?*
- 11 *Você sabe quando e como ela foi construída?*
- 12 *Qual a importância da Estação para a história da cidade de Paracambi e para seu desenvolvimento econômico?*
- 13 *Qual a importância da Estação para a Baixada Fluminense?*
- 14 *Você poderia citar algum evento histórico significativo relacionado a Estação?*
- 15 *Existe algum personagem histórico importante relacionado à Estação?*
- 16 *Você consegue explicar como a Estação e a ferrovia se transformaram ao longo do tempo?*
- 17 *É possível considerar algum tipo de avanço ou retrocesso na ferrovia nos últimos anos?*
- 18 *Existe alguma política de preservação da história da Estação?*
- 19 *Existem políticas de integração e desenvolvimento das comunidades locais que utilizam ou que vivem ao redor das estações de Paracambi e Lages?*

FICHA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

Estação Ferroviária de Paracambi

- 20 *A ferrovia promove algum programa educativo ao público que revele a importância da mesma para cidade e região?*
- 21 *Como você imagina o futuro da Estação de Paracambi?*

FICHA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

Complexo Fábrica e Vila Operária

- 1 *Conte um pouco sobre sua experiência de vida na vila operária.*
- 2 *Qual era a importância da vila operária para você?*
- 3 *Quantas pessoas de sua família trabalhavam na fábrica?*
- 4 *Quais eram os maiores desafios de se viver na vila operária?*
- 5 *Sabemos que os operários realizavam festas e eventos religiosos, pode nos contar um pouco sobre essas memórias?*
- 6 *Existe alguma tradição ou costume dos operários que tenha um significado especial para você?*
- 7 *Como era a rotina dos moradores da vila operária?*
- 8 *Como eram as relações entre os moradores da vila?*
- 9 *Como se conseguia acesso às casas da vila operária?*
- 10 *Pagava-se aluguel para morar nas casas?*
- 11 *Era possível reformar as casas?*
- 12 *Como era a segurança na vila operária?*
- 13 *Caso ainda viva em uma residência originada da antiga vila operária, como você avalia as transformações no espaço e da vizinhança ao longo do tempo? Foi positivo ou negativo?*
- 14 *Sabemos que além da moradia, a fábrica disponibilizava escolas, lazer e serviços de saúde aos operários. Conte-nos um pouco sobre sua experiência com esse suporte oferecido pela fábrica.*
- 15 *Quais eram os principais trabalhos exercidos pelos operários na fábrica?*
- 16 *Como era a alimentação na fábrica?*
- 17 *E a remuneração pelos trabalhos? Os salários recebidos eram justos?*
- 18 *Foi operário da fábrica por quanto tempo?*

FICHA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA

Complexo Fábrica e Vila Operária

- 19 *Como era o dia a dia do operário da fábrica?*
- 20 *Como era o regime de trabalho?*
- 21 *Trabalhava-se mais ou menos que hoje em dia?*
- 22 *Como era a relação com os patrões?*
- 23 *O que sentiu quando a fábrica foi fechada em 1996?*
- 24 *Como você avalia a transformação da fábrica no polo educacional chamado de Fábrica do Conhecimento?*